



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – POSEDUC

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ÁTILA DE FREITAS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO IFCE: IMPACTOS
GERADOS PARA EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM
ADMINISTRAÇÃO/TABULEIRO DO NORTE/CE**

MOSSORÓ

2020

ÁTILA DE FREITAS

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO IFCE: IMPACTOS
GERADOS PARA EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM
ADMINISTRAÇÃO/TABULEIRO DO NORTE/CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Betânia de Oliveira.

MOSSORÓ

2020

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F866e Freitas, Átila de
Educação Profissional técnica de nível médio no IFCE
- Impactos gerados para egressos do curso Técnico
Subsequente em Administração - Tabuleiro do Norte-CE. /
Átila de Freitas. - Mossoró-RN, 2020.
134p.

Orientador (a): Profa. Dra. Márcia Betânia de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. Educação Profissional técnica de nível médio. 2.
Curso técnico subsequente em Administração. 3.
Egressos. 4. Tabuleiro do Norte. 5. IFCE. I. Oliveira,
Márcia Betânia de. II. Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte. III. Título.

ÁTILA DE FREITAS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO IFCE: IMPACTOS
GERADOS PARA EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM
ADMINISTRAÇÃO/TABULEIRO DO NORTE/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação/POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 07/07/2020.

Banca Examinadora

Dra. Márcia Betânia de Oliveira (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dr. Francisco das Chagas Silva Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

Dr. Allan Solano Souza (suplente)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dr. Émerson Augusto de Medeiros (suplente)

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante para minha vida, quero agradecer à minha família e amigos por se fazerem presentes, de qualquer forma que tenha sido, no árduo processo de construção dessa pesquisa. Agradecer especialmente à minha mãe, Maria Eurice de Freitas, por todas as orações e por sempre sonhar junto comigo.

Quero agradecer também a todos que se dispuseram a ler e contribuir com meu estudo, os doutores Francisco das Chagas Silva Souza, Arilene Maria Soares de Medeiros, Allan Solano Souza, Émerson Augusto de Medeiros e em especial à doutora Márcia Betânia de Oliveira, que representa para mim uma *amiga-professora-orientadora*, como se expressariam os cotidianistas. Dela recebi os melhores e mais assertivos conselhos e sugestões, além de muito afeto e afago.

Agradeço ao POSEDUC e a todos os seus professores por esta oportunidade única em meu processo educativo. Um programa amplo, atual, pertinente e engajado com a sociedade e suas necessidades. Há, nesse texto, um pouco do que aprendi em cada uma das disciplinas cursadas e experiências vividas no programa.

Agradeço ao IFCE campus Tabuleiro do Norte-CE, especialmente ao professor Samuel Lázaro Luz Lemos, coordenador do curso Técnico Subsequente em Administração, por toda a atenção que me deu.

Agradeço a todos os egressos que se dispuseram tão gentil e prontamente a participarem e contribuírem para a pesquisa.

Por fim, porém não menos importante, agradeço a Deus pelo meu magnífico existir.

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFOR's	Centros de Formação Profissional para o Sistema Único de Saúde
CETREDE	Centro de Treinamento e Desenvolvimento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
CNCT	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
CNI	Confederação Nacional da indústria
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COVID-19	Coronavírus
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DH's	Direitos Humanos
EEEP's	Escolas Estaduais de Educação Profissional
EEN	Escola de Enfermagem de Natal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENRL	Escola Normal Rural de Limoeiro
EPT	Educação Profissional Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	<i>International Business Machines</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPECE-CE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PPC	Projeto Pedagógico do Curso

PNE	Plano Nacional de Educação
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
POSEDUC	Programa de Pós-graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SPSS	<i>Statistical Product and Service Solutions</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	60
Figura 2: Dados das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cadastro Central de Empresas – IBGE	25
Quadro 2: Matriz Curricular do curso Técnico Subsequente em Administração	76
Quadro 3: Matriz Curricular do curso Técnico Subsequente em Administração – Disciplinas optativas	78
Quadro 4: Carga Horária Prática Profissional	80
Quadro 5: Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	84
Quadro 6: Dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	85
Quadro 7: Dimensão 3 - Responsabilidade Social da Instituição	89
Quadro 8: Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade	91
Quadro 9: Dimensão 9 - Política de Atendimento aos Discentes	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados do Produto Interno Bruto – IBGE	25
Tabela 2: PIB Tabuleiro do Norte-CE 2015	71
Tabela 3: [EMPREGO E RENDA] Número de empregos formais em 2013	71
Tabela 4: [EMPREGO E RENDA] Saldo de empregos formais em 2013	72
Tabela 5: Escolaridade antes do curso Técnico Subsequente em Administração – curso específico	97
Tabela 6: Escolaridade após o curso Técnico Subsequente em Administração – curso específico	98
Tabela 7: Atividade profissional antes do curso Técnico Subsequente em Administração – cargo exercido	99
Tabela 8: Outros motivos para fazer o curso Técnico Subsequente em Administração	100
Tabela 9: Novo cargo em novo trabalho	103
Tabela 10: Novo cargo no mesmo trabalho de antes do curso Técnico Subsequente em Administração	104
Tabela 11: Contribuições ou mudanças nos aspectos profissionais	105
Tabela 12: Contribuições ou mudanças nos aspectos pessoais	107
Tabela 13: Como se dá a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso nas vidas dos egressos	112
Tabela 14: Impactos do curso nas vidas dos egressos	113
Tabela 15: Impactos do curso no desenvolvimento local, no município de Tabuleiro e/ou também na região do Vale do Jaguaribe	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo	96
Gráfico 2: Faixa Etária	96
Gráfico 3: Escolaridade antes do curso Técnico Subsequente em Administração	97
Gráfico 4: Escolaridade após o curso Técnico Subsequente em Administração	98
Gráfico 5: Atividade profissional antes do curso Técnico Subsequente em Administração	99
Gráfico 6: Área em que exercia atividade profissional antes do curso Técnico Subsequente em Administração	99
Gráfico 7: Motivos para fazer o curso Técnico Subsequente em Administração	100
Gráfico 8: Renda pessoal mensal antes de fazer o curso Técnico Subsequente em Administração	101
Gráfico 9: Atividade profissional após o curso Técnico Subsequente em Administração	102
Gráfico 10: Área em que exerce atividade profissional após o curso Técnico Subsequente em Administração	103
Gráfico 11: Mudança de cargo no mesmo trabalho de antes do curso Técnico Subsequente em Administração	104
Gráfico 12: Renda pessoal mensal após fazer o curso Técnico Subsequente em Administração	105
Gráfico 13: Indicação dos egressos para se houve ou não alguma contribuição ou mudança significativa provocada pelo curso em suas vidas	105
Gráfico 14: Desenvolvimento de habilidades e a capacidade de aplicar na prática toda a teoria estudada	110
Gráfico 15: Contribuição do curso em desenvolver no egresso a iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora	110
Gráfico 16: Contribuição do curso em desenvolver no egresso uma atitude ética no trabalho e no convívio social e também a se perceber como um agente social com autonomia intelectual	

e pensamento crítico que intervém na realidade e exerce sua cidadania	111
Gráfico 17: Percepção por parte do egresso da aplicação em sua vida de algum conhecimento adquirido no curso Técnico Subsequente em Administração	111

RESUMO

A Educação Profissional ainda encontra em pleno século XXI o grande desafio de formar para o trabalho e para a cidadania. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com suas instituições localizadas em diversos municípios do Brasil luta para que a marca de divisão social presente na história da Educação Profissional no país seja menos impactante para as camadas menos favorecidas da sociedade. Esta pesquisa aconteceu no campus Tabuleiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, com o objetivo de compreender, de forma geral, quais possíveis impactos gerados pela Educação Profissional nas vidas de egresso do curso técnico subsequente em Administração do IFCE. Temos como sujeitos 14 egressos da primeira turma, cuja entrada se deu em 2017, do referido curso e unidade de ensino. Buscamos ainda compreender o processo histórico de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e do campus de Tabuleiro do Norte; investigar como a Instituição e seu curso Técnico Subsequente em Administração propõem contribuir para a preparação e atuação do estudante no mundo do trabalho; e investigar como os egressos do curso Técnico Subsequente em Administração atuam no mundo do trabalho e se eles atribuem significados às contribuições do curso para suas vidas. Este estudo trata de uma pesquisa quantiquantitativa de caráter exploratório descritivo que apresenta como técnicas o levantamento bibliográfico, a análise documental, a aplicação de questionários semiestruturados e a realização de entrevistas recorrentes. Após a execução das etapas da pesquisa, podemos concluir que os sujeitos consideram que a formação profissional impactou positivamente em suas vidas, tanto nos aspectos profissionais quanto nos pessoais. Enfim, a formação e o IFCE são grandes contribuidores para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Educação Profissional técnica de nível médio. Curso técnico subsequente em Administração. Egressos. Tabuleiro do Norte. IFCE.

ABSTRACT

Professional Education still finds in the 21st century the great challenge of training for work and citizenship. The Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, with its institutions located in several municipalities in Brazil, strives to make the social division mark present in the history of Professional Education in the country less impactful for the less favored layers of society. This research took place at the Tabuleiro do Norte campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará, in order to understand, in general, what possible impacts generated by Professional Education in the lives of graduates from the subsequent technical course in Administration at IFCE. We have as subjects 14 graduates from the first class, whose entry took place in 2017, from the referred course and teaching unit. We also seek to understand the historical process of constitution of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará and of the Tabuleiro do Norte campus; investigate how the Institution and its Subsequent Technical Course in Administration propose to contribute to the preparation and performance of the student in the world of work; and to investigate how the graduates of the Subsequent Technical course in Administration work in the world of work and if they attribute meanings to the contributions of the course to their lives. This study deals with a quantitative and qualitative research of an exploratory and descriptive character that presents bibliographic survey, document analysis, the application of semi-structured questionnaires and the performance of recurring interviews as techniques. After the execution of the research stages, we can conclude that the subjects consider that professional training had a positive impact on their lives, both in professional and personal aspects. Finally, both formation and IFCE are major contributors to local development.

Key Words: Secondary technical education. Subsequent technical course in Administration. Graduates. Tabuleiro do Norte. IFCE.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PERCURSO METODOLÓGICO	31
2.1 PANORAMA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EGRESSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO (2007-2017)	37
3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	52
3.1 A CONSTRUÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	53
3.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	62
3.3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ EM TABULEIRO DO NORTE/CE	63
4 A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	66
4.1 OS EGRESSOS, O CURSO E A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	82
5 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SEUS IMPACTOS NA VIDA DOS EGRESSOS	95
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	95
5.2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS SUJEITOS QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	131
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1 UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO	132
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2 UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO	134

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional está presente no Brasil desde seu período colonial, embora não tendo sido de forma sistematizada nesta fase. Conforme Caires e Oliveira (2018) evidenciam-se neste período as práticas educativas e a preparação para os ofícios, presentes no sistema escravocrata de produção e organização do trabalho, cujo desenvolvimento de tarefas que exigiam especificamente a aplicação da força física e o emprego de habilidades manuais foi introduzido o trabalho escravo dos índios e dos negros. Podemos perceber através de registros nas instituições de ensino e também dos contextos históricos e cenários socioeconômicos como esta forma de educação vem passando por mudanças em sua orientação curricular.

De um princípio rudimentar, ensinando técnicas de fabricação de utensílios, bens e armamentos, a uma proposta de educação transcendente com uma abordagem científica e técnica ao mesmo tempo, aliando a teoria à prática dentro dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de ensino médio, a Educação Profissional atualmente ainda luta contra um dualismo histórico construído ao longo do desenvolvimento social, cultural e econômico de nosso país, em que a educação propedêutica se configura sob o estereótipo de elitista e a educação técnica sob a marginalização do conhecimento científico.

O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente à “formação de mão-de-obra”, tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com educação profissional. A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional) (BRASIL, 1999, grifos do documento).

Em sua obra, Souza (2017) aponta para esta divisão social quando descreve a construção das classes sociais e a luta que existe entre elas pela dominação e manutenção do poder e da hierarquia social. Conforme o pensamento do autor, a renda não é um determinante de classe, mas sim, a reprodução familiar que vai condicionar o tipo de aprendizado que a pessoa terá na escola e depois sua inserção e aplicação no mercado de trabalho. Ainda conforme Souza (2017) a classe média, que se constitui pela apropriação cultural, se torna impiedosa com os mais pobres, maioria no perfil de egressos da educação técnica e

profissional no Brasil, quando percebe a ascensão cultural e econômica dos mesmos, com medo de perder sua identidade hierárquica que a mantém logo abaixo da elite dominante, detentora dos meios de produção.

Com o avanço das tecnologias, principalmente as de produção e comunicação, a economia necessita de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada para manter o seu estado de crescimento diante de um mercado de concorrência globalizada. Nesse sentido, as instituições de ensino percebem o potencial mercadológico de oferta de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio para atendimento dessa demanda.

A Educação Profissional busca cada vez mais atender às demandas e novas tendências de um mundo globalizado e de um país emergente economicamente, e se reconfigura propondo uma nova formação aos seus alunos. Uma formação técnica, mas ao mesmo tempo mais crítica, moderna e tecnológica, permitindo um desenvolvimento profissional, ético e cidadão aos estudantes.

No Brasil podemos percebê-la nos últimos anos como uma opção democrática e moderna para atender às novas demandas sociais e econômicas deste país em pleno desenvolvimento que tenta se posicionar em um mundo globalizado. Democrática, porque os projetos de cursos são pensados para atender às mais diversas áreas do conhecimento técnico-científico; moderna, porque se propõe a ir além do ensino de técnicas laborais ou produtivas, mas a alcançar uma formação completa e cidadã para seus estudantes.

A partir do texto de Ianni (1994), pensando nesse contexto atual de globalização, nos perguntamos: o que a educação, de maneira geral, está fazendo para formar um cidadão global? O autor sugere alguns conceitos que surgem com a sociedade global: aldeia global, fábricas globais, cidade global, des e reterritorialização, nova civilização internacional do trabalho, mercado global e cidadania mundial. Pequenas atitudes de um cidadão que vise o uso consciente de recursos naturais, por exemplo, em prol de sua sociedade local, assim como atitudes de um cidadão que vise o bem comum de sua sociedade global.

Essa sociedade global sugere espaços comuns às pessoas, com possibilidades diferentes, como apresenta Santos (2005). Pensando que o nacional não desaparece diante do movimento global, que ele apenas passa por profundas configurações, essas possibilidades se distinguem pelas propriedades materiais, intelectuais e sociais que cada pessoa possui. Por mais que uma pessoa esteja em um ambiente frequentado por pessoas classe A ou classe B, isso não a faz igual às essas pessoas em relação às suas possibilidades. Essas propriedades que constituem cada pessoa e suas possibilidades são construídas justamente nas suas singularidades nacionais. Um país desenvolvido supostamente pode oferecer uma educação

melhor e mais ampla aos seus cidadãos do que um país com forte desigualdade e problemas de ordem social como o Brasil.

Ainda pensando conforme Santos (2005), essa desigualdade leva à exclusão. O desenvolvimento social e econômico das nações atrelado ao desenvolvimento tecnológico global necessita provocar profundas mudanças na educação, principalmente na profissional que visa uma interação estreita e contínua com o mundo do trabalho e suas demandas. É considerado que essas mudanças no processo formativo das pessoas as atualizam para lidar com ferramentas altamente tecnológicas e, ao mesmo tempo, exclusórias, conforme propostas por Schaff (1995). Uma sociedade informatizada e robotizada, onde aqueles que não operam a tecnologia e seus comandos *touch* são considerados como não capazes de exercerem sua cidadania e se tornam excluídos, caídos no abismo do desemprego estrutural. Abismo este que se forma justamente por existir um contingente de pessoas com habilidades e competências que o mundo do trabalho não exige mais, que foram substituídas ou suprimidas pelas atividades automatizadas, e a falta de pessoas que esse mundo globalizado demanda, com novas habilidades e competências que superam as atividades mecânicas.

No Brasil, essa divisão de ordem social que marca a Educação Profissional perdura até hoje como forma de caracterizar o nível social e cultural do indivíduo e, dessa forma ainda resulta em uma dualidade educacional.

Segundo Saviani (2007a, p.155),

[...] essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho.

Essa noção de trabalho e educação com orientações distintas em função da classe social do aprendente vai se transformando no decorrer da história pelas mudanças dos meios de produção e, principalmente, pelo surgimento e domínio do capitalismo.

[...] a modernidade alterou o vínculo entre trabalho produtivo e educação com o advento do capitalismo, em que a produção se rende ao mercado, o qual assume para si a organização da produção e suas relações de capital e trabalho. [...] o capitalismo determina as regras sobre valores, ideias, teorias,

símbolos e instituições, entre as quais se destaca a escola como espaço de produção e reprodução de conhecimentos, atitudes, ideologias e teorias que justificam o novo modo de produção (FRIGOTTO, 1999, *apud* WITTACZIK, 2008, p.78).

Essa luta entre o posicionamento nacional em um contexto global, o crescimento econômico da sociedade nacional e a educação para um mundo globalizado, em um contexto de desigualdade como acontece no Brasil, vai de encontro aos Direitos Humanos (DHs), os quais deveriam ser universais. Mas a universalidade em um contexto de mundo globalizado, com tantas culturas e subculturas locais, interesses e visões de mundo diversos, torna-se cada vez mais utópica. A partir da leitura do texto de Santos (2005), refletimos que, mesmo que um pensamento hegemônico se imponha, os pensamentos conflituosos permanecem a existir. Essa hegemonia não é permanente, é contingente porque pode ser superada.

Nesse contexto, podemos perceber que essa mesma ideia que universaliza os Direitos Humanos também os deturpa (BENEVIDES, 2013). A opinião pública associa os Direitos Humanos à criminalidade porque é a maneira mais fácil de fazer a grande massa compreendê-los como um instrumento de corrupção e privilégios e não de igualdade e cidadania. Nesse aspecto a autora se aproxima bastante das ideias de desigualdades sociais apontadas por Souza (2017) destacadas anteriormente, quando ela afirma que:

[...] esta é uma maneira de circunscrever a violência, que existe em toda a sociedade, apenas aos “desclassificados”, que, portanto, mereceriam todo o rigor da polícia, da suspeita permanente, da indiferença diante de seus legítimos anseios. Então, é por isso que se dá, nos meios de comunicação de massa, ênfase especial à violência associada à pobreza, à ignorância e à miséria. É o medo dos de baixo – que, um dia, podem se revoltar – que motiva os de cima a manterem o estigma sobre a ideia dos direitos humanos (BENEVIDES, 2013, p.3-4, grifos da autora).

E ainda, conforme Benevides (2013), essa associação de igualdade à uniformidade, ou homogeneidade, contribui para o fortalecimento das desigualdades sociais quando entendemos, conforme a autora, que

[...] a desigualdade pressupõe uma valoração de inferior e superior, pressupõe uma valoração positiva ou negativa e, portanto, estabelecemos quem nasceu para mandar e quem nasceu para obedecer; quem nasceu para ser respeitado e quem nasceu só para respeitar. Isso é desigualdade (BENEVIDES, 2013, p. 11).

Essa mesma desigualdade tende a estabelecer no campo da Educação Profissional o dualismo histórico que define quem nasceu para estudar e conhecer as ciências que compreendem a existência humana e quem nasceu para aprender técnicas manuais e operacionais para produzir e servir ao desenvolvimento dos países e suas sociedades capitalistas.

Considerando o exposto até aqui, pensamos que a Educação Profissional do século XXI encontra esse grande desafio de formar, mais que profissionais, pessoas capazes de exercerem sua cidadania e seus trabalhos com uma visão crítica de seu papel e seu lugar na sociedade e no mundo. Podemos então observar que com a evolução da sociedade, da tecnologia e das relações de trabalho a orientação da Educação Profissional vem mudando. A democratização da educação, dos meios de comunicação e do acesso à informação conduziram a Educação Profissional a um viés de oportunidade para aqueles que não percebem a educação superior tradicional como uma única forma de ingressar ou acessar o mundo do trabalho e espaços dentro da sociedade.

Também é perceptível a preocupação dos órgãos responsáveis por ampliar e melhorar a regulamentação deste ensino para atender às necessidades por educação de qualidade de uma sociedade economicamente emergente e que tem em sua história, a marca da desigualdade social que moldou por séculos os formatos educacionais no país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, dita as principais regulamentações para o ensino profissionalizante:

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (BRASIL, 1996).

Ainda na LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 36-B, incluído com o Decreto 5.154/2004, a Educação Profissional é organizada nas formas articulada (sendo esta dividida em integrada e concomitante) e subsequente, com intuito de abranger amplamente a população:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 1996).

Em sequência, o texto esclarece sobre a validade desta modalidade de educação e sobre sua forma específica de certificação por etapa:

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior.

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) estabelece em sua meta 11 que as matrículas em Educação Profissional técnica de nível médio devem ser triplicadas até 2024. Conforme o Censo da Educação Básica 2018¹, o número total de matrículas na

¹ BRASIL, INEP – Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/centso_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf>. Acesso em: 06/09/2019.

Educação Profissional vinha apresentando uma queda, porém no ano 2018 houve um aumento de 3,9% em relação a 2017. Em números, o documento apresenta 1.903,230 estudantes na Educação Profissional, considerando o total de matrículas em todas as formas disponíveis conforme a LDB (BRASIL, 1996): articulada – integrada e concomitante - e subsequente. É interessante apontarmos que, ainda conforme o documento, deste total de matrículas em Educação Profissional, 894.862 estão na forma subsequente.

O último Censo², ano 2019, também apresentou um crescimento do número de matrículas na Educação Profissional em relação ao ano anterior, 2018. Conforme o documento, o número de matrículas na Educação Profissional foi de 1.914.749. Destas, 962.825 estão na modalidade subsequente.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), a partir de dados divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)³ de 2016 aponta que

[...] o salário de técnicos supera, muitas vezes, o de profissionais de nível superior. Nas áreas de eletromecânica, química e energia, técnicos com mais de um ano de casa ganham em média R\$ 7,2 mil, enquanto aqueles com mais de dez anos de experiência têm rendimento superior a R\$ 10 mil. Por outro lado, a remuneração de assistentes sociais, biólogos, jornalistas e economistas domésticos gira em torno de R\$ 5 mil. Para nutricionistas, psicólogos e psicanalistas a discrepância é ainda maior. Nesses casos, o rendimento médio mensal é de R\$ 3,5 mil. Esses profissionais precisam de dez ou mais anos de experiência para conquistar um salário de R\$ 5,7 mil.

Este fator colabora para que a Educação Profissional de nível médio seja competitiva e considerada como opção mais viável por muitos jovens em situação social menos favorecida que necessitam ingressar no mercado de trabalho rapidamente, como também por aqueles adultos que já estão no mercado ou não, e que não tiveram a oportunidade ou necessitam se qualificar com maior rapidez.

Com a economia nacional instável, as pessoas precisam estar mais preparadas para enfrentar os diversos cenários que surgem à sua frente. A enorme taxa de desemprego e a carência de profissionais qualificados com novas habilidades e competências estão fazendo a rede privada de ensino também ver a Educação Profissional como um nicho a ser explorado.

² BRASIL, INEP – Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2019. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Resumo+T%C3%A9cnico+%28vers%C3%A3o+preliminar%29+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/73e6de67-2be3-413f-9e4c-90c424d27d96?version=1.0>>. Acesso em: 11/05/2020.

³ Agência de notícias CNI. Carreiras técnicas garantem salários atrativos. 2018. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/carreiras-tecnicas-garantem-salarios-atrativos/>>. Acesso em: 02/06/2019.

Segundo Claudia Costin (2015)⁴, diretora global de Educação do Banco Mundial, em entrevista para o jornal Estadão, é preciso repensar o sistema: “a demanda mundial está migrando para competências não rotineiras. O processo de automatização é enorme, a robotização vai fazer com que muitas profissões desapareçam. Se o jovem não tiver capacidade de se reprogramar, as coisas vão se complicar”.

No município de Limoeiro do Norte/CE, distante cerca de 200 quilômetros da capital do Estado do Ceará, houve um crescimento significativo no número de instituições educacionais ofertantes desta modalidade de ensino nos últimos cinco anos. As primeiras iniciativas com a oferta de educação técnica e profissional no município se deram, a partir de 1950, por meio da implantação do Liceu de Artes e Ofícios, do colégio Presidente Kennedy e da Escola Normal Rural de Limoeiro.

Outra instituição que se consolida com a oferta de cursos técnicos-profissionalizantes no referido município e no Estado do Ceará é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), originado da Escola de Aprendizes e Artífices, criado por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que passou por diversas mudanças de nomenclatura por todos estes anos, chegando a se chamar por último Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE). Hoje o IFCE oferece cursos de nível técnico (integrados ou subsequentes ao ensino médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA), nível superior (graduação tecnológica, licenciatura e bacharelado) e pós-graduação.

Frente ao exposto, justifico meu interesse por essa discussão, visto que foi justamente fazendo parte da equipe de implantação de cursos técnicos em uma dessas instituições, no caso a Escola Normal Rural de Limoeiro (ENRL), que tive minha aproximação com esta temática e objeto de estudo. No ano de 2014 iniciamos as operações com a Educação Profissional de nível médio na modalidade subsequente com três cursos: Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Estética. Na época, assumi a coordenação geral do segmento Profissional da Escola, assim como também me tornei professor de algumas disciplinas da área de gestão presentes em todos os três cursos.

O contato com os alunos e seus planos e projetos de vida após a conclusão do curso sempre me motivou a acreditar e apoiar essa proposta de educação que é tão empreendedora e socializadora. Muitos alunos dos cursos técnicos da ENRL eram pessoas que estavam afastadas dos estudos há alguns anos, em alguns casos até há décadas. Outras eram

⁴ O Estado de São Paulo. Ensino técnico ainda enfrenta preconceito. Álvaro Campos, 04 setembro 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ensino-tecnico-ainda-enfrenta-preconceito,1756087>>. Acesso em: 01/09/2017.

profissionais e buscavam melhorar sua atuação ou crescer dentro dos negócios que faziam parte. Além disso, tínhamos também pessoas desempregadas e sem muitas perspectivas no mercado de trabalho que vislumbravam uma oportunidade com a formação técnica.

A demanda por essa modalidade de educação se mostrou muito maior do que imaginávamos quando implantávamos o segmento na Escola Normal Rural de Limoeiro em meados do ano 2014. Os três cursos iniciais concentravam matrículas de alunos vindos de vários municípios vizinhos a Limoeiro do Norte (como Tabuleiro do Norte, Russas, Quixeré, Alto Santo, Morada Nova, São João do Jaguaribe e Jaguaribara), ou seja, uma considerável parte dos municípios que formam a região do Vale do Jaguaribe/CE.

Nessa perspectiva, diante do exposto nos perguntamos: como a Educação Profissional de ensino médio, especificamente a ofertada pelo IFCE, pode impactar a vida de seus egressos? A partir desta inquietação, definimos como objetivo deste estudo compreender, de forma geral, quais possíveis impactos a Educação Profissional gera nas vidas dos egressos do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE.

Tomaremos o campus do IFCE de Tabuleiro do Norte, município do Vale do Jaguaribe/CE, como nosso lócus para representar esta compreensão da problemática aqui levantada. Justificamos algumas razões para essa escolha: trata-se de um campus relativamente novo, criado em 23 de abril de 2013 pela Portaria nº 330, cujas intenções são:

[...] formar profissionais com fundamentação teórica convergente a uma ação integradora com a prática [...], e que hoje busca [...] envolver a comunidade escolar e a sociedade em geral, com o objetivo de tornar-se padrão de excelência na educação profissional nessa região (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 11-12).

Este campus do IFCE oferece 5 (cinco) cursos técnicos na forma subsequente, sendo eles Administração, Instrumento Musical, Manutenção Automotiva, Soldagem e Petróleo e Gás, todos com ofertas regulares. No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Subsequente em Administração, a referida Instituição apresenta diversos dados que buscam justificar a implantação deste curso para responder às demandas locais por profissionais qualificados para as diversas atividades econômicas que envolvem o campo desta ciência.

No quadro a seguir, o documento aponta para 480 empresas ativas no município e/ou na região, conforme dados de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabuleiro do Norte-CE Código: 2313104	
Número de unidades locais:	487 Unidades
Pessoal ocupado total:	2.802 Pessoas
Pessoal ocupado assalariado:	2.289 Pessoas
Salários e outras remunerações:	40.396 Mil Reais
Salário médio mensal:	1,8 Salários mínimos
Número de empresas atuantes:	480 Unidades

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.14.

O mesmo documento mostra também uma tabela elaborada a partir de dados IBGE com informações da atividade dos setores da economia no município, apresentando o domínio no Produto Interno Bruto (PIB) local pelo setor terciário “de Serviços”.

Tabela 1 – Dados do Produto Interno Bruto – IBGE.

Discriminação	Município	Estado
PIB a preços de mercado (R\$ mil)	181.105	87.982.450
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	6.167	10.314
PIB por setor (%)		
Agropecuária	10.00	4.70
Indústria	17.00	22.22
Serviços	73.00	73.08

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.14.

Esclarecendo, conforme destacado no PPC em questão, que a região está se desenvolvendo e que sua oferta educacional deve se adequar às necessidades locais e contribuir com a região onde a Instituição está inserida, o campus de Tabuleiro do Norte do IFCE apresenta o curso Técnico Subsequente em Administração na área de Gestão e Negócios para atender a necessidade de qualificação técnica exigida pelos setores produtivos locais.

A iniciativa do Campus de Tabuleiro do Norte em ofertar o curso na modalidade Subsequente refere-se à identificação de oportunidades e potencialidades do mercado de trabalho, analisando também adversidades e incertezas, no intuito de favorecer aos estudantes que terminam o Ensino Médio, a possibilidade de uma formação inovadora e condizente com a realidade de desenvolvimento econômico e científico da região. A implantação do curso Técnico Subsequente em Administração vem suprir as necessidades dos setores produtivos emergentes da Região/Município, visando uma qualificação profissional rápida e ao mesmo tempo sólida, considerando a formulação de currículos flexíveis e adequados à realidade desses setores, sendo de grande importância, para tanto, a aproximação e o estreitamento das relações das instituições com as empresas, proporcionando o desenvolvimento comercial da Região. Nesta perspectiva, a implantação do curso técnico Subsequente em Administração, no Campus de Tabuleiro do Norte, está em sintonia com demandas das cadeias produtivas locais.

(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.17-18).

Considerando todo o exposto definimos os egressos do curso Técnico Subsequente em Administração que concluíram o curso no ano 2018 como os sujeitos de nossa pesquisa que nos ajudarão a compreender como essa proposta de Educação Profissional da Instituição em questão, no âmbito local, está colaborando com o acesso de seus egressos ao mercado de trabalho que a mesma apresenta tão oportuno.

Para alcançarmos tal compreensão, elencamos alguns objetivos específicos como: compreender o processo histórico de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e do campus de Tabuleiro do Norte, investigar como a Instituição e seu curso Técnico Subsequente em Administração propõem contribuir para a preparação e atuação do estudante no mundo do trabalho e, por fim, investigar como os egressos do curso técnico subsequente em Administração atuam no mundo do trabalho e se eles atribuem significados às contribuições do curso para suas vidas.

Este estudo trata-se de uma pesquisa quantiquantitativa, de caráter exploratório descritivo com vista a buscar dados, gerar a discussão sobre o tema e contribuir para o IFCE com uma análise da opinião e significados de egressos da primeira turma do curso Técnico Subsequente em Administração do campus Tabuleiro do Norte-CE a respeito do curso. Essa análise, em conjunto com outras análises feitas pela própria Instituição e seus processos de autoavaliação, poderá colaborar com a identificação do alcance de seus objetivos de formação em relação ao perfil do egresso, descrito no item 3.5 - Perfil Profissional do Projeto Pedagógico do Curso (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017). Também, contribuir com a alimentação do sistema de gestão do IFCE, para a atualização do currículo do curso e de seu projeto pedagógico, possíveis compreensões do impacto da formação na vida dos seus egressos e o seu papel nesse contexto.

Além disso, é relevante o estudo sobre egressos considerando a exigência do próprio Ministério da Educação para que as Instituições de Ensino realizem o mapeamento e acompanhamento dos mesmos. O Indicador 3.7 - Política institucional de acompanhamento dos egressos, do Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância – Recredenciamento, do Ministério da Educação, nos aponta os critérios de análise para que a Instituição avaliada consiga o conceito máximo para este indicador.

A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras (BRASIL, 2017, p. 18).

Justificamos ainda a importância desta pesquisa por meio do levantamento histórico do processo de oferta desta modalidade de ensino, a busca por perceber sua função social e a valorização que a sociedade e o mundo do trabalho apresentam para profissionais egressos desses cursos na atualidade e sua relação com o desenvolvimento, tanto intelectual como produtivo e econômico local.

Levando em consideração que a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) dá ênfase aos processos educativos em contextos locais, entendemos que não se circunscrevem apenas ao local enquanto espaço geográfico de uma cidade, por exemplo, mas são referências que podem variar em suas escalas. Todavia, os contextos locais podem referir-se ao que particularizam as cidades, as regiões, o país.

Em sua obra, Lopes (2006) aponta para a importância da articulação nas pesquisas na área da Educação, das análises das macroestruturas, que envolvem os aspectos político-sociais e econômicos e das microcontingências, que envolvem os sujeitos, as ações e as instituições. Isso significa dizer que é importante articular na discussão a análise das disposições legais e das propostas curriculares oficiais com o cotidiano escolar, com as concepções dos sujeitos que vivenciam o currículo e da instituição.

A ONG brasileira CARE Brasil⁵ aponta a garantia de educação de qualidade, a oportunidade de trabalho e renda, além do acesso aos direitos civis aos seus cidadãos, como necessários para o processo de mudança em busca do desenvolvimento local, um conceito que vem sendo amplamente utilizado por governos, pelo terceiro setor e no meio acadêmico.

Tendo o IFCE a intenção de atuar no sentido do desenvolvimento local e regional, deve conhecer a região em que está inserido e responder de forma efetiva aos anseios dessa sociedade. Sendo o mesmo uma instituição concebida e operada por meio de financiamento público, que busca exercer uma função menos circunstancial e mais estruturante em relação

⁵ A CARE Brasil é uma ONG brasileira, com título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e que integra a CARE Internacional, uma rede que possui mais de 60 anos de experiência em ajuda humanitária e no combate à pobreza. A CARE está presente em 72 países e é uma das cinco maiores ONGs hoje no mundo. Disponível em: <<https://carebrasilemcampo.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 07/05/2020.

ao desenvolvimento, dialogando com outras políticas como de trabalho e renda, ambiental e social, isso o torna uma importante política educacional para promoção do desenvolvimento local.

Este estudo apresenta, portanto, além de uma análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais e naturais exposta nos documentos institucionais como argumentos para implantação do curso técnico subsequente em Administração no município de Tabuleiro do Norte-CE, os significados atribuídos pelos sujeitos sobre o processo educativo e o efetivo impacto para o contexto local que o curso gerou.

O PPC do Técnico Subsequente em Administração do IFCE de Tabuleiro do Norte/CE apresenta em seu texto a intenção de formar um profissional com um perfil que inclui o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da formação ética. O esperado, conforme o documento, é que o aluno formado apresente habilidades e competências bem desenvolvidas, tais como “compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social”, e ainda, “ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervêm na realidade” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 20-21). Tendo em vista esses objetivos apresentados pelo próprio Projeto, assim como também considerando o que o referido documento aponta sobre uma formação rápida em função de atender às demandas do setor produtivo local, consideramos importante mapearmos os egressos como sujeitos que possibilitam compreensão da função social do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE, visto que os mesmos e suas ações profissionais e sociais, após seus processos formativos no curso, poderão ser vistos como resultado e produto do projeto do curso.

Construindo nossa pesquisa, metodologicamente, partimos inicialmente de uma análise panorâmica de produções acadêmicas sobre a Educação Profissional Técnica de ensino médio considerando o recorte temporal de 2007 a 2017, nas redes de ensino público e privado, a fim de perceber como esse tema tem levantado questionamentos diversos e, assim, colaborar para a construção de nosso estudo de modo a não torná-lo repetitivo ou mantermos a mesma abordagem que já venha sendo mantida sobre o egresso desta modalidade de ensino.

Para executar e efetivar o estudo, o estruturamos e o organizamos em seções e capítulos que serão trabalhados como etapas em prol de alcançarmos todos os objetivos estipulados. A pesquisa conta com esta introdução como capítulo inicial, no qual apresentamos, de forma geral, em que consiste a pesquisa, como o mesmo será conduzido e

quais objetivos buscamos alcançar. Nesta seção ainda justificamos a relevância do estudo. Como segundo capítulo, trazemos o percurso metodológico da pesquisa, incluindo a análise panorâmica de pesquisas sobre o tema deste trabalho citada anteriormente. Após esta etapa apresentamos três capítulos com intuito de abordar e construir resultados para cada um dos objetivos específicos.

No terceiro capítulo, intitulado “Aspectos Históricos da Educação Profissional e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará”, apresentamos o processo histórico de constituição da Educação Profissional na rede IF, em âmbito nacional, no estado do Ceará e no município de Tabuleiro do Norte-CE. Para nos auxiliar neste exercício, realizamos uma revisão bibliográfica que, conforme Gil (2008, p.50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos; também, uma análise documental, que inclui a informação oral ou visualizada independentemente do suporte, podendo ser sob forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra, gravações, pinturas (FACHIN, 2001, p.146). Utilizamos ainda como técnica secundária para apoiar a construção deste capítulo, a análise de documentos institucionais do IFCE de Tabuleiro do Norte assim como a legislação educacional vigente na perspectiva de alcançarmos essa compreensão.

No quarto capítulo, intitulado “A Proposta de Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará”, apresentamos uma análise documental a fim de compreendermos como a Instituição e seu curso Técnico Subsequente em Administração propõem contribuir para a preparação e atuação do estudante no mundo do trabalho. Nesta etapa analisamos os seguintes documentos institucionais oficiais: o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Subsequente em Administração, o Projeto Político-pedagógico Institucional (PPP⁶), que é o documento pedagógico matricial no IFCE, os relatórios de autoavaliações institucionais anuais elaborados e publicados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA⁷), além do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Além destes, analisamos ainda outros documentos oficiais no campo educacional como leis, decretos, portarias, etc.

Em uma quinta etapa, apresentamos o capítulo intitulado “A Formação Profissional e seus possíveis impactos na vida dos egressos”. Nesta etapa da pesquisa, investigamos como

⁶ O Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFCE foi aprovado pela Resolução CONSUP nº 46/2018 e, no próprio documento, tem como sigla “PPI”, porém manteremos neste estudo a denominação “PPP”.

⁷ Comissão de avaliação institucional instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, definida no âmbito de cada IES mantendo a representatividade dos diversos públicos em seus membros constituintes que conduz o processo de autoavaliação orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

os egressos atribuem significados às contribuições do curso para suas vidas e como este os impactou. Esta investigação se deu por meio de aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas recorrentes, com abordagem quantiquantitativa, que foram construídos após a leitura e análise dos documentos institucionais, que corresponde à segunda etapa da pesquisa, pois a partir deles é que levantamos as questões pertinentes.

A pesquisa em campo, junto aos egressos, aconteceu a partir de contato prévio com cada um dos sujeitos, utilizando-se de tecnologias de comunicação disponíveis e acessíveis pelos mesmos. Com apoio da coordenação do curso e da secretaria acadêmica do campus, conseguimos os dados de contato de cada um dos 14 egressos registrados em 2018. Aplicamos o questionário com 100% da população de sujeitos.

O estudo teve seus objetivos alcançados, trazendo uma conclusão que há sim um grande impacto da Educação Profissional na vida de seus egressos, tanto nos aspectos profissionais como também nos aspectos pessoais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo aqui apresentado consiste em uma pesquisa com abordagem quantiquantitativa, considerando a associação nela de dados qualitativos e quantitativos. Castro (2006) aponta para a complementaridade dessas duas abordagens aplicadas em um mesmo estudo. Conforme o autor, cada uma chega onde a outra não consegue chegar. O método quantitativo pergunta ‘como’ acontece, ‘o que’ acontece. Já o método qualitativo pergunta ‘por que’ acontece.

Sampieri, Collado e Lucio (2006) apontam que esse modelo misto é constituído pelo maior nível de integração entre os enfoques qualitativo e quantitativo, no qual ambos se combinam durante todo o processo. Isso gera uma oscilação entre os esquemas de pensamento indutivo e dedutivo, além de exigir um maior dinamismo por parte do pesquisador durante toda a pesquisa.

Podemos inferir que a escolha deste modelo que combina os dois enfoques é muito vantajosa para nosso estudo, pois, conforme os autores,

[...] a investigação quantitativa nos oferece a possibilidade de generalizar os resultados de maneira mais ampla, concede-nos controle sobre os fenômenos e um ponto de vista de contagem e magnitude em relação a eles. Assim, oferece uma grande possibilidade de réplica e um enfoque sobre pontos específicos de tais fenômenos, além de facilitar a comparação entre estudos similares. Por sua vez, a pesquisa qualitativa dá profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006, p. 14-15).

Em nosso estudo podemos perceber a importância destes enfoques combinados quando utilizamos os resultados de questionários quantitativos que nos deram uma caracterização dos sujeitos e suas condições de vida antes e depois do curso Técnico Subsequente em Administração para construir, a partir de técnicas qualitativas, outros dados mais profundos e subjetivos que nos levaram a estabelecer uma compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos ao curso e seus possíveis impactos.

Acrescentamos ainda que a presente pesquisa configura-se por uma natureza exploratória descritiva. Conforme Cruz (2009), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, objetivando a elaboração de problemas mais exatos para pesquisas posteriores, promovendo familiaridade com o problema. Brasileiro (2013) aponta que a pesquisa exploratória é realizada em propostas de

pesquisa em que há pouco conhecimento acumulado por parte da comunidade científica, ou quando não existem elementos ou dados suficientes para o pesquisador. Nesse tipo de pesquisa, ainda conforme a autora, o pesquisador faz levantamento bibliográfico, sondagem e observação. Conforme Brasileiro (2013), a pesquisa descritiva tem como finalidade expor e caracterizar um fenômeno ou uma determinada população.

Cruz (2009, p. 70), sugere que

[...] o seu objetivo principal é estudar as características de determinados grupos, ou seja, a distribuição por faixa etária, sexo, nível de escolaridade, classe social. Esse tipo de pesquisa também se aplica ao levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população ou segmento dela.

Levando em consideração que nosso estudo propõe uma comparação entre a vida do egresso antes e depois do curso, a fim de verificar possíveis impactos da Educação Profissional na vida desses sujeitos, a pesquisa descritiva nos possibilita construir uma descrição das condições dos sujeitos em ambos os contextos, antes e depois do curso, e verificar possíveis semelhanças e/ou diferenças. Essa construção nos dá suporte com vista a validarmos qualquer condição existente que possa prevalecer na população de nosso estudo.

Considerando a área nacional muito grande geograficamente e ampla na quantidade de variações de aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, este estudo restringe-se, em sua busca por alcançar seu objetivo, ao município de Tabuleiro do Norte/CE, a partir das atribuições de significados dos egressos do ano 2018, do curso Técnico em Administração do IFCE que, conforme já explicitado, converge com a área de concentração do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC) a qual esta pesquisa está vinculada.

O estudo também coaduna com a linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação, que tem seu foco nos estudos das políticas educacionais no âmbito Federal, estaduais e municipais, bem como nos diferentes níveis e modalidades de ensino, além da gestão das instituições e dos Sistemas de Ensino, as práticas profissionais, a construção dos movimentos locais que buscam aprimorar os canais da democracia participativa e da cidadania em nosso país⁸.

Desenvolver pesquisas com egressos não é fácil, visto que os mesmos nos fogem mais ao controle em comparação àqueles que ainda são alunos e que têm horários definidos para

⁸ Apresentação da área de concentração do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e de sua linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação. Disponível em: <<http://propeg.uern.br/poseduc/default.asp?item=poseduc-area-de-concentracao>>. Acesso em: 08/07/2019.

estarem na instituição de ensino. Assim, precisamos utilizar uma estratégia para encontrar os egressos e conseguir contato onde estivessem. Vale salientar que, através da secretaria acadêmica do IFCE de Tabuleiro do Norte/CE e do coordenador do curso Técnico Subsequente em Administração foi possível recebermos informações prévias sobre os sujeitos de nossa pesquisa, os 14 egressos da primeira turma que concluíram o curso no ano 2018. Essa primeira turma do curso teve início no segundo semestre do ano 2017, com 40 alunos ingressantes.

Além disso, enfrentamos uma grande dificuldade em conduzir a pesquisa com os sujeitos de forma pessoal por conta da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), uma pneumonia de causas desconhecidas detectada em Wuhan, China, reportada pela primeira vez em 31 de dezembro de 2019 e declarada como emergência de saúde pública de importância Internacional em 30 de janeiro de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A OMS declarou, em 11 de março de 2020 que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes a caracterizava como pandemia. Para contê-la, a Organização recomendou três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social de toda a população.

No Estado do Ceará, conforme podemos verificar no *site* da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)⁹, aos dias 13 de março de 2020 através do Decreto nº 33.509, foi instituído o Comitê de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus. Em seguida, aos dias 16 de março de 2020, pelo Decreto nº 33.510, o Governo do Estado declarou situação de emergência em saúde, que o levou em poucos dias a publicar o Decreto nº 33.519, de 19 de março de 2020, que suspendeu em território estadual, por 10 dias, o funcionamento de uma série de órgãos, instituições e atividades de convívio social. O isolamento social no Estado foi mantido através de outros decretos que prorrogaram a decisão de 19 de março. A obrigatoriedade do isolamento foi encerrada no dia 01 de junho de 2020, tendo sido oficializado pelo decreto nº 33.595, de 20 de maio de 2020, disponível no *site* do Governo do Estado¹⁰, que estabeleceu um plano de retorno gradual às atividades econômicas e sociais coletivas.

Dessa forma, durante este período, demos prosseguimento à pesquisa utilizando os recursos mais viáveis buscando cumprir com o cronograma planejado e apresentado, na

⁹ Decretos estaduais. Disponível em: <<https://www.cge.ce.gov.br/decretos-estaduais/>>. Acesso em: 01/05/2020.

¹⁰ Decretos do Governo do Estado do Ceará com ações contra o Coronavírus. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-coronavirus/>>. Acesso em: 27/05/2020.

época, ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UERN¹¹. Apresentamos a seguir o percurso metodológico.

Este estudo foi dividido em algumas etapas em busca de alcançar seus objetivos. Para cada objetivo específico construímos um capítulo. Realizamos diferentes procedimentos de construção de dados para compor todo o estudo. Em um primeiro momento, ou primeira etapa, construímos uma revisão bibliográfica que, conforme Severino (2016, p. 131)

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Tratou-se do primeiro procedimento metodológico que foi a construção de nossa introdução ao estudo e, posteriormente, de um panorama de produções acadêmicas acerca de egressos da Educação Profissional em todo o país. Segundo Ruiz, (2002, p. 57 *apud* VELOSO, 2011, p. 55) qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige revisão bibliográfica prévia, quer à maneira de atividade exploratória, quer para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa. Este panorama nos auxiliou justamente a definir melhor e mais claramente nossos objetivos, nosso processo metodológico e nossa abordagem, de forma a não se tornar um estudo igual ou semelhante demais a outros que já existiam. Na seção onde o panorama é apresentado, explicitamos detalhadamente todo o processo metodológico que desenvolvemos para sua construção.

Em um segundo momento, ou etapa, construímos mais uma revisão bibliográfica buscando apresentar o processo histórico de constituição da Educação Profissional na rede IF, em âmbito nacional, no estado do Ceará e no município de Tabuleiro do Norte-CE, processo esse que se constituiu como nosso terceiro capítulo. Nesta etapa realizamos também, de forma acessória, uma análise de diversos documentos oficiais no campo da Educação Profissional como leis, decretos, portarias e alguns documentos institucionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Na construção do quarto capítulo, realizamos uma análise documental com intuito de compreendermos como a Instituição e seu curso Técnico Subsequente em Administração

¹¹ Submetemos o projeto desta pesquisa ao CEP UERN e recebemos como diligência do processo a exigência de enviarmos todos os Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE's) para prosseguirmos com autorização. Infelizmente as determinações de afastamento social devido à pandemia da COVID-19 nos impossibilitou de colher as assinaturas dos sujeitos nos Termos e prosseguirmos com o processo junto ao CEP.

propõem contribuir para a preparação e atuação do estudante no mundo do trabalho, contemplando assim nosso segundo objetivo específico da pesquisa. A análise documental, ou pesquisa documental, é um estudo realizado quando há necessidade de análise de documentos de primeira mão, ou seja, que ainda não foram analisados, e que possam contribuir para a realização da investigação proposta (Gil, 2006 apud BRASILEIRO, 2013).

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2016, p. 131).

Utilizamos alguns documentos oficiais da Instituição e do Ministério da Educação para compor nossa análise como: o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Subsequente em Administração, o Projeto Político-pedagógico Institucional (PPP)¹², que é o documento pedagógico matricial no IFCE, os relatórios de autoavaliações institucionais anuais elaborados e publicados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)¹³, onde já pudemos encontrar alguns aspectos da visão dos próprios egressos, quando alunos matriculados e quando já egressos, de como os conhecimentos adquiridos no curso são percebidos e aplicados por eles em suas vidas e como isso contribuiu em sua atuação profissional, além também do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), publicado pelo MEC.

Na sequência do estudo, realizamos uma pesquisa com os sujeitos do mesmo buscando construir dados para compor e alcançarmos o nosso último objetivo específico, que é investigar como os egressos do curso Técnico Subsequente em Administração atuam no mundo do trabalho e se eles atribuem significados às contribuições do curso para suas vidas, o que nos ajudou a compreender como o processo educativo e o curso os impactou.

Esta investigação se deu por meio da aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas recorrentes, instrumentos e procedimentos de pesquisa típicos da abordagem quantiquantitativa, que foram construídos após a leitura e análise dos documentos

¹² O Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFCE foi aprovado pela Resolução CONSUP nº 46/2018 e, no próprio documento, tem como sigla “PPI”, porém manteremos neste estudo a denominação “PPP”.

¹³ Comissão de avaliação institucional instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, definida no âmbito de cada IES mantendo a representatividade dos diversos públicos em seus membros constituintes que conduz o processo de autoavaliação orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

institucionais, que corresponde à etapa da análise documental, pois a partir deles é que levantamos as questões pertinentes.

A pesquisa em campo, junto aos egressos, aconteceu a partir de contato prévio com cada um dos sujeitos, utilizando-se de tecnologias de comunicação disponíveis e acessíveis pelos mesmos. Com apoio da coordenação do curso e da secretaria acadêmica do campus, conseguimos os dados de contato de cada um dos 14 egressos registrados no ano 2018. Aplicamos o questionário com 100% da população do estudo.

Assim, os primeiros contatos com os egressos se deram por meio digital, no dia 02 de abril de 2020, através do aplicativo de comunicação instantânea para celular chamado *Whatsapp*, onde o coordenador mantém um grupo com todos eles para socialização e manutenção do vínculo.

Nesse primeiro momento apresentamos a proposta da pesquisa a todos eles e explicamos os procedimentos que seriam tomados, inclusive os que buscavam manter o sigilo de suas identidades, além de mostrarmos a necessidade do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para suas participações em nossa pesquisa. Todos os sujeitos foram esclarecidos quanto ao caráter confidencial da atividade. Para preservarmos suas privacidades e identidades, codificamos todos os egressos questionados e entrevistados em E1, E2, E3, E4, assim sucessivamente.

Infelizmente não foi possível prosseguir com os registros dos TCLE's por conta da impossibilidade de se deslocar até o município de Tabuleiro do Norte e colher as assinaturas dos sujeitos. Ainda sob a incidência da Pandemia da Covid-19, as fronteiras entre os municípios no Estado do Ceará estavam fechadas, permitindo apenas a passagem de alguns veículos de transporte de carga para abastecimento de supermercados, frigoríficos, postos de gasolina e outras instituições de serviços de primeira necessidade.

Inicialmente, aos 29 dias do mês de abril de 2020, aplicamos um pequeno questionário através do sistema de coleta e organização de informações *Google* Formulários com objetivo de caracterizarmos os sujeitos quanto à faixa etária, sexo, renda e suas experiências profissionais e acadêmicas anteriores ao curso. Isso nos permitiu ter uma imagem mais real da condição de cada sujeito e analisarmos o perfil de ingressantes no curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE de Tabuleiro do Norte/CE.

Esta primeira etapa da pesquisa com os sujeitos foi composta por um questionário semiestruturado, com questões fechadas e abertas, que tem seus resultados apresentados através de gráficos e tabelas. O questionário foi enviado a todos os sujeitos pelo *Whatsapp* em forma de um *link* criado pelo próprio *Google* Formulários. Ao clicarem no *link*, os

respondentes foram redirecionados ao questionário através do navegador de internet de seus aparelhos celulares. Esse processo se mostrou bastante simples, eficiente e com dados positivos para a coleta. Ao final, o *Google* nos disponibilizou relatórios com todas as respostas, individual e também geral.

Em sequência, investigamos como os sujeitos estavam após a conclusão do curso e como atribuem significados às contribuições do curso para suas vidas, considerando aspectos pessoais e profissionais. Esta investigação se deu por meio de questionários semiestruturados e entrevistas recorrentes, com abordagem quantiqualitativa, que foram elaborados após a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Considerando toda a eficiência e simplicidade que o *Google* Formulários demonstrou na aplicação do primeiro questionário, repetimos a utilização dessa ferramenta para aplicarmos o segundo questionário. Este foi enviado a todos os sujeitos no dia 02 de maio de 2020. As entrevistas aconteceram remotamente, por meio de recursos tecnológicos de comunicação via internet, o que nos permitiu alcançar qualquer egresso onde quer que estivesse.

Por fim, em nossas considerações finais, buscamos fazer uma análise das compreensões expostas pelos egressos à luz de nosso referencial teórico construído e também da análise realizada com os documentos institucionais do IFCE.

2.1 PANORAMA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE EGRESSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO (2007-2017)

Esta breve construção consiste em uma revisão bibliográfica que, de acordo com Fachin (2001, p. 125), “[...] é a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é uma constante na vida de quem se propõe a estudar”. O uso desse recurso metodológico em nosso estudo nos auxiliou a reconhecer as abordagens já utilizadas por outros pesquisadores acerca desta mesma temática, assim como também nos mostrou diversas possibilidades de instrumentos e técnicas para dar exequibilidade a nossa pesquisa.

Nesta etapa de nossa pesquisa, objetivamos analisar diversos estudos construídos entre os anos de 2007 e 2017 com foco na caracterização e acompanhamento de egressos de cursos técnicos de ensino médio, além também da efetiva contribuição do curso para sua formação e atuação profissional e quaisquer contribuições a mais para suas vidas. Além disso, exploramos os textos analisando aspectos de construção dos estudos como as metodologias

utilizadas, as abordagens teóricas, instrumentos e técnicas de pesquisa, seus objetivos e a importância apontada para o mapeamento de egressos.

Para selecionar os textos mais adequados ao nosso objetivo de análise, fizemos uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e também no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A busca na BDTD se deu aos 26 dias do mês de novembro de 2018, a partir das palavras-chave “Ensino Técnico”, “Educação Profissional”, “Curso técnico”, “Mercado de Trabalho” e “Egressos”, utilizamos a ferramenta de busca avançada na página da Biblioteca e os operadores de busca, definidos e explicados por ela. Termos da busca: "(Todos os campos: Ensino técnico -tecnológico E Todos os campos: mercado de trabalho E Todos os campos: curso técnico E Todos os campos: educação profissional -superior E Todos os campos: egressos)"; Filtros utilizados: Idioma: português.

O resultado da busca nos apresentou 21 trabalhos, sendo destes 13 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado. A partir da leitura dos resumos dos trabalhos, escolhemos analisar 6, sendo destes 1 tese (Silva, 2015), e 5 dissertações (Sampaio, 2009; Barroso, 2007; Bigido, 2008; Barbosa, 2017; Oliveira, 2016).

A busca no Portal da CAPES foi realizada também aos 26 dias do mês de novembro de 2018 e inserimos as palavras-chave com os operadores booleanos¹⁴ da seguinte maneira: (ensino técnico) NOT tecnológico AND (mercado de trabalho) AND (educação profissional) NOT superior AND egressos.

O sistema de busca nos apresentou um resultado com 6 trabalhos. Refinando ainda mais nossa busca, escolhemos apenas os trabalhos revisados por pares, o que nos restringiu à apenas 2 trabalhos. Destes, a partir da leitura de seus resumos, escolhemos trabalhar com apenas 1 trabalho, o dos autores Bógus, Bersusa, Martins, Escuder (2011).

Com o acesso aos textos completos, fizemos uma leitura de partes de suas estruturas que acreditamos serem as mais pertinentes com nossos objetivos. Inicialmente, a partir da análise do artigo de Bógus, Bersusa, Martins, Escuder (2011)¹⁵, intitulado “Conhecendo egressos do curso Técnico de Enfermagem do PROFAE”, que teve como principais objetivos descrever o perfil dos egressos do curso técnico em enfermagem dos centros de formação da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e conhecer os reflexos do curso para a atuação na

¹⁴ Expressão que vem de George Boole, matemático inglês, criador da álgebra booleana, que consiste em conectores de palavras e termos que buscam restringir ou ampliar sua pesquisa para obter resultados mais precisos.

¹⁵ O projeto para este estudo foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da USP (Protocolo nº 1220/2004).

profissão e a mobilidade no mercado de trabalho, podemos perceber que os autores utilizaram-se de duas técnicas que julgaram complementares para colher dados para a análise. O primeiro consistiu na aplicação de um questionário autoaplicável enviado via correios a uma amostra de 246 egressos da população definida a partir de 1.199 alunos que fizeram o curso nos CEFORs da Grande São Paulo e nos CEFORs do interior.

Calculou-se uma amostra de 246 alunos, com base na estimativa de que 20% dos egressos estariam trabalhando como técnico de enfermagem, erro amostral de 5%, e nível de confiança de 95%. Para alcançar essa amostra, foram sorteados 500 alunos entre os 1.199 egressos, considerando a possibilidade de 50% de não retorno dos questionários. A amostra foi composta de 250 alunos entre os que fizeram o curso nos CEFORs da Grande São Paulo e 250 entre os que realizaram o curso nos CEFORs do interior. No esforço de se obter maior retorno dos questionários, os alunos foram contatados previamente por telefone. Obteve-se retorno de 215 questionários. (BÓGUS et al., 2011, p. 946)

Baseando-se nos resultados desta primeira etapa de coleta de dados, com o intuito de aprofundar as questões relacionadas às qualificações e habilidades adquiridas e mobilidade no mercado de trabalho, objetivos elencados no estudo, o grupo de pesquisadores executou a segunda etapa composta por quatro grupos focais.

Três grupos reuniram ex-alunos com a finalidade de apreender sua percepção em relação ao curso de formação em técnico de enfermagem. Dois desses grupos envolveram egressos que ainda ocupavam o cargo e exerciam a função de auxiliar de enfermagem: um com residentes no interior do estado (GF1) e outro com residentes na grande São Paulo (GF2), considerando-se que existem, nessas duas regiões, situações distintas quanto ao mercado de trabalho. Outro grupo reuniu egressos que já atuavam como técnicos (GF3). Nesse último, não foi encontrado número suficiente para separar ex-alunos do interior e da grande São Paulo. O quarto grupo foi formado por enfermeiros supervisores ou coordenadores que tiveram em suas equipes de enfermagem funcionários que participaram o curso de formação (GF4) (BÓGUS et al., 2011, p. 946-947).

No decorrer da análise dos dados e discussão dos resultados os autores construíram gráficos que apontaram para a percepção dos egressos a respeito de melhoria em seus salários, avaliação do impacto do curso no seu trabalho, seu fazer profissional e do reconhecimento de seu trabalho pela chefia. Nesta etapa do estudo, os autores ilustraram os argumentos com as falas dos egressos justificando suas posições e análises.

Dando sequência ao estudo, apresentamos a tese de doutorado de Silva (2015), apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de

Santa Catarina, o qual teve como objetivo conhecer o perfil do egresso do curso Técnico em Enfermagem da Escola de Enfermagem de Natal que atuava no Sistema Único de Saúde a partir da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Percebemos inicialmente que a autora organizou o estudo de forma muito interessante, inserindo um capítulo inicial onde tratou de todo o histórico da Educação Profissional e do Ensino Técnico de Enfermagem no Brasil. Em seguida analisou a legislação referente ao objeto de estudo e depois apresentou seu referencial teórico onde teve como principal nome o educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire, além de outros nomes que deram subsídios para o desenvolvimento de suas ideias como Frigotto (2010); Pereira e Ramos (2006); Pereira (2007, 2008); Germano (1993); Silva e Timoteo (2007); Christóforo, Melo e Gussi (2003) e Reibnitz e Prado (2006).

No trabalho em questão a autora optou por uma pesquisa com abordagem qualitativa e método tipo estudo de caso dividido em três fases, tomando como referência Lüdke e André (1986, *apud* SILVA, 2015, p. 78): fase exploratória, fase de delimitação do estudo e coleta de dados e fase de análise sistemática dos dados e de elaboração do relatório.

Na primeira fase do estudo de caso, a fase exploratória, a autora definiu o caso (o egresso do curso técnico em enfermagem da Escola de Enfermagem de Natal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), o contexto (o curso técnico em enfermagem e o ambiente de formação do egresso da Escola de Enfermagem de Natal), os participantes e os instrumentos de coleta de informações, advertindo previamente que estes elementos desta fase (o caso, o contexto, os participantes e os instrumentos) poderiam vir a ser confirmados ou não, durante o estudo.

Participaram da pesquisa vinte egressos do curso técnico em enfermagem da Escola de Enfermagem de Natal (EEN), e seis enfermeiros gerentes de enfermagem de serviços de saúde, todos integravam o Sistema Único de Saúde (SUS), trabalhando em serviços públicos e privados, na cidade do Natal/RN.

Para a realização da pesquisa foi selecionada, do universo de 362 egressos curso técnico em enfermagem na modalidade subsequente, uma amostragem de 20 egressos que aceitaram participar da pesquisa concedendo entrevista. Assim, foram escolhidos egressos dos distritos sanitários dentre os cinco que integram o Município de Natal/RN. Inicialmente foram identificados os egressos do curso Técnico em Enfermagem da Escola de Enfermagem de Natal que estavam trabalhando nas unidades de saúde dos cinco distritos sanitários de Natal/RN denominados de distritos: Norte I, Norte II, Leste, Oeste e Sul. (SILVA, 2015, p. 85-86)

A coleta de informações foi desenvolvida em duas etapas complementares: estudos documentais e entrevistas semiestruturadas. Os estudos documentais consistiram em localizar no Sistema Único de Saúde, nos serviços de saúde de natureza pública e privada, egressos do curso técnico de Enfermagem da EEN que concluíram o curso no período de 2003 a 2012, com atuação na capital do estado, contemplando os cinco distritos sanitários elencados pela autora. Após localizá-los iniciaram-se as entrevistas individuais.

Para as entrevistas foram utilizados instrumentos [...] contendo caracterização pessoal (sexo, idade, profissão, escolaridade) e profissional (área de atuação, condição de emprego, número de vínculos, instituição de trabalho e setor, função, inserção e forma de contratação) para os egressos. E [para os enfermeiros] contendo caracterização pessoal (sexo, idade, profissão, escolaridade) e profissional (instituição de trabalho, tipo, setor e função e tempo de trabalho na instituição). Os dois roteiros de entrevistas possuíam questões abertas com o intuito de compreender o perfil do egresso do curso Técnico em Enfermagem da Escola de Enfermagem de Natal que atua no Sistema Único de Saúde a partir da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. O roteiro de entrevista foi usado de forma flexível, respeitando a dinâmica de interação entrevistado/entrevistador, visto que, em alguns momentos, o participante antecipava algumas informações, o que tornava desnecessário coletá-las novamente; foram solicitados maiores esclarecimentos de depoimentos, com o intuito de se ter maior clareza da informação prestada. (SILVA, 2015, p. 88-89)

As entrevistas foram gravadas em áudio digital, após o consentimento e assentimento dos entrevistados o que foi importante para captar as informações de forma precisa e depois transcrevê-las na íntegra. Para a transcrição, a pesquisadora contou com a colaboração de pessoas prestadoras desse serviço. A pesquisadora revia toda a entrevista transcrita e corrigia possíveis erros de linguagem. Importante também registrarmos que, em seu texto, Silva (2015) deixa claro que fez uso de um software de análise de dados qualitativos chamado ATLAS.ti versão 7 e também do Microsoft Excel.

Consideramos importante ressaltar que a pesquisadora dedicou um breve capítulo em seu trabalho para apresentar questões éticas de sua pesquisa. Neste ela registrou o protocolo de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, os procedimentos para a coleta de dados visando a segurança dos entrevistados, além dos fins de utilização dos resultados obtidos com a pesquisa.

Os participantes da pesquisa, egressos e enfermeiros, foram informados dos objetivos e métodos desenhados para a pesquisa, sendo a participação voluntária. Solicitou-se aos participantes a assinatura do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido, ficando cada entrevistado com uma cópia e a outra, com o pesquisador. Fica garantida, assim, a confidencialidade da identidade e das informações. Também ficaram livres para desistir, caso desejassem retirar seu consentimento, sem que isso lhes trouxesse nenhum prejuízo ou penalidade. As instituições envolvidas, como a Escola de Enfermagem de Natal e as Unidades de Saúde, mediante solicitação e apresentação do projeto, também assinaram o Termo de Autorização da Instituição para a realização do estudo. As entrevistas gravadas foram transcritas, ficando sob a guarda da pesquisadora, havendo o compromisso de manter o sigilo e anonimato dos informantes. O anonimato dos participantes foi preservado ao se adotar códigos de identificação nos depoimentos por meio da letra “E” para os egressos e “G” para os gerentes de enfermagem, associadas a um número (E01, E02,...,E20 e G01, G02,..., G06). Os resultados obtidos no estudo serão utilizados para fins acadêmicos e científicos (SILVA, 2015, p. 94).

Em sua dissertação, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília, Sampaio (2009) também escolheu o tipo Estudo de Caso com uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa) para buscar discutir a visão que os empregadores e os egressos dos cursos técnicos na modalidade subsequente do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) têm a respeito da inserção desses egressos no mercado de trabalho.

O autor relata inicialmente em seus procedimentos metodológicos as dificuldades que teve em localizar os egressos dos anos 2005 e 2006, período escolhido por ele para ser trabalhado, devido à desatualização dos dados no sistema da Instituição de Ensino. De 344 alunos formados, o autor conseguiu contato com 144 os quais considerou como sua população inicial. Destes, o autor separou 87 alunos como amostra, representando 61% de sua população definida.

A pesquisa se deu em duas partes. A primeira correspondia à aplicação de um questionário, composto por questões abertas e fechadas, algumas utilizando opções de respostas baseadas em uma escala tipo Likert. Esses questionários foram enviados via e-mail e com aqueles egressos que não devolveram do documento devidamente respondido foi feito contato telefônico. Essa primeira abordagem teve o objetivo de identificar aqueles que se encontravam inseridos no mercado de trabalho e em que áreas relacionadas ao curso estavam trabalhando.

A segunda parte da pesquisa consistiu em entrevistas com um sujeito de cada curso que abrangia as formações dos egressos selecionados e também quatro empregadores que apontaram maior número de empregados egressos dos cursos técnicos em seus quadros de funcionários. Na entrevista constavam questões abertas cujo principal objetivo era identificar

as opiniões sobre a formação profissional e a atuação do trabalhador em sua empresa. O eixo central desta parte da investigação foi o depoimento dos empregadores, que foram identificados, para manter o sigilo, pelas quatro primeiras letras do alfabeto, conforme Sampaio (2009, p.54).

Na construção e apresentação de sua pesquisa, o autor introduziu inicialmente a temática da educação técnica profissionalizante através de três capítulos muito pertinentes: a Educação Profissional no Brasil, a Educação Profissional e o mundo do trabalho e o capitalismo e o desenvolvimento globalizado. Nesta parte do texto podemos identificar como referências tomadas pelo pesquisador documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e alguns decretos, bem como autores como Manfredi (2003), Carvalho (2003), Kuenzer (1991; 2002; 2006), Moura (2007), Silveira (2006), Ciavatta (2006), Maciel (2006), Paro (1993), Demo (1998), Bastos (2006), Carnoy e Levin (1987), Frigotto (2004), Minayo (2004), Nosella (2004), Tiriba (1989) e Gonçalves (2002; 2004).

Barroso (2007), em seu trabalho final apresentado ao programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Federal do Ceará, intitulado Educação Profissional: uma análise dos efeitos de um curso técnico em secretariado na vida laboral dos egressos, também construiu alguns capítulos para melhor introduzir o leitor de seu trabalho à temática escolhida. A autora dispôs em um capítulo informações gerais sobre a Educação Profissional, a legislação vigente e um histórico sobre a área. Como sua pesquisa tem como objetivo verificar a influência de um curso de Educação Profissional de nível médio na área de secretariado, no desenvolvimento de competências profissionais e na situação socioeconômica de seus egressos, a pesquisadora também contemplou um capítulo específico sobre competências profissionais, onde trata de aprendizagem, treinamento e desenvolvimento e um outro capítulo sobre o perfil profissional e mercado de trabalho do profissional técnico em secretariado. Ela também optou por apenas três palavras-chave: Educação Profissional, Competências Profissionais, Mercado de Trabalho em Secretariado.

Essa autora (Barroso, 2007) apresenta uma pesquisa descritiva, onde utilizou técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas.

Nesse estudo ocorreu a aplicação de questionário. Também ocorreu uma relação de variáveis de antes e após a conclusão do curso utilizado como objeto da pesquisa. Buscou-se analisar até que ponto o curso conseguiu, ou não, influenciar na situação socioeconômica e na melhoria das competências de seus egressos, atendendo, ou não, as expectativas do novo parecer do curso. [...] Este tipo de pesquisa, por ser simples e mais fácil de realizar

adapta-se melhor aos estudos que dão base para a elaboração de dissertações. [...] Em relação aos meios de investigação, é uma pesquisa: documental, bibliográfica e *ex post facto*. (BARROSO, 2007, p. 78-79)

Delineando o estudo, a pesquisadora utiliza-se das ideias de Triviños (1992) para justificar sua posição em relação à melhor forma de caracterizar seu estudo, colocando-o como um estudo de caso, que é uma abordagem típica de pesquisa qualitativa. Entretanto, o instrumento de coleta buscou e captou dados mais quantitativos do que qualitativos, e, a partir daí, todo o tratamento estatístico, a apresentação por meio de tabelas e gráficos e as análises foram feitas seguindo uma direção mais quantitativa. Desta forma, a caracterização mais adequada parece ser um estudo descritivo, quantitativo, cujo foco ou unidade de estudo é o curso profissional de técnicas em secretariado.

Como problema para sua pesquisa, a autora identifica: Quais os efeitos do curso de Educação Profissional de nível médio promovido pelo CETREDE, na área de secretariado, no desenvolvimento de competências profissionais e na situação socioeconômica de seus egressos? (BARROSO, 2007, p. 81).

A partir disso, podemos identificar que o estudo teve como objeto os alunos do curso Técnico em Secretariado oferecido pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE), instituição vinculada à Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, sob aprovação do Parecer do Conselho Estadual de Educação nº. 661/2002, de 23 de outubro de 2002, e seu principal objetivo foi investigar a contribuição do curso de Educação Profissional de nível médio na área de secretariado, promovido pelo CETREDE, para o desenvolvimento de competências profissionais e para melhoria da situação socioeconômica do egresso, a fim de determinar quais seus efeitos na vida pessoal, dos participantes.

A partir de uma população de 372 concludentes deste curso no período de vigência do referido Parecer, a autora calculou como uma amostra interessante 32 egressos. A partir disso, iniciou-se o processo de coleta de dados que se deu por aplicação de questionário, conforme a mesma nos apresenta:

Os dados da pesquisa apresentada foram coletados através de um modelo de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, sendo predominantes as questões fechadas. As perguntas foram formuladas levando em consideração a pergunta de partida e os objetivos da pesquisa em estudo. Os questionários foram distribuídos após um contato prévio por telefone, com cada participante, onde foi feito o convite para que os mesmos participassem da pesquisa. Durante um telefonema, interrogou-se que forma seria mais cômoda para que eles recebessem o questionário a ser respondido e o retornassem para a pesquisadora. As opções disponibilizadas para envio

e recebimento de questionários foram: por e-mail, através de um portador disponibilizado pela pesquisadora (um mototaxista) e entrega direta no CETREDE, instituição onde as turmas do curso pesquisado aconteceram. A coleta dos dados para este estudo foi realizada através de um questionário organizado em blocos, cujo conteúdo tratava de diferentes tipos de competências. O instrumento foi organizado em forma de escala de intensidade. Este tipo de escala oferece a descrição da competência estudada e opções que indiquem um continuum gradativo, de forma que o respondente possa posicionar-se expressando sua posição diante do que está sendo pesquisado (BARROSO, 2007, p. 87-88).

A pesquisadora também registrou o uso da escala Likert e de um sistema da IBM (*International Business Machines*) para a tabulação dos dados, o SPSS (*Statistical Product and Service Solutions*). Ela também defendeu que superou as limitações do método escolhido para sua pesquisa, justificando sua escolha como acertada visto que foi capaz de captar respostas aos questionamentos desejados.

Barroso (2007) conclui o estudo declarando que as respostas, baseadas na influência do curso no desenvolvimento de competências e nas melhorias socioeconômicas de seus egressos, foram significativamente positivas. O estudo proporcionou uma série de reflexões que poderão servir de estímulo para novas pesquisas e enfatizar a relevância do ensino profissionalizante, bem como a importância do profissional de secretariado.

Vale ainda registrar que, para realizar este estudo, a pesquisadora utilizou também como principais referências: Deluiz (2001), Ducci (1996), Dutra (2002), Estêvão (2003), Fernández (2001), Fleury (2001), Freire (1997), Friedman (2000), Gallart (1997), Gramigna (2002), Market (1999), Manfredi (1998), Meghnagi (1998), Moraes (2006), Natalense (2006, 1998), Naveira (1995), Rabaglio (2001), Sellin (2003), Tanguy (1997), Vargas, Casanova e Montanaro (2001), Zarifian (2001, 2003, 1999, 1996), além de Leis, Decretos, Resoluções, Pareceres e o Estatuto e PPC do curso Técnico em Secretariado do CETRED.

Analisando agora a dissertação de Bigido (2008), intitulada *A Formação do Técnico em Nutrição e Dietética para a prática profissional: a visão do egresso*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo, a autora inova, diante dos documentos analisados até aqui, colocando uma subseção na introdução de seu texto relatando e justificando a escolha do tema a partir de sua própria trajetória profissional.

Para melhor compreensão das razões pelas quais surgiu o interesse no desenvolvimento do presente objeto de pesquisa, inicio descrevendo minha trajetória com o intuito de situar a importância deste estudo dentro da prática profissional que desenvolvo. Logo após concluir o último ano do ensino

fundamental, realizei uma importante escolha, cursar o ensino médio concomitante ao curso Técnico em Nutrição e Dietética. [...] A atuação no mundo do trabalho levou-me, após dois anos, a ingressar na universidade e buscar a graduação como nutricionista. No decorrer da graduação, desenvolvi várias atividades ligadas à formação e cursos para colaboradores de serviços de alimentação e profissionais técnicos em nutrição e nutricionistas, o que me despertou para outra vocação e nova paixão, a docência. [...] Com o decorrer do tempo, passei a refletir sobre o processo de formação dos novos profissionais técnicos e as novas tendências do mundo de trabalho, que exigem um profissional atualizado, empreendedor e comprometido com a realidade social e econômica, dinâmico, criativo e com habilidade em relacionamento interpessoal, capaz de criar alternativas para além das exigências do mercado de trabalho (BIGIDO, 2008, p.12).

Em seguida, a autora apresenta um referencial teórico que contempla o histórico do ensino técnico em Nutrição e Dietética no Brasil, apresentando como principais referências Kuenzer (2001), Cordão e Cury (2006), Peterossi (1994), Araújo (2001), Cunha (2000), Oliveira (2000), Frigotto (1995), Mesquita (2002), Deffune e Depresbiteris (2002), Prado e Abreu (1991), Santos (1988), Ypiranga (1991), Nemoto (2002), Costa e Germano (2007), Karino e Guarient (2001), Casate e Corrêa (2006), Nunes e Lamb (2003), Pimenta e Lima (2004), Vellozo et al (1999), Fernandes (2006), Sório (2003), Moran (2000), Freire (1996), Batista e Batista (2004), Sonzogno (2004), Komatsu et al (2003), Sordi e Bagnato (1998), Castells (1999), Freire e Vilar (2006), Castro (2006), Ferreira e Bianchetti (2004), Correa (2004), Santos (2008), além da Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Resoluções e Pareceres.

A pesquisa teve como objetivo central discutir a contribuição da formação recebida pelo Técnico em Nutrição e Dietética para a prática profissional, sob a ótica do egresso, para o qual nos propusemos especificamente caracterizar seu perfil profissional, conhecer suas áreas de atuação e prática profissional, e ainda, conhecer as principais facilidades e dificuldades enfrentadas nessa prática.

A pesquisadora (Bigido, 2008) classificou o estudo como transversal, com abordagem qualitativa, no qual a população constituiu-se de 85 egressos da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos e a Escola Técnica Getúlio Vargas, ambas situadas na cidade de São Paulo e, para coleta de dados, utilizou-se questionário eletrônico autoaplicável preenchido via *web*, hospedado em *homepage* desenvolvida especialmente para a realização do estudo. Essa mesma *homepage* serviu como uma plataforma de socialização e divulgação dos resultados que o estudo apontou relativos à formação e inserção profissional do Técnico em Nutrição e Dietética, ou seja, é um produto da pesquisa.

Na descrição do percurso metodológico da pesquisa, Bigido (2008) contextualizou o objeto de estudo justificando a escolha dessas duas escolas técnicas em São Paulo de onde foram selecionados os egressos que participaram da pesquisa.

A autora também incluiu em seu estudo um tópico relativo às questões éticas:

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética da UNIFESP e sua aprovação consta no Anexo I. Contato prévio foi realizado com a direção e coordenação das escolas para explicar os objetivos da pesquisa e solicitar autorização para a coleta de dados. O termo de autorização institucional consta no Anexo II. O termo de consentimento livre esclarecido foi hospedado junto ao projeto de pesquisa na homepage desenvolvida para a coleta de dados da pesquisa. Todos os egressos participantes da pesquisa leram e aceitaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, este modelo consta no Anexo III. (BIGIDO, 2008, p.52).

O que torna este trabalho também diferente dos demais analisados neste estudo até o momento foi o uso desses recursos tecnológicos no processo de coleta de dados. A autora arriscou-se pressupondo que seu público-alvo era jovem e que não teria dificuldades em acessar e manusear as ferramentas dentro do ambiente virtual criado.

A partir do uso de ferramenta de banco de dados para receber, organizar e armazenar as informações alimentadas pelos entrevistados ao responderem o questionário, a pesquisadora teve também o apoio desse mesmo sistema para tabular as respostas das questões quantitativas e listar as de abordagem qualitativa.

O questionário eletrônico foi desenvolvido em padrão web, fazendo uso de três linguagens de desenvolvimento, *Flash*, HTML (*Hyper Text Markup Language*) e PHP (*Personal Homepage*). O programa *Flash* e o HTML foram usados apenas para a visualização do conteúdo da homepage, já a linguagem PHP foi utilizada para levar as informações digitadas pelos participantes até o banco de dados. O banco de dados utilizado foi o MYSQL. A consulta às informações coletadas é possível com o uso da linguagem PHP, que possibilita listar as questões de abordagem qualitativa e tabular as questões de abordagem quantitativa. (BIGIDO, 2008, p.57).

É importante ressaltar que a autora registrou também a realização de um pré-teste com 50 alunos de outra instituição de ensino para verificar e avaliar o instrumento e o sistema *web* que havia sido elaborado. Esse procedimento é fundamental e muito importante para evitar falhas que tomem tempo maior e inviabilize a pesquisa já em andamento. Conforme Bigido (2008, p.58), durante o pré-teste foi aprimorada a programação do banco de dados eletrônico elaborado para a coleta dos dados e reformulados alguns tópicos do questionário.

Para caracterizar o perfil profissional do Técnico em Nutrição e Dietética, Bigido (2008) apresenta os resultados a partir do agrupamento das respostas e suas análises por temas como: Continuidade nos estudos, Inserção e tempo de atuação no mundo do trabalho, Tempo de atuação profissional na área de nutrição, Cargo/função ocupada pelos egressos, Área de atuação dos Técnicos em Nutrição e Dietética, Filiação a entidades de classe, Facilidades e dificuldades na prática profissional, Contribuição do curso técnico para a formação profissional e, por fim, o Estágio supervisionado obrigatório. Com isso a pesquisadora conseguiu fazer ótimas pontuações em suas considerações finais.

Analisando o estudo mais recente selecionado em nossa busca, de Barbosa (2017), uma dissertação intitulada *A Formação Profissional na Perspectiva de Estudantes do Ensino Médio Profissionalizante*, apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho em São Paulo, podemos perceber também que o estudo foi constituído sob uma abordagem qualitativa e que o autor também utilizou mecanismos eletrônicos para aplicar seus questionários.

O trabalho teve como objeto o olhar do estudante de ensino médio profissionalizante sobre sua própria formação e como principal objetivo investigar o grau de satisfação desse aluno com sua futura inserção no mercado de trabalho. Neste ponto é interessante apontarmos que esta é a primeira, entre as pesquisas analisadas até aqui, que trata com alunos e ex-alunos e busca traçar não só o perfil deste egresso e futuro egresso, mas sua percepção e expectativa em relação ao mercado de trabalho.

Barbosa (2017) selecionou 107 alunos, sendo destes apenas 26 ex-alunos, da escola privada Nove de Julho, em São Paulo, e realizou entrevistas estruturadas por meio de formulário eletrônico dividido em três partes:

[...] na primeira, é relatado o propósito do estudo e busca-se o aceite do sujeito participante da pesquisa; na segunda é caracterizado o perfil dos alunos e egressos do ensino profissional técnico do Colégio Nove de Julho e na terceira, há uma apresentação de uma parte fina com questões objetivas aos sujeitos, buscando encontrar respostas que possibilitem o atendimento do objeto de estudo [...] (BARBOSA, 2017, p.70).

O pesquisador aponta que os alunos, que foram escolhidos de forma aleatória para a pesquisa, mostraram-se bem diferenciados em termos de classe social, poder aquisitivo e formação cultural. São sujeitos de diversas etnias como italianos, japoneses, portugueses, libaneses, afrodescendentes, entre outros.

Barbosa (2017) utilizou de duas grandes referências para balisar seu estudo e seus métodos de pesquisa que foram Adorno (1985; 2002) e Paulo Freire (1987; 1996), além de outros como: Aranha (1989), Azevedo (2000), Bauman (2010), Ciavatta (2005), Dourado (2006), Frigotto (2005), Gramsci (1978), Jacobi (1996), Kuenzer (1995; 1997; 2000), Mascellani (1999), Saviani (2005), entre outros e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96), Resoluções e Pareceres.

A estrutura do trabalho é bastante semelhante aos demais até aqui destacados, tendo capítulos introdutórios que tratam da história da Educação Profissional no Brasil, a caracterização e contextualização do objeto e sujeitos da pesquisa e um referencial teórico sobre a formação profissional. O que chama a atenção é que o pesquisador não incluiu um capítulo específico para descrever o processo metodológico. Essa descrição foi sendo feita a partir das análises dos dados e apresentação dos instrumentos de pesquisa.

Por fim, o pesquisador utilizou os resultados da pesquisa para propor uma ação interventiva que pretende apontar caminhos para a inovação curricular, além de fomentar a organização de oficinas de aperfeiçoamento profissional com os egressos analisados.

Os resultados da pesquisa fomentaram informações que nortearam a elaboração de um instrumento de intervenção voltada para a melhoria do itinerário formativo dos alunos. A proposta foi fazer com que a formação profissional se tornasse mais completa, ou seja, formar o aluno considerando não só a sua necessidade de ingresso no mercado e o aprendizado de uma profissão, mas também, desenvolver em seu curso, alternativas formativas, sugeridas em oficinas pedagógicas de aprendizagem, que possam fazer com que o egresso do curso seja mais reflexivo, tenha mais preparo para participar de um processo seletivo, desenvolva habilidades de liderança, motivando a sua autonomia, além de ser capaz de elaborar um bom currículo, por meio do uso da informática, que foi oferecida a ele como um aprimoramento de habilidades técnicas (BARBOSA, 2017, p.104).

Analisando agora nosso último estudo selecionado, a dissertação de Oliveira (2016), apresentada ao programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Taubaté, podemos de início afirmar que este é o estudo com maior amostra entre todos os demais analisados aqui.

Com objetivo em analisar a formação técnica dos jovens e adultos dos cursos Técnicos em Administração de Empresas, Comunicação Visual, Eletromecânica, Mecânica, Informática e Segurança do Trabalho da Escola técnica Prof. Alfredo de Barros Santos, localizada na cidade de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, e a perspectiva do seu desenvolvimento profissional, com posterior inclusão no mercado de trabalho, o estudo teve

como amostra 330 alunos matriculados nos últimos módulos dos cursos acima citados e mais 313 egressos dos mesmos cursos, totalizando 643 pessoas que responderam aos questionários.

A pesquisadora define seu estudo como exploratório e utilizou questionários com perguntas fechadas com questões que enfatizam aspectos relacionados à motivação do estudante, sua formação e sua inserção no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2016, p.53). Além disso, utilizou também como fontes de coleta de dados alguns documentos institucionais como os Planos de cursos, o Plano Plurianual de Gestão, o Projeto Político-pedagógico dos cursos Técnicos da escola, além de outros documentos oficiais do Ministério da Educação, Diário Oficial, entre outros.

Este trabalho também se destaca dos demais pelo seu procedimento de coleta de dados. Com os alunos, ainda estudantes dos últimos módulos dos cursos, o pesquisador teve contato direto com os sujeitos durante a coleta, pois realizou-a de forma coletiva em sala de aula, separadamente por turma. Já com os egressos, o questionário foi enviado via *e-mail* ou entregue diretamente pelo próprio pesquisador. Para tabulação dos dados coletados, a autora também fez uso do software SPSS da IBM, já citado neste estudo.

Como principais referências da dissertação em análise, podemos citar: Aguiar (2014), Araújo (2001), Bergamini (2012), Bernardo (2014), Borges (2015), Clemente (2000), Cordão (2010), Fialho et al (2006), Field (2009), Freire (2005), Frigotto (2004), Gramigna (2007), Jacometti (2008), Lakatos (2010), Magalhães (2006), Manfredi (2002), Moraes (2012), Oliveira (2003), assim como, também, a Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, algumas Resoluções e alguns Pareceres.

Com trabalhos selecionados de origem das mais diversas regiões do Brasil, assim como também de anos de publicação tão distintos como o caso de Barroso (2007) e o estudo de Barbosa (2017), foi possível obter percepções diferentes e uma evolução dos objetivos e expectativas com a Educação Profissional Técnica de nível médio a partir dos próprios autores dos estudos, como também pelos sujeitos das pesquisas.

Os trabalhos apresentaram semelhanças, como algumas referências que se repetiram, demonstrando base teórica comum, como estudos de Frigotto, Kuenzer, Freire, Cordão, Manfredi e Gramigna. Os objetivos também se assemelharam quando buscavam tratar de descrever o perfil dos egressos ou conhecer este perfil ou analisar a formação dos estudantes. Além disso, o uso de *softwares* e plataformas digitais para dar suporte à coleta e tabulação dos dados foi algo também em comum nas pesquisas. Os questionários foram aplicados tanto de forma pessoalmente como também através de *e-mail* e *site*.

A preocupação com questões éticas também foi demonstrada em todos os trabalhos. Alguns pesquisadores destinaram capítulos ou seções em seus textos especificamente para tratar destas questões, outros inseriram as informações de procedimentos para preservar a conduta ética no estudo contextualizando-as em partes do trabalho, principalmente na metodologia.

As metodologias foram bem diversificadas, considerando o número de trabalhos analisados. Tivemos estudos contemplados como pesquisa Exploratória, também Descritiva e Estudo de Caso. Neles foram utilizadas abordagens qualitativas e quantitativas em técnicas como grupos focais e entrevistas estruturadas e semiestruturadas.

Podemos concluir que alcançamos uma compreensão ampla do tema, de diversas formas de abordá-lo, de estudos, obras e autores que contemplam e discutem esta modalidade de ensino e sua articulação com o mundo do trabalho. Este é pontapé inicial de nossa pesquisa para torná-la relevante e significativa.

Considerando tudo isso, esta pesquisa contribui com o POSEDUC e com a linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação à medida que visa apresentar a análise desses aspectos de atribuição de significados pela formação técnica por parte dos egressos relacionando-os com as demandas educativas e sociais locais. Os resultados deste estudo podem causar impactos no curso e na Instituição, *lócus* da pesquisa, possibilitando insumos para reflexão sobre o projeto curricular e também das práticas metodológicas executadas no curso em função da preparação do estudante para lidar com as demandas reais do contexto econômico e social local.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Por toda a história da humanidade o trabalho esteve associado à educação, ao processo de ensinar e aprender. Desde os tempos mais remotos, onde o homem ensinava aos seus semelhantes técnicas de caça, vigília e sobrevivência, passando pelo desenvolvimento científico ocorrido nas mais diversas revoluções: agrícola, urbana e industrial, até os dias de hoje, onde temos um sistema educacional estruturado, sistematizado e segmentado.

Conforme Saviani (2007a), com a privatização de terras, os homens começaram a se organizar em classes: a classe dos que detinham propriedade e a dos que não detinham a propriedade de terras. Essa mesma lógica de divisão estendeu-se ao campo da educação, permitindo a constituição de uma educação pensada para homens livres, com um viés intelectual, e outra pensada para serviçais e escravos, com uma abordagem mais técnica e voltada para a execução de tarefas.

Com o capitalismo, a relação entre trabalho e educação sofre uma reconfiguração e passa a ser vista como um instrumento que possibilita a aquisição por parte da burguesia do saber necessário para prover sua ascensão a partir de relações produzidas pelo próprio homem e não mais pela natureza. Ainda conforme Saviani (2007b), os conhecimentos intelectuais são incorporados aos processos produtivos a partir da Revolução Industrial e a escola passa a ser a grande formadora da mão-de-obra necessária para operar a maquinaria moderna. O ensino básico contemplava em seu currículo noções elementares para lidar com o maquinário industrial no processo de produção, enquanto para tarefas mais específicas ligadas às tecnologias dos processos de manufatura surge o ensino profissional, que tinha como referência o padrão escolar do ensino básico, porém o currículo respondia a necessidades diretas do processo produtivo.

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos históricos da Educação Profissional no Brasil e da construção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Utilizamos como principal técnica a revisão bibliográfica, que conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 183)

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto,

inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Entendemos que essa revisão bibliográfica, para nosso estudo, não representa apenas uma mera repetição do que já está dito e conhecido sobre esses aspectos, mas nos proporciona um direcionamento para a busca de nossos dados e a construção das análises em nosso trabalho possibilitando que tenhamos um novo olhar ou abordagem, nos levando a conclusões novas sobre essa temática.

Buscamos, neste capítulo, compreender o processo histórico de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e do campus de Tabuleiro do Norte, o que representa em nossa pesquisa o cumprimento de nosso primeiro objetivo específico. Associamos ainda à revisão bibliográfica, a técnica de análise documental. Esta técnica nos auxiliou nesta etapa da pesquisa com a verificação de leis, decretos, publicações institucionais e outros documentos.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Partindo de um contexto nacional, em 1909, é sancionado o Decreto-Lei nº 7.566, de 23 de setembro por Nilo Peçanha, então Presidente da República após o falecimento de Afonso Pena. O documento instituiu oficialmente a Educação Profissional brasileira. Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que tinham como objetivo preparar gerações futuras de profissionais advindos das classes menos favorecidas da sociedade para a manutenção do mercado produtivo, dominado pela burguesia.

Considerando: Que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da luta pela existencia; Que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis á Nação: Decreta: Art. 1º Em cada uma das capitaes dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito. (BRASIL, 1909)

O Decreto delegava agora o ensino profissional ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essas 19 Escolas ofertavam cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além de

oficinas de carpintaria e artes e eram custeadas pelos Estados, Municípios e União através de recursos alocados no referido Ministério.

Outro grande marco para a Educação Profissional foi o projeto de lei encaminhado à Câmara Federal, em 1922, pelo deputado mineiro Fidelis Reis, que propunha a obrigatoriedade do ensino profissional. O projeto foi aprovado em 1927, após muitos debates.

Conforme Fonseca (1961, p. 195, *apud* SOARES, 1995, p. 98), este era

[...] o mais radical de quantos projetos já haviam surgido no Brasil a respeito do ensino profissional, tornando-o obrigatório no País. Nunca se havia ido tão longe; pugnava-se pela idéia, combatia-se pela implantação de mais escolas daquele gênero, mostrava-se a necessidade da formação de um operariado consciente de sua profissão, porém destinava-se, sempre, qualquer tentativa às classes pobres, aos desafortunados, aos deserdados da sorte. O projeto Fidelis Reis, entretanto, tornava aquele ramo de ensino extensivo a todos, pobres ou ricos, desfavorecidos da fortuna ou representantes das classes abastadas.

Em 1930, aos 14 dias de novembro, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e com ele a inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizizes Artífices, não mais sendo uma atribuição do Ministério da Agricultura.

Essa década representou uma grande expansão do ensino profissional alavancado por uma política de criação de novas escolas e de novas especializações nas escolas existentes. A Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 tratou do ensino técnico, profissional e industrial pela primeira vez de forma específica.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional **destinado às classes menos favorecidas** é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, **destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados**. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, grifo nosso).

Era um avanço na legislação educacional, no que tange à modalidade profissional, porém ainda enfatizava o dualismo educacional construído desde o período colonial. Neste mesmo ano essas Escolas de Aprendizizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, pela Lei nº 378, e eram destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Art. 37. A Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslão Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Parapho unico. Novos lyceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos varios ramos e graus, por todo o territorio do Paiz. (BRASIL, 1937).

Após isso, como ficou conhecida por Reforma Capanema, várias leis passaram a vigorar reconfigurando todo o ensino no país. O ingresso nas escolas industriais ficou mais seletivo através de exames admissionais. Os cursos foram divididos em dois níveis, organizando o ensino técnico em um primeiro ciclo do ensino médio com um curso básico industrial, artesanal e em um segundo ciclo com um curso técnico industrial mais completo, com duração de três anos, compreendendo ainda um estágio supervisionado na indústria.

Aqui, o Ensino profissional passou a ser considerado de nível médio e isso se fortaleceu ainda mais com o Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial e equivaliu a formação profissional ao nível médio (secundário), permitindo os alunos formados pela educação técnica ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação. Esse mesmo Decreto instituiu a Escola Técnica Nacional, com sede no Distrito Federal, e outras nos diversos Estados brasileiros.

Essas escolas ofertavam diversos cursos industriais e de mestria, seguindo as oito divisões propostas pelo Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, que compreendiam curso de construção de máquinas e motores, de electrotécnica, de edificações, de pontes e estradas, de indústria têxtil, de desenho técnico, de artes aplicadas, de construção aeronáutica, além de diversos cursos de mestria como curso de fundição, de serralheria, de caldeiraria, de mecânica de máquinas, de mecânica de precisão, de mecânica de automóveis, de mecânica de aviação, de máquinas e instalações elétricas, de aparelhos elétricos e telecomunicações, de carpintaria, de alvenarias e revestimentos, de cantaria artística, de pintura, de fiação e tecelagem, de marcenaria, de

cerâmica, de joalheria, de artes do couro, de alfaiataria, corte e costura, de chapéus, flores e ornatos, de tipografia e encadernação e ainda de gravura. (BRASIL, 1942).

Nessa mesma década surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o conhecido Sistema S, um conjunto de organizações voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. O Sistema é composto pelo SENAI, pelo Serviço Social do Comércio (SESC), pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Posteriormente surgem ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional do Transporte (SENAT), desmembrado do SENAI para dar conta da mão-de-obra do setor de transportes terrestres e que hoje é chamado de Serviço Social de Transporte (SEST), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, chamado de Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial. Esse regime destinou-se a preparar profissionais para trabalhar na indústria, nos transportes, na comunicação, na pesca e ainda nas atividades artesanais.

O período compreendido entre os anos de 1956 a 1961, onde vigorava o governo de Juscelino Kubitschek, consolidou a indústria nacional, principalmente com o surgimento da indústria automobilística. O governo apresentou um Plano de Metas que previa grandes investimentos nas áreas de infraestrutura e, pela primeira vez, contemplava a área de educação com o objetivo de formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento apresentadas em seu Plano. Aqui as Escolas Industriais e Técnicas sofrem nova mudança em sua nomenclatura e viram Escolas Técnicas Federais, ganhando autonomia didática e de gestão.

Com este cenário de crescimento acelerado da indústria e comércio, e com o amplo desenvolvimento do país, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em seu artigo 5º trata do interesse e necessidade de um ensino que possibilite a qualificação profissional de forma compulsória de acordo com as demandas do mercado local para viabilizar o ritmo de crescimento nacional.

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores. (BRASIL, 1971).

No artigo 6º da referida Lei, podemos perceber a estreita aproximação do Estado com o mercado em função de seus interesses, regulamentando o estágio supervisionado no ensino profissionalizante.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único. O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento. (BRASIL, 1971).

Em 1978, um processo de transformação e mudança de nomenclatura das Escolas Técnicas Federais para Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que alcançaria todas as unidades da Instituição pelo país, iniciou-se com as escolas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, através da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Esta mudança atribuiu àquelas instituições três objetivos principais, sendo o primeiro deles: promover também a formação de profissionais tecnólogos, de nível superior.

Art. 2º Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos:

I - ministrar em grau superior:

a) de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;

II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio;

III - ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;

IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços (BRASIL, 1978).

A segunda LDB (BRASIL, 1996), Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, apresenta a Educação Profissional em um capítulo à parte da Educação Básica, o que aponta para uma busca pelo Estado de superar alguns “rótulos”, preconceitos e enfoque assistencialista que foram atrelados a esta modalidade de educação por toda a sua história no Brasil. O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, no então governo de Fernando Henrique Cardoso, veio posteriormente regulamentar o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 desta Lei. Este Decreto, conforme explicita Santos (2017), recebeu muitas críticas, sendo que as mais profundas consideravam-no o triunfar de uma política pública em nome das necessidades do capital e em detrimento da possibilidade da construção de uma escola que poderia se aproximar dos ideais defendidos pelas organizações dos educadores.

Neste momento, a proposta é de uma formação profissional a partir de competências profissionais que, conforme conceituado no artigo 6º da Resolução nº 04, de 05 de outubro de 1999, da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação, é a “[...] capacidade de articular, mobilizar e colocar em ações valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1999). Este mesmo documento estabelece como diretriz curricular nacional para a Educação Profissional de nível médio técnico, um quadro com as áreas profissionais delimitadas e as cargas horárias mínimas a serem cumpridas pelos planos de cursos das escolas públicas ou privadas que ofertem.

No ano 2004, no governo Lula, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, é acrescido a esta discussão. Este decreto, que revogou a legislação anterior instituída por Fernando Henrique Cardoso, originou alterações na regulamentação da Educação Profissional no Brasil, reorganizando os currículos e cursos do ensino médio e técnico e trazendo a possibilidade de retorno da Educação Profissional ser integrada ao ensino médio.

A edição do Decreto nº 5.154/04 resultou de uma disputa política iniciada na década de 1980, quando, em meio à luta pela universalização do sistema público e gratuito de educação, ganhou força a proposta de unificação do ensino propedêutico e do ensino profissional dentro do currículo da educação básica. No entanto – assim como muitas outras pautas identificadas com as mobilizações populares – essa proposta encontrou dificuldades para ser aprovada no parlamento (GUIMARÃES, 2015, p. 114).

Nesse contexto de organização, reformulações e modernização da Educação Profissional no país, o Ministério da Educação (MEC) cria no final do ano 2005 o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional com o objetivo de ampliar a presença de suas instituições em todo o território nacional, com base no Artigo 5º da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que diz que

[...] a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1994).

O Plano foi constituído em três fases. Sua primeira prioridade foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de Educação Profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. Conforme descrição no *site* do Ministério da Educação,

[...] na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.¹⁶

A partir do ano de 2007, iniciou-se a segunda fase do Plano. Aqui a meta foi a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes. Os municípios contemplados foram escolhidos pelo próprio Ministério levando em consideração a manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

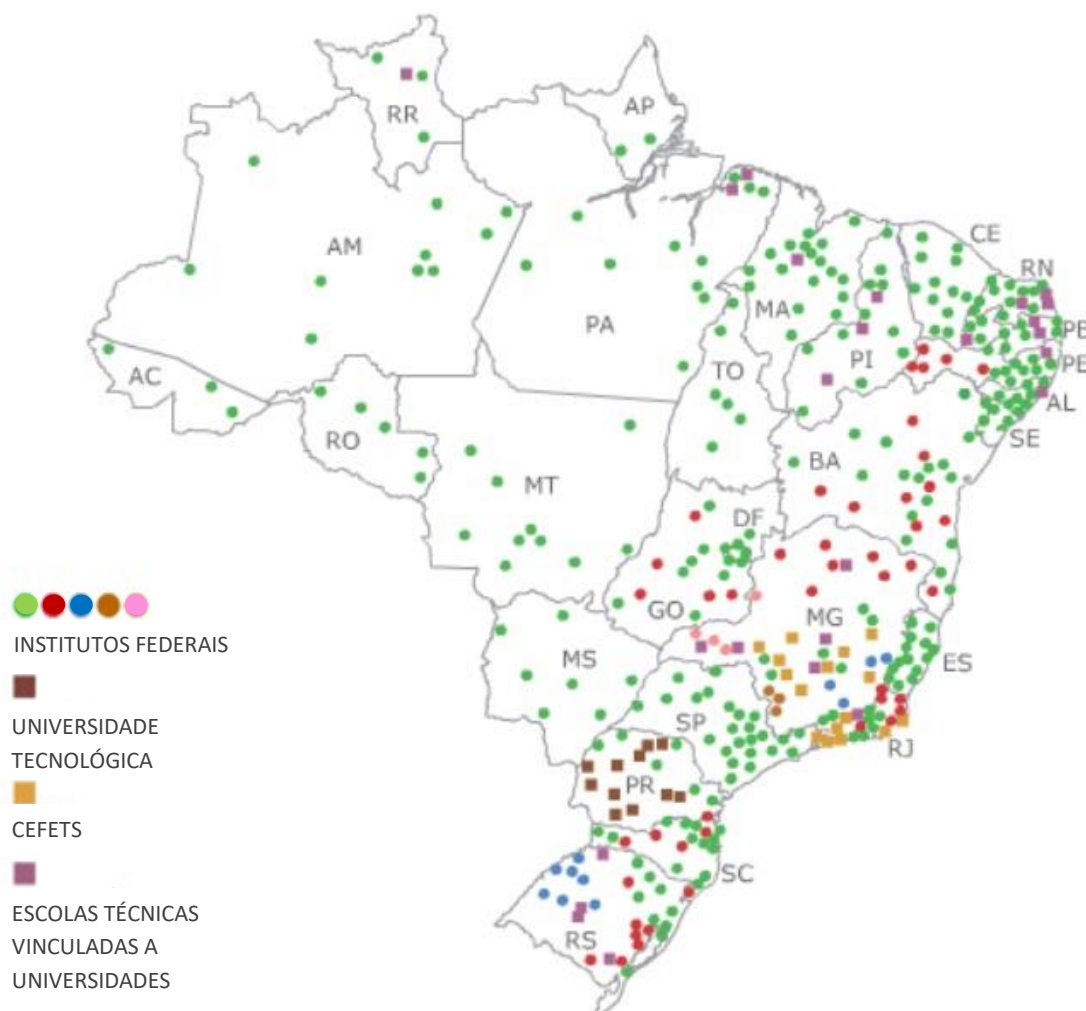
No ano de 2008, Luiz Inácio Lula da Silva, então Presidente da República, sancionou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Após uma consulta a toda a Rede, em alguns lugares, os CEFET's deram espaço aos Institutos, tendo suas nomenclaturas alteradas novamente.

Ao final desta segunda fase, no ano de 2010, a Rede Federal mantinha uma ampla atuação em todo o território nacional, conforme mostra o mapa divulgado no Relatório de

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 04/08/2019.

Gestão 2010, em fevereiro de 2011, pelo MEC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Figura 1: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Ministério da Educação (2011)¹⁷

No Estado do Ceará, nesse mesmo momento do Plano de Expansão, a presença de instituições da Rede se dava com 12 campus distribuídos pelos municípios de Fortaleza, Cedro, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Crato, Iguatu, Acaraú, Canindé, Crateús, Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral, conforme nos mostra o mapa a seguir.

Em sua terceira e última fase, iniciada no ano de 2011, o Plano estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, evidenciando ainda o propósito de superar as desigualdades existentes entre as regiões e viabilizar condições para acesso a cursos de

¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório de Gestão 2010. Brasília, fevereiro de 2011, p. 404.

formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população do Brasil.¹⁸

Em consonância com este processo de expansão e organização da Educação Profissional por todo o país, conforme explicitado pela Resolução CEB/CNE nº 04 de 1999, o MEC que organiza o cadastro nacional de cursos de Educação Profissional de nível técnico para registro e divulgação em âmbito nacional publica o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), considerado pelo próprio Ministério “[...] um instrumento que disciplina a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral. É um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio.”

O Catálogo teve sua primeira edição lançada no ano de 2008, após 6 meses de consulta pública, recebendo críticas e sugestões da sociedade em geral, instituída pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008. Em sua terceira edição, atualizada pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014, o CNTC apresenta as denominações dos cursos, organizados em treze eixos tecnológicos, suas respectivas cargas horárias mínimas, o perfil profissional de conclusão, a infraestrutura mínima requerida para cada curso, o campo de atuação dos profissionais de cada curso, as ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as normas associadas ao exercício profissional, e as possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo. (BRASIL, CNTC, 2016).

Conforme o próprio Ministério da Educação, disposto em sua página na internet, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica encerrou o ano de 2018 constituída por 38 IF, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 centros federais de educação tecnológica (CEFET's), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II, e seus respectivos campus. Tida no seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', o Ministério da Educação compreende que a Rede Federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.¹⁹

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expandao-da-rede-federal>>. Acesso em 04/08/2019.

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expandao-da-rede-federal>>. Acesso em 04/08/2019.

3.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Em sua concepção institucional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) se identificam como um espaço fundamental de construção de ciência e tecnologia com vista ao desenvolvimento local e regional. Para isso, pretendem ir além da compreensão da Educação Profissional e tecnológica como mero instrumento de qualificação de pessoas para o trabalho determinado por demandas de um mercado. Nessa proposta, os IF buscam agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho, ofertando uma formação profissional e tecnológica contextualizada, construída de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Os IF surgem a partir de políticas de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e assumem um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade (BRASIL, 2010).

Um dos fundamentos da ação dos IF na sociedade é atuar no sentido do desenvolvimento local e regional, colaborando para a construção da cidadania.

O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. Eis porque o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 21-22).

Conforme o Ministério da Educação apresenta os IF, é preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. É preciso que suas ações pensem o local, pensem o espaço geográfico e social. Essas ações devem colaborar para a construção de uma identidade cultural local, mas com reconhecimento de uma cultura global.

Os Institutos Federais revelam-se valiosos instrumentos para a mudança da qualidade de vida de brasileiros quando reconhecem que o desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento; revelam-se, portanto, espaços privilegiados para a construção e democratização do conhecimento (BRASIL, 2010, p. 23).

É partindo dessa ideia que surge a definição de delimitação da área de abrangência dos IF. A razão de ser desses institutos, enquanto instituições voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto da comunidade onde está instalado, assim como ao relacionamento do trabalho desenvolvido às principais atividades econômicas produtivas de seu lócus e também à busca de maior inserção das pessoas no mundo do trabalho neste espaço.

Assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda (BRASIL, 2010, p. 23).

3.3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ EM TABULEIRO DO NORTE/CE

O Estado do Ceará vem se destacando no contexto nacional pela grande capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de Educação Profissional integrada ao ensino médio. Desde o ano de 2008, o governo do Estado vem implantando uma rede de escolas de Educação Profissional de nível médio. De 25 unidades em 2008, o Estado registrou 119 unidades de Educação Profissional ao final do ano de 2018, quando a iniciativa completou 10 anos. Conforme dados disponíveis no portal do Governo, na internet, são 95 municípios contemplados com Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP's), somando mais de 52 mil alunos beneficiados com esta formação.

Figura 2: Dados das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará.

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (2008 - 2018)					
ESCOLAS EEP		CURSOS OFERTADOS		ALUNOS MATRICULADOS	
2008	2018	2008	2018	2008	2018
25	119	4	52	4.091	52.571
MUNICÍPIOS ATENDIDOS		ESTÁGIOS			
2008	2018	2008	2018		
20	95	0	15.716		

Fonte: Governo do Estado do Ceará (2018)²⁰.

Além das iniciativas do governo estadual, o Ceará também participou da expansão da Rede Federal de Educação Profissional onde recebeu diversos investimentos estruturais para o desenvolvimento e melhoria da Educação Profissional.

Na segunda fase de expansão, que tinha como tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, o Ministério da Educação, através da Portaria nº 687, de 9 junho de 2008, autorizou o CEFET a promover o funcionamento de sua Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) no município de Limoeiro do Norte. Após a Lei nº 11.892 de 2008, a instituição passou a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Limoeiro do Norte.

A expansão da rede federal continuou implantando outras unidades pelo interior de diversas regiões do país. Considerando uma característica dos Institutos, ofertarem cursos sempre sintonizados com as realidades e necessidades regionais, o Campus Limoeiro do Norte, integrante desta estruturação de instituições federais de educação tecnológica, em sintonia com os arranjos produtivos locais e com a identificação de potenciais parcerias, implantou os Campi Avançados de Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Jaguaribe, tornando-se Campus Polo dessas unidades (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.11).

²⁰ Ensino Profissional no Ceará. 20 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2018/03/20/ensino-profissional-no-ceara-em-10-anos-numero-de-alunos-passa-de-4-mil-para-mais-de-52-mil-jovens/>>. Acesso em: 04/08/2019.

Em 17 de abril de 2012, dava-se início as atividades do Campus Avançado de Tabuleiro do Norte ofertando os cursos Técnicos em Manutenção Automotiva e Petróleo e Gás. Nesse contexto, visando à formação de profissionais com fundamentação teórica convergente a uma ação integradora com a prática, o IFCE – Campus Avançado de Tabuleiro do Norte aderiu ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Governo Federal, instituído no dia 26 de Outubro pela Lei No 12513/2011 como parte da reforma na educação profissional e tecnológica (EPT) brasileira. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.11)

Em 2013, a unidade de Tabuleiro do Norte assume a condição de campus convencional, como o de Limoeiro do Norte que lhe deu origem, através da publicação da Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, lhe conferindo maior autonomia para gerir seus recursos e construir suas diretrizes.

4 A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Neste capítulo, apresentamos uma análise documental, que conforme Gil (2008) assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Ainda conforme o autor, a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, enquanto a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

A finalidade é investigar como a Instituição e seu curso Técnico Subsequente em Administração propõem contribuir para a preparação e atuação do estudante no mundo do trabalho respondendo ao segundo objetivo específico desse estudo. Analisando o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (PDI 2014-2018) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), o seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico Subsequente em Administração, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Relatório de Autoavaliação publicado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFCE em 2018, buscamos perceber como o curso em estudo se organiza e como a IES propõe suas diretrizes a fim de alcançar resultados sociais significantes para a região onde está inserida, qualificando seus alunos para o mundo do trabalho e suas mais diversas demandas, educando-os para viver em sociedade com responsabilidade, ética e espírito de coletividade.

Construímos esta análise verificando nos documentos aspectos como princípios e objetivos institucionais e do curso, justificativa do curso, a matriz curricular e as metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem aplicado ao curso, o perfil do egresso e, por fim, a avaliação para todos esses aspectos que o próprio corpo discente da Instituição registrou no Relatório de Autoavaliação da CPA. As informações presentes nesse capítulo são fruto da análise do PDI 2014-2018 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2014), do PPP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018), do PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017), do CNCT (2016) e do Relatório de Autoavaliação da CPA publicado em 2018, conforme dito anteriormente. Todos estes documentos encontram-se disponíveis no *site* da Instituição <<https://ifce.edu.br/tabuleirodonorte>>, exceto o CNTC que encontra-se disponível no *site* do

Ministério da Educação <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>.

O PPP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018), no próprio documento, é denominado Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Há uma justificativa descrita nele para que o termo “político” fosse subtraído da denominação, pois os próprios membros da comissão de avaliação e aprovação do documento, pautando-se no entendimento de que as dimensões Política e Pedagógica são mutuamente imbricadas no âmbito de ensinar e aprender, aprovaram tal alteração. Porém resolvemos identificá-lo em nosso estudo pela sigla comumente utilizada para este tipo de documento por todas as instituições, PPP, para evitar qualquer confusão por parte do nosso leitor.

O PPP do IFCE é a diretriz através da qual são conduzidas as ações que impactam diretamente o projeto educativo da instituição, legitimando a obrigatoriedade com a educação e motivando as contribuições sociais nos escopos local, regional e nacional. Neste documento a Instituição apresenta como sua missão institucional “produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos, na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética” e como visão institucional, “tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 18-19). Para cumprir com esses objetivos institucionais tão amplos e profundos, o IFCE se fundamenta nos princípios relacionados à escola democrática como Igualdade, Equidade, Qualidade, Gestão democrática, Liberdade, Universalidade, Valorização do magistério e Valorização do servidor e conduz seus processos a partir de valores como

o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 24).

Ainda no PPP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 24), como também está descrito no PDI 2014-2018, a Instituição apresenta ter como finalidades e características, definidas pelo artigo 6º da Lei nº 11.892/2008,

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2014, p. 24).

Na sequência, apresenta ainda algumas finalidades que coadunam com sua visão institucional.

- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Também através do PPP (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018), é possível identificar os objetivos do IFCE, que também foram definidos pela Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, conforme destacamos alguns a seguir, enfatizando o inciso V.

- [...] I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
 IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 25, grifo nosso).

Partindo agora para o PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 7), o documento se apresenta como uma proposta curricular numa perspectiva de escola unitária e politécnica, no sentido de contribuir para completude do ser em formação, na sua convivência em sociedade e com o mundo do trabalho, numa perspectiva de formação unilateral, explicitando ainda que o Campus Tabuleiro do Norte está solidificado no princípio da politecnia e da formação unilateral defendendo uma prática educativa capaz de integrar ciência e cultura, humanismo e tecnologia, objetivando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, visto que, (o IFCE) dá ênfase a um trabalho de pesquisa, extensão e difusão de inovações tecnológicas.

É dessa forma que o PPC espera atender as demandas da sociedade e do setor produtivo viabilizando as necessidades produtivas da Região e do Município de Tabuleiro do Norte no qual apresenta uma significativa oportunidade de empregabilidade no setor, devido ao Comércio em expansão (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 7).

O curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE Tabuleiro do Norte foi criado pela Resolução nº 082, de 25 de setembro de 2017. Está alocado no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, conforme a classificação do Ministério da Educação, na 3ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), de 2016.

O curso possui uma carga horária total de 1200 horas, o turno de funcionamento é noturno, tem oferta de vagas anualmente, é presencial e tem duração de 1 ano e 6 meses. Na construção da identidade do curso, o PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 18) apresenta os seguintes objetivos gerais que norteiam suas práticas de ensino:

[...] Formar profissionais qualificados, capazes de articular a teoria com a prática, demonstrando conhecimentos, habilidades e atitudes para o desenvolvimento das atividades inerentes às operações administrativas.

Habilitar o profissional para atuar na operação das principais atividades administrativas, utilizando as mais modernas técnicas de gestão, baseadas em conceitos de administração, visando ao melhor atendimento ao cliente.

Além disso, o PPC apresenta como objetivos específicos na formação de seus alunos “desenvolver visão estratégica, postura de inovação e espírito empreendedor e adquirir capacidade de pensar de forma crítica, com autonomia intelectual e sensibilidade ao relacionamento interpessoal” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 19).

Analisando as informações acima, temos uma primeira impressão de que o PPC apresenta objetivos mais técnicos e mercadológicos, preocupando-se com uma formação e atuação técnica de seus alunos, enquanto que o PPP e PDI apresentam um objetivo mais sistêmico e de desenvolvimento local a partir de uma formação crítica, humana e completa dos alunos em seus diversos cursos.

A justificativa de criação do curso Técnico em Administração apresenta argumentos como

[a] quantidade de empresas atuantes (no município de Tabuleiro do Norte-CE), [a partir disso] faz-se necessário uma formação acadêmica para que profissionais sejam capacitados e que os investidores possam contar com profissionais habilitados a desenvolver um trabalho com qualidade em suas empresas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 14).

O documento registra que

[...] na composição econômica de Tabuleiro do Norte os setores apresentam os seguintes dados: no setor primário, a agricultura, o extrativismo vegetal, a pecuária e a pesca; no setor secundário, mais de trinta indústrias; no setor terciário, dados relevantes ao crescimento no polo comercial devido à localização de Tabuleiro do Norte entre estradas importantes para o escoamento de produtos (uma atividade presente desde o começo histórico do município), a assistência aos caminhoneiros ser uma das fontes da economia local, na qual se destaca o Polo metalúrgico e mecânico e à Associação dos Caminhoneiros de Tabuleiro do Norte (ACATAN). Além, da expansão em empreendimentos de pequeno e médio porte centralizados na área central do Município.

Além disso, com base nos dados disponíveis na Tabela 1 – Dados do Produto Interno Bruto – do PPC apresentada aqui em nossa introdução,

[o] setor de serviços apresenta dados significativos de crescimento (no município de Tabuleiro do Norte-CE) em analogia aos setores secundário e primário e há a necessidade de atender a formalização de profissionais para novos postos de trabalho que surgem com o crescimento econômico da região e do município (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 15).

Buscando dados atualizados, na mesma fonte utilizada pela Instituição para embasar sua justificativa na época de elaboração do PPC, podemos verificar que a argumentação do PPC em relação ao setor de serviços continua pertinente. Conforme verificamos a seguir na Tabela 2 – PIB Tabuleiro do Norte-CE 2015, a participação do setor no PIB municipal cresceu para 83,08%, frente aos 73,00% registrados no ano 2013.

Tabela 2 – PIB Tabuleiro do Norte-CE 2015.

Discriminação	Município	Estado
PIB (R\$ mil)	266.927	130.620.788
PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	8.820	14.669
Valor Adicionado Básico		
Agropecuária	8,16	4,49
Indústria	8,76	19,56
Serviços	83,08	75,95

Fonte: IPECE-CE – Perfil Básico Municipal, 2017, p. 14.

Ainda de acordo com a justificativa para implantação do curso descrita no PPC, as tabelas a seguir apresentam a situação estatística da condição de emprego no município no ano 2013.

Tabela 3 – [EMPREGO E RENDA] Número de empregos formais em 2013.

Discriminação	Número de empregos formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total de Atividades	2.303	1.172	1.131	1.495.923	840.200	655.723
Extrativa Mineral	3	3	-	3.583	3.253	330
Indústria de Transformação	432	298	134	263.819	162.085	101.734
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	1	-	7.796	6.475	1.321
Construção Civil	25	24	1	84.619	78.387	6.232
Comércio	569	311	258	259.949	153.660	106.289
Serviços	312	177	135	454.959	258.419	196.541
Administração Pública	918	317	601	395.278	155.123	240.155
Agropecuária	43	41	2	25.920	22.799	3.121

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.16.

Tabela 4 – [EMPREGO E RENDA] Saldo de empregos formais em 2013.

Discriminação	Saldo de empregos formais					
	Município			Estado		
	Admitido	Desligado	Saldo	Admitido	Desligado	Saldo
Total de Atividades	594	575	19	579.568	524.755	54.813
Extrativa Mineral	-	-	-	1.544	1.091	453
Indústria de Transformação	149	164	-15	108.482	101.727	6.755
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1	-	1	1.998	1.451	547
Construção Civil	93	122	-29	85.629	78.661	6.968
Comércio	199	182	17	126.026	112.798	13.228
Serviços	124	95	29	211.108	190.219	20.889
Administração Pública	1	-	1	1.970	1.608	362
Agropecuária	27	12	15	14.898	14.181	717

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p.16.

O IFCE apresenta então no seu PPC argumentos, baseados nestes dados, que apontam a necessidade de ampliar a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar na realidade empregatícia local no setor administrativo e no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

Ainda enfatiza que o curso Técnico Subsequente em Administração está dentro das expectativas da expansão e interiorização dos IF, uma das pautas da governabilidade como uma política pública de Educação (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

Ainda como justificativa para a criação do curso, o PPC apresenta uma última ideia defendendo que a oferta do curso Técnico Subsequente em Administração no município de Tabuleiro do Norte se alinha às novas tendências de crescimento da região, tendo em vista que faltam profissionais qualificados nos setores de serviço e comércio, dentro dos padrões exigidos em decorrência dos novos conceitos advindos das necessidades sociais destes setores nos últimos anos (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

[...] Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar na realidade empregatícia local no setor administrativo e no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 16).

Com base nesses argumentos e alguns números de indicadores estatísticos socioeconômicos locais apresentados no PPC, o texto encerra sua justificativa de implantação do curso nos dizendo que

[...] a iniciativa do Campus de Tabuleiro do Norte em ofertar o curso na modalidade Subsequente refere-se à identificação de oportunidades e potencialidades do mercado de trabalho, analisando também adversidades e incertezas, no intuito de favorecer aos estudantes que terminam o Ensino Médio, a possibilidade de uma formação inovadora e condizente com a realidade de desenvolvimento econômico e científico da região. A implantação do curso Técnico Subsequente em Administração vem suprir as necessidades dos setores produtivos emergentes da Região/Município, visando uma qualificação profissional rápida e ao mesmo tempo sólida, considerando a formulação de currículos flexíveis e adequados à realidade desses setores, sendo de grande importância, para tanto, a aproximação e o estreitamento das relações das instituições com as empresas, proporcionando o desenvolvimento comercial da Região (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 17-18).

Dessa forma, o curso Técnico Subsequente em Administração se apresenta numa perspectiva para atender a necessidade de qualificação técnica exigida pelo mercado. Porém, o PPC é um documento específico, de um curso específico, que neste caso é o de Técnico em Administração. Na concepção do curso, o PPC se aproxima bastante do ideal do IFCE, apresentado em seu PDI:

[...] O curso Técnico Subsequente em Administração se propõe a formar profissionais capacitados ao mercado de trabalho de forma crítica, participativa, justa e consciente dos valores morais e éticos, **favorecendo assim a construção de um caminho profissional com autonomia, dignidade e liberdade, no trabalho e nas relações sociais** (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ 2017, p. 13, grifo nosso).

O PPC apresenta o perfil do profissional que busca formar no curso, indicando que o técnico de nível médio em Administração deverá

[...] apresentar um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades para desempenhar atividades na área administrativa, tendo uma boa formação científica e tecnológica, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 20).

O documento descreve ainda algumas competências e habilidades que o egresso do curso deve demonstrar ao final de sua formação técnica.

[...] ▪ Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

▪ Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;

▪ Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;

▪ Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;

▪ Desenvolver atividades de planejamento e supervisão nos setores de atuação;

▪ Empreender negócios ligados à comercialização de bens e serviços (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 20);

E ainda,

[...] ▪ Compreender e aplicar diretrizes organizacionais, visando à competitividade no mercado;

▪ Operacionalizar planos de marketing e comunicação, logística e recursos humanos;

▪ Planejar e executar projetos de viabilidade econômica;

▪ Elaborar planos de negócios na área comercial;

▪ Utilizar técnicas de negociação, vendas e atendimento adequadas às atividades comerciais;

▪ Utilizar adequadamente recursos tecnológicos aplicados às atividades comerciais;

▪ Conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;

▪ Ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;

▪ Ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;

▪ Posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 21).

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, é um instrumento que visa disciplinar e orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral sobre a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio, conforme as políticas públicas para a Educação Profissional no país. O

documento, que é um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio, é atualizado periodicamente para contemplar novas demandas socioeducacionais (CNCT, 2016).

A terceira e mais recente edição do CNCT, que utilizamos aqui em nossa análise, além de apresentar a relação de 227 cursos técnicos de nível médio,

[...] contém as denominações dos cursos, [agrupados] em treze eixos tecnológicos; respectivas cargas horárias mínimas; **perfil profissional de conclusão**; infraestrutura mínima requerida; campo de atuação; ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); normas associadas ao exercício profissional; e possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo (CNCT, 2016, p. 8, grifo nosso).

Se compararmos ao que dispõe o CNCT sobre as competências que devem ser enfatizadas nos cursos do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, podemos constatar que o PPC em questão aqui está coerente com essa orientação do próprio Ministério da Educação.

[...] O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças (CNCT, 2016, p. 79).

O Catálogo ainda apresenta como ideal de Perfil Profissional para um egresso de um curso Técnico em Administração, alguém que

[...] aplica métodos de comercialização de bens e serviços. Efetua controle quantitativo e qualitativo de produtos. Coordena a armazenagem no estabelecimento comercial. Elabora planilha de custos. Verifica a demanda e comunica previsões aos fornecedores. Operacionaliza planos de marketing e comunicação, logística, recursos humanos e comercialização (CNCT, 2016, p. 80).

Uma descrição bastante orientada para as atividades técnicas da área e que se aproxima bastante da descrição de competências e habilidades do egresso conforme o PPC de Administração do IFCE.

Para alcançar esse resultado de formação com seus egressos, o PPC propõe o currículo do curso e todas as atividades que o compõe com o propósito de promover a construção do conhecimento, aprendizagem e a interação do educando com a sociedade, preparando para a vida produtiva e para o exercício da cidadania (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

Conforme o CNCT (2016, p.79), sobre os cursos que fazem parte do Eixo Gestão e Negócios,

[...] a organização curricular [...] contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

O PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 22) descreve que

[...] o curso Técnico em Administração está organizado por meio de uma sólida base de conhecimento científico, tecnológico e humanístico, possuindo uma carga horária total de 1200 horas, composta por 1000 horas de carga horária dos componentes curriculares obrigatórios e 200 horas de carga horária referentes às práticas profissionais para saída do curso.

Aponta ainda que o curso tem como proposta oferecer uma formação técnica aplicada, humanística e acadêmica através de atividades realizadas em laboratório, sala de aula e biblioteca de modo a corresponder às reais necessidades do estudante, através da aprendizagem significativa (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

Assim, a Instituição estruturou sua proposta curricular conforme a matriz a seguir.

Quadro 2: Matriz Curricular do curso Técnico Subsequente em Administração.

SEMESTRE I						
Código	Componentes Curriculares	C.H.	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisitos
TSA101	Português Instrumental	40	2	40	00	-
TSA102	Inglês Instrumental	40	2	40	00	-
TSA103	Matemática Financeira	80	4	80	00	-

TSA104	Informática Aplicada	40	2	20	20	-
TSA105	Fundamentos de Administração	80	4	80	00	-
TSA106	Contabilidade Geral e Aplicada	80	4	60	20	-
TOTAL		360	18	320	40	-
SEMESTRE II						
Código	Componentes Curriculares	C.H.	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisitos
TSA207	Empreendedorismo	80	4	40	40	-
TSA208	Fundamentos do Marketing	80	4	80	00	-
TSA209	Gestão de Custos e Formação de Preços	40	2	40	00	-
TSA210	Gestão Socioambiental	40	2	40	00	-
TSA211	Processos Administrativos	40	2	20	20	-
TSA212	Gestão da Produção	40	2	40	00	-
TOTAL		320	16	260	60	-
SEMESTRE III						
Código	Componentes Curriculares	C.H.	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisitos
TSA313	Gestão de Pessoas	40	2	40	00	-
TSA314	Administração Financeira	80	4	40	40	-
TSA315	Logística	40	2	40	00	-
TSA316	Legislação aplicada à micro e pequenas empresas	80	4	80	00	-
TSA317	Gestão da Qualidade	40	2	20	20	-
TSA318	Relações Interpessoais	40	2	20	20	-
TOTAL		320	16	240	80	-
CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO					1.000 horas	
PRÁTICAS PROFISSIONAIS					200 horas	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO					1.200 Horas	

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 23-24.

Além disso, ainda dispõe de algumas disciplinas optativas que podem ser cursadas pelos alunos no terceiro semestre do curso.

Quadro 3: Matriz Curricular do curso Técnico Subsequente em Administração – Disciplinas optativas.

OPTATIVAS						
SEMESTRE III						
Código	Componentes Curriculares	C.H.	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisitos
TSA419	Estatística	40	2	40	00	-
TSA420	Educação Física	40	2	20	20	-
TSA421	Informática Aplicada II	40	2	20	20	-
TSA422	Metodologia do Trabalho Científico	40	2	40	00	-
TSA423	Libras	40	2	40	00	-
TSA424	Sociologia aplicada	40	2	40	00	-
TOTAL		240	12	200	40	-

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 24.

Podemos constatar que o PPC contempla a orientação do CNCT em relação aos conhecimentos relacionados que devem estar presentes na organização curricular de um curso Técnico em Administração. Conforme o PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017) esta matriz curricular está composta por disciplinas que observam as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto nº 5.154/2004, na Resolução nº 06/2012 e no CNCT 2016.

O curso propõe uma metodologia que enfatiza a interdisciplinaridade com o objetivo de constituir condições para a melhoria da qualidade do ensino, orientando-se para a perspectiva da formação integral do homem, por meio de uma abordagem entre o conhecimento e as situações do cotidiano (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

[...] As aulas devem, sempre observando a interdisciplinaridade, abranger além das atividades convencionais da sala de aula, atividades complementares tais como: visitas técnicas, eventos científicos, programa de extensão, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras desenvolvidas pelos estudantes durante o curso (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 26).

Nesse sentido, o professor do curso assume um papel importantíssimo exigindo-se dele uma postura de aprendizagem permanente e colaborativa.

[...] O professor atua como mediador, e seu papel é fundamental para consolidar um processo participativo em que o aluno possa ser o construtor do seu próprio conhecimento, desenvolvendo uma integração, o que pode ocorrer através do desenvolvimento de atividades integradoras como: debates, reflexões, seminários, momentos de convivência, palestras e trabalhos coletivos. Compete ao professor do curso Técnico em Administração organizar situações didáticas para que o aluno busque, através de estudo individual e/ou em equipe, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional do técnico (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 25).

Dessa forma o PPC, propondo que seu fazer pedagógico seja um processo de construção e reconstrução da aprendizagem, acredita ser capaz de preparar o estudante para ser produtor e criador de conhecimentos, desenvolver o potencial crítico do mesmo, possibilitando que, ao encontrar um problema, ele seja capaz de avaliar e elaborar soluções. Essa abordagem formará profissionais com autonomia intelectual, aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para o desenvolvimento sustentável (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

Ainda nesta proposta de processo formativo, o curso admite e inclui outras ações proativas de caráter social na comunidade como participação em projetos de pesquisa, extensão, condução de projetos de pesquisa próprios, iniciação à atividade docente, dentre outras (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017).

Conforme o PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 26), no decorrer das atividades do curso Técnico em Administração o aluno poderá desenvolver ações de caráter acadêmico, científico, cultural, e interdisciplinar que, são consideradas essenciais para a formação do futuro profissional. Essas atividades poderão ser contabilizadas como Práticas Profissionais especificadas na Matriz Curricular, que totalizam 200 horas da Carga Horária total do curso.

[...] A Prática Profissional deve estimular os estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais, culturais e globais (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 27).

O PPC apresenta um quadro que define as atividades que poderão ser realizadas pelos alunos e a carga horária que poderá ser computada em seu currículo escolar, mediante a avaliação do coordenador do curso e análise da comprovação de realização da atividade pelo aluno.

Quadro 4 – Carga Horária Prática Profissional

CARGA HORÁRIA PRÁTICA PROFISSIONAL			
Atividade	Nº máx. de horas	Equivalência (horas)	Requisito para validação
Atividades de iniciação à pesquisa			
Atividades práticas de laboratórios	Até 100 horas	Horas por semestre	Declaração com período da bolsa e/ou projeto
Participação em projetos de pesquisas e projetos institucionais do IFCE, voltados à formação na área	Até 100 horas	Horas por semestre	Atestado com período e órgão fomentador e Relatório de atividades
Participação em projeto de iniciação científica e iniciação tecnológica (PIBIC – EM; PIBIC Júnior) voltados à formação na área	Até 100 horas	Horas por semestre	Atestado com período e órgão fomentador e Relatório de atividades
Seminários, conferências			
Participação como expositor/apresentador de trabalho em seminários, conferências, palestras e workshops assistidos voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE	Até 40 horas	Horas para cada evento	Comprovante de participação
Colaboração na organização em eventos, mostras e exposições voltados à formação profissional na área, no âmbito do IFCE	Até 20 horas	Horas para cada evento	Certificado de colaboração

Vivência profissional complementar			
Realização de estágios não curriculares no âmbito do IFCE	Até 200 horas	Número máximo de horas	Declaração/Relatório avaliado
Experiência Profissional comprovada na área	Até 200 horas	Número máximo de horas	Declaração/CTPS assinada
Atividades de Extensão			
Ministrar curso, palestra, ateliê, oficina no âmbito da formação profissional	Até 20 horas	Horas para cada evento	Declaração da organização do evento
Outras atividades de cunho técnico			
Visitas técnicas	Até 16 horas	Horas por semestre	Certificado de realização
Atividades de observação assistida no âmbito da formação profissional na área, no IFCE	Até 20 horas	Horas por semestre	Relatório avaliado

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 27-28.

Toda essa estrutura curricular e seu conjunto de atividades demandam uma sistemática de avaliação. O IFCE considera a avaliação um processo contínuo e cumulativo onde são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, ou seja, os instrumentos da prática docente avaliam a aprendizagem dos alunos antes, durante e depois do processo. Essas funções são utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017). Vale destacar que o PPC enfatiza que nesse processo de verificação da aprendizagem, leva-se em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme a LDB (BRASIL, 1996), art. 24, inciso V, alínea “a”.

[...] o Campus Tabuleiro do Norte entende que avaliar é orientar e acompanhar o processo educativo como um todo, procurando contribuir para que o aluno desenvolva conhecimentos, habilidades, competências e atitudes, intervindo quando necessário, de forma a agir e corrigir os rumos do processo de instrução. Isso significa levar o professor a observar mais criteriosamente seus alunos, a buscar formas de gerir as aprendizagens, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos

(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 29).

Na perspectiva de que o curso e seu Projeto pretendem oferecer ao formando as condições adequadas para o exercício de sua cidadania, considerando-se a compreensão de seu papel como sujeito que se insere numa dada realidade de maneira crítica, participativa e transformadora, é possível verificarmos também, no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 publicado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a perspectiva dos alunos sobre esse processo educativo que o PPC propõe.

4.1 OS EGRESSOS, O CURSO E A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que objetiva garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. De acordo com essa Lei, para a avaliação das instituições devem ser utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco. Nessa perspectiva, tais procedimentos de avaliação são coordenados pela CPA, no âmbito do IFCE assim como em outras IES.

Ainda de acordo com a Lei do SINAES, para compreendermos a representatividade do Relatório de Autoavaliação Institucional em nossa pesquisa, faz-se importante sabermos o objetivo deste processo conduzido pela CPA na Instituição e que dimensões, assim identificadas pela Lei, este mesmo processo considera em sua perspectiva analítica.

[...] Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

O Relatório aqui analisado apresenta um breve histórico do IFCE, sua caracterização enquanto Instituição, suas finalidades e objetivos institucionais, e a relação de todos os cursos ofertados: licenciaturas, bacharelados, tecnológicos, assim como cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes. No ano desta avaliação em análise, no IFCE eram oferecidos 21 cursos técnicos integrados ao ensino médio, 35 cursos técnicos concomitantes ao ensino médio e 35 cursos subsequentes ao ensino médio.

Além disso, o documento também descreve o processo metodológico da autoavaliação, constituído por três etapas: Elaboração, Execução e Análise dos dados.

[...] Sabe-se que os resultados da autoavaliação devem ser submetidos ao olhar de especialistas, na perspectiva de se proceder a uma avaliação externa das práticas desenvolvidas, uma vez que, por uma visão externa, podem-se corrigir eventuais erros de percepção produzidos por agentes internos e o documento, então, atua como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC. Nesse sentido, a atual Comissão Própria de Avaliação Institucional, no que tange à metodologia aplicada ao processo avaliativo, manteve a proposta utilizada nas avaliações anteriores inclusive, quanto às etapas realizadas. A metodologia adotada pela CPA alinha-se ao modelo proposto pelo Sinaes, dividindo o processo em três etapas, quais sejam, elaboração, execução e a análise, culminando na produção do relatório final (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p.16-17).

Para entendermos a importância dos dados construídos por esse Relatório da CPA, é necessário compreendermos o processo metodológico, principalmente a etapa de Análise. Resumidamente, na etapa de elaboração, desenvolveram-se atividades de concepção metodológica, incluindo a produção dos instrumentos e, ainda, atividades de sensibilização e divulgação do processo avaliativo, adotando-se diversas estratégias e instrumentos

(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018). Na etapa de Execução, foram disponibilizados os questionários *on-line* por meio do sistema “Q-acadêmico” do IFCE, para que os alunos respondessem em qualquer local e a qualquer momento, dentro do período de execução, assegurado o total anonimato, conforme descrito no Relatório.

Na etapa de Análise, a Comissão construiu três categorias que representavam os níveis de satisfação dos respondentes para cada pergunta dos questionários: alto nível de satisfação, médio nível de satisfação e baixo nível de satisfação.

[...] (i) o nível de satisfação era alto quando os respondentes selecionavam as opções “Sim” e “Sempre”; (ii) o nível de satisfação era médio quando os respondentes selecionavam a opção “Frequentemente”; e (iii) o nível de satisfação era baixo quando os respondentes selecionaram a opção “Não”, “Raramente”, “Nunca” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 17, grifos do documento).

A partir das respostas e dos níveis de satisfação identificados, construiu-se uma nova categorização dos resultados usando como referência o percentual de nível de satisfação alto, com o objetivo de se encontrar um conceito final e único para o aspecto avaliado. Ou seja

[...] para cada pergunta identificou-se o percentual de respostas que apontavam para um nível de satisfação alto. Se esse percentual estivesse entre 0 e 49.99%, teria-se como resultado da avaliação no segmento de público o conceito de fragilidade. Caso esse percentual estivesse entre 50 e 69.99%, diria-se que o conceito seria de avaliação mediana e se o percentual fosse maior que 70%, o resultado final por segmento apontaria para uma potencialidade (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 18).

A seguir, apresentamos os dados coletados pela aplicação dos questionários e a análise da CPA, considerando as dimensões institucionais dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861 mais relevantes para este nosso estudo: dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, Dimensão 3 - Responsabilidade Social da Instituição, Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade e Dimensão 9 - Política de Atendimento aos Discentes.

Quadro 5 – Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Questão	Professor	Aluno	Técnico-administrativo	Classificação Final
---------	-----------	-------	------------------------	---------------------

Você teve a oportunidade de participar da elaboração/revisão do PDI/PAA do seu campus?	<i>Fragilidade</i> 56%	<i>Fragilidade</i> 16%	<i>Fragilidade</i> 48%	<i>Fragilidade</i>
Você considera que o IFCE mantém coerência entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserido?	<i>Fragilidade</i> 27%	<i>Fragilidade</i> 40%	<i>Fragilidade</i> 22%	<i>Fragilidade</i>

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 21.

A primeira dimensão avaliada já nos mostra que os alunos não percebem as ações do IFCE, e naturalmente do PPC, em coerência com todos aqueles objetivos expostos na justificativa de implantação do curso e do campus no município.

Quadro 6 – Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Questão	Professor	Aluno	Técnico-administrativo	Classificação Final
O currículo do Instituto visa à formação do cidadão crítico e participativo. Você considera que a prática docente contribui para a efetividade desse currículo?	<i>Fragilidade</i> 46%	<i>Fragilidade</i> 46%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A reflexão e a pesquisa são estratégias de aprendizagem capazes de estimular o autodesenvolvimento do educando. Essas estratégias estão presentes no método de ensino dos professores?	<i>Fragilidade</i> 27%	<i>Fragilidade</i> 41%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os	<i>Fragilidade</i> 42%	<i>Fragilidade</i> 37%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Essas práticas são observadas pelos docentes?				
Os currículos e programas do seu curso correspondem a suas expectativas?	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 76%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Você desenvolveu alguma atividade de produção científica e tecnológica mediante a publicação de artigos, livros ou comunicação em eventos científicos?	<i>Avaliação mediana 63%</i>	<i>Fragilidade 25%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
Em relação ao apoio à participação em eventos regionais, nacionais e internacionais com qualis, as suas solicitações foram atendidas?	<i>Fragilidade 17%</i>	<i>Fragilidade 20%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Você participa de atividade de extensão no seu campus?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 25%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Você promove atividade de extensão e/ou participa de alguma em seu campus?	<i>Avaliação mediana 55%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
Os representantes do campus estimulam a participação dos alunos em atividades de extensão?	<i>Avaliação Mediana 65%</i>	<i>Fragilidade 48%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
Você considera que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são	<i>Fragilidade 47%</i>	<i>Fragilidade 27%</i>	<i>Fragilidade 16%</i>	<i>Fragilidade</i>

desenvolvidas de maneira articulada no seu campus?				
Você considera que a extensão desenvolvida no seu campus contribui para o desenvolvimento social das comunidades atendidas?	<i>Avaliação Mediana 61%</i>	<i>Fragilidade 49%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
Coerência dos objetivos do curso com a estrutura curricular?	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 86%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, previstas no PDI, no âmbito do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 74%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Atualização dos conteúdos curriculares previstos em relação ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 77%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Adequação das cargas horárias ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 76%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Coerência das atividades pedagógicas com a metodologia implantada no curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 76%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Articulação da teoria com a prática:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 73%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A atuação do (a) coordenador (a):	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 78%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A atuação do (as) professores (as) em relação ao ensino:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 85%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A atuação do (as) professor (as) em relação à extensão:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 76%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>

A atuação dos técnico-administrativos do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 79%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
O campus desenvolve práticas que estimulam a formação continuada do docente	<i>Potencialidade 72%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. A sua prática avaliativa em sala de aula observa esse aspecto?	<i>Potencialidade 95%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 22-23.

A Dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, é extremamente importante para nossa análise visto que nela podemos capturar algumas percepções dos alunos em relação ao currículo, as práticas docentes, as atividades e avaliação no curso.

O primeiro questionamento desta dimensão (O currículo do Instituto visa à formação do cidadão crítico e participativo. Você considera que a prática docente contribui para a efetividade desse currículo?) Já nos apontou que os alunos não estão identificando coerência das práticas docente com a busca por alcançar uma formação cidadã, crítica e participativa, como visa o currículo do curso.

Na sequência, percebemos fragilidade em aspectos como métodos de ensino, avaliação da aprendizagem, produção científica ou tecnológica e atividades de extensão. Apesar de se tratar de um curso técnico de nível médio, há em seu PPC uma Carga Horária Prática Profissional a ser cumprida pelos alunos durante todo o curso que envolve todas essas atividades, especialmente as de extensão, como destacamos aqui no Quadro 4.

[...] Outro aspecto mencionado pelos estudantes, de maneira geral, foi a necessidade de mais incentivo e inclusão da participação de um número maior de estudantes no âmbito da pesquisa e da extensão e de forma significativa. Também foi informado a necessidade de mais aulas práticas e de laboratório (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 24).

Em contraponto, os alunos demonstraram grande satisfação em relação à coerência dos objetivos do curso com a estrutura curricular, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, ao perfil do egresso previsto no PPC, a atuação da coordenação do curso, entre outros aspectos.

Podemos verificar também que, mesmo demonstrando insatisfação com a prática docente, os alunos se dizem satisfeitos com as atividades pedagógicas, a articulação da teoria com a prática e a atuação dos professores em relação ao ensino e à extensão.

[...] É válido destacar que, nas manifestações dos estudantes feitas no instrumento avaliativo, precisamente no campo destinado às considerações dos respondentes, foi observado o reconhecimento do segmento discente aos professores. Houve observações satisfatórias. Todavia, de forma significativa, foram identificadas críticas e sugestões a respeito de aspectos que envolvem a postura e didática do corpo docente, a saber: metodologia de ensino, relação interpessoal, sensibilidade, atenção a alunos com dificuldade de aprendizagem, entre outros (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 24).

Quadro 7 – Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.

Questão	Professor	Aluno	Técnico-administrativo	Classificação Final
O campus dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência visual?	<i>Fragilidade</i> 12%	<i>Fragilidade</i> 21%	<i>Fragilidade</i> 14%	<i>Fragilidade</i>
O campus dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência física?	<i>Fragilidade</i> 30%	<i>Fragilidade</i> 39%	<i>Fragilidade</i> 35%	<i>Fragilidade</i>
O campus dispõe de pessoal especializado para atender pessoas com deficiência auditiva?	<i>Fragilidade</i> 24%	<i>Fragilidade</i> 21%	<i>Fragilidade</i> 27%	<i>Fragilidade</i>
O campus desenvolve projetos capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico/social da região?	<i>Avaliação Mediana</i> 59%	<i>Fragilidade</i> 45%	<i>Fragilidade</i> 19%	<i>Fragilidade</i>
No campus, existe	<i>Avaliação</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>

política/programa/ação de inclusão social?	<i>Mediana</i> 54%	48%	16%	
Existe uma política/programa/ação de preservação do meio ambiente no campus?	<i>Fragilidade</i> 43%	<i>Fragilidade</i> 49%	<i>Fragilidade</i> 45%	<i>Fragilidade</i>
No campus, existe uma política, ação ou um programa que contribui para a preservação da memória cultural e patrimônio cultural da cidade?	<i>Fragilidade</i> 9%	<i>Fragilidade</i> 18%	<i>Fragilidade</i> 10%	<i>Fragilidade</i>
Você se julga capacitado a ministrar sua disciplina para alunos com necessidades educativas especiais?	<i>Fragilidade</i> 17%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 21-22.

Nesta terceira dimensão, torna-se relevante considerarmos as questões 4, 5, 6 e 7 principalmente, por tratarem justamente de aspectos e ações da Instituição que levam a promoção do desenvolvimento econômico e social local, além da consciência pela preservação do meio ambiente, um comportamento extremamente cidadão.

O IFCE em seu PDI, assim como no PPC, apresenta finalidades e objetivos como os que determinam o artigo 6º da Lei Nº 11.892/2008, conforme já foi dito aqui, dentre eles:

- [...] I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, **formando e qualificando cidadãos** com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, **com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional**;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às **demandas sociais** e peculiaridades regionais;
- IV - orientar sua oferta formativa em **benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais**, identificados com base no mapeamento das potencialidades de **desenvolvimento socioeconômico e cultural** no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à **preservação do meio**

ambiente (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ 2017, p. 9-10, grifo nosso).

Assim, com base nos dados apresentados pelo Relatório da CPA, podemos constatar que os alunos não estão percebendo a coerência entre a atuação da Instituição e do curso com suas finalidades e objetivos elencados nos documentos institucionais.

Essa falta de ações ou programas que colaborem com o alcance desses objetivos ligados à comunidade local, seu desenvolvimento, a preservação do meio ambiente e de sua cultura, pode levar a uma formação de um profissional que não tenha uma atitude tão participativa e cidadã, como objetivado pelo PPC. Além disso, pode também influenciar a construção de uma percepção não muito boa por parte da população do município em relação à Instituição, ao curso e à sua qualidade. Podemos verificar no quadro a seguir que os alunos apresentam uma percepção mediana em relação a esses aspectos de relacionamento e reconhecimento por parte da comunidade local.

Quadro 8 – Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade.

Questão	Professor	Aluno	Técnico-administrativo	Classificação Final
Você considera que a imagem institucional é reconhecida na região em que seu campus está?	<i>Avaliação Mediana</i> 64%	<i>Avaliação Mediana</i> 68%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
As estratégias de comunicação interna adotadas pela instituição garantem a divulgação de informações corretas e precisas?	<i>Avaliação Mediana</i> 52%	<i>Avaliação Mediana</i> 53%	<i>Avaliação Mediana</i> 62%	<i>Avaliação Mediana</i>
As estratégias de comunicação externa adotadas pela instituição garantem a consolidação da imagem institucional?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação Mediana</i> 61%	<i>Avaliação Mediana</i>

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 24.

Se essa percepção por parte dos alunos, que transitam entre o universo interno da Instituição e o universo externo, a sociedade local, for coerente com a opinião da população

do município e região, pode influenciar e até mesmo prejudicar o reconhecimento da qualidade da formação dos egressos e dificultar sua inserção no mercado de trabalho local.

Quadro 9 – Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.

Questão	Professor	Aluno	Técnico-administrativo	Classificação Final
O atendimento pedagógico ao aluno é satisfatório?	<i>Fragilidade 41%</i>	<i>Fragilidade 49%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
O atendimento social ao aluno é satisfatório?	<i>Fragilidade 41%</i>	<i>Fragilidade 45%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
O atendimento na coordenadoria de controle acadêmico é satisfatório?	<i>Avaliação Mediana 55%</i>	<i>Avaliação Mediana 51%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
O atendimento relacionado a estágio é satisfatório?	<i>Fragilidade 29%</i>	<i>Fragilidade 26%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Coerência dos objetivos do curso com o perfil profissional do egresso	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 77%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Apoio ao discente, por meio de programas, tais como: programa de apoio extraclasse, psicopedagógico, atividade de nivelamento e extracurriculares?	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade 70%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-óculos do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 12%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-transporte do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 16%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas com pernoite do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 10%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

a política de auxílio para visitas técnicas sem pernoite do IFCE?		10%		
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas obrigatórias do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 12%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-alimentação do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 16%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-moradia do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 12%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política do IFCE quanto ao auxílio a mãe e pais?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 10%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio acadêmico do IFCE?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade 16%</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018, p. 24-25.

Nesta última dimensão considerada, destacamos a fragilidade percebida pelos alunos em relação ao atendimento pedagógico e do estágio. O estágio curricular é o principal momento de contato com o mundo do trabalho que o aluno tem durante seu curso. Nesse momento ele poderá desenvolver habilidades e competências para além dos conteúdos disciplinares, o que consideramos ser instrumento possível de transformação.

Apesar disso e das fragilidades, também identificadas nesta mesma dimensão em relação às políticas de auxílio que a Instituição propõe, os alunos consideram existir coerência dos objetivos do curso com o perfil profissional do egresso.

Assim, podemos concluir que os objetivos do IFCE com o curso em questão e sua implantação no município de Tabuleiro do Norte são amplos e bastante orientados ao desenvolvimento local e promoção da qualidade de vida de seus alunos e de toda a comunidade da qual eles fazem parte. Os documentos institucionais descrevem claramente as metas e ações para alcançar esses objetivos. O currículo está coerente com a legislação e os ideais institucionais. Os alunos, apesar de alguns conflitos destacados pelo Relatório da CPA, parecem estar satisfeitos com o curso e seus processos educativos durante o mesmo. No

capítulo seguinte verificamos se eles mantêm essa satisfação e visão em relação ao curso, após sua conclusão.

5 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SEUS IMPACTOS NA VIDA DOS EGRESSOS

Neste último capítulo, objetivamos investigar como os sujeitos atuam no mundo do trabalho e se eles atribuem significados às contribuições do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE Tabuleiro do Norte para suas vidas, alcançando assim o último objetivo específico e central desta pesquisa.

Metodologicamente, apresentamos a construção dos dados com a aplicação dos questionários e realização de entrevistas recorrentes com os 14 egressos do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE Tabuleiro do Norte, sujeitos de nossa pesquisa. Como mencionamos anteriormente em nosso percurso metodológico, esta etapa da pesquisa foi realizada por meio da utilização do *software* de comunicação instantânea via *internet* chamado *Whatsapp*, além do sistema de coleta e organização de informações *Google* Formulários.

As respostas dos sujeitos às perguntas dos questionários estão apresentadas em sua integralidade, tendo sido copiadas dos relatórios do *Google* Formulários e coladas em nosso texto, ou seja, não houve necessidade de transcrição, pois o *software* nos forneceu as respostas dos sujeitos já de forma escrita. Vale ressaltar que algumas perguntas nos formulários eram optativas ou desnecessárias, de acordo com a resposta do sujeito para o questionamento anterior; por este motivo em alguns momentos não apresentamos 14 registros de respostas. Para preservarmos a privacidade e as identidades dos sujeitos, codificamos todos eles como E1, E2, E3, E4, assim sucessivamente. Esta etapa da pesquisa ocorreu no ápice da Pandemia da Covid-19 que, conforme explicamos anteriormente, nos impossibilitou de irmos adiante com os registros dos TCLE's.

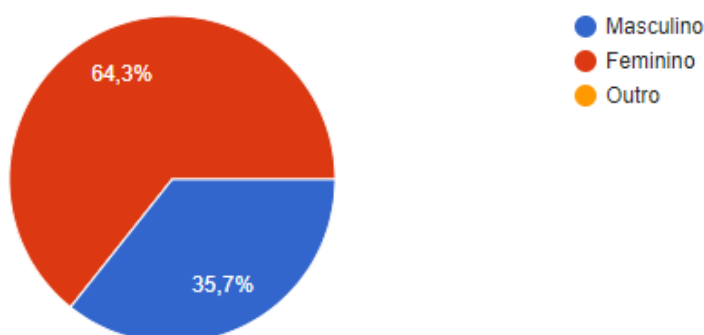
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Em uma primeira fase desta última etapa da pesquisa, aplicamos um primeiro e breve questionário utilizando o *Google* Formulários a fim de caracterizarmos os sujeitos quanto à faixa etária, sexo, renda e suas experiências profissionais e acadêmicas anteriores ao curso. Isso nos permitiu ter uma imagem mais real da condição de cada sujeito e analisarmos o perfil de ingressantes no curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE de Tabuleiro do Norte/CE. Vale salientar que a turma teve início em 2017.2 com 40 alunos ingressantes e que concluiu em 2018.2 com 14 alunos aptos a colarem grau.

Esta primeira fase da pesquisa com os sujeitos foi composta por um questionário semiestruturado, com questões fechadas e abertas, que tem seus resultados apresentados através de gráficos e tabelas a seguir. O questionário foi enviado a todos os sujeitos no dia 29 de abril de 2020 pelo *Whatsapp* em forma de um *link* criado pelo próprio *Google* Formulários. Os respondentes ao clicarem no *link* foram redirecionados ao questionário através do navegador de *internet* de seus aparelhos celulares. Ao final, o *Google* nos disponibilizou relatórios com todas as respostas, individual e também geral.

A população de nossa pesquisa então é composta pelos 14 egressos do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE do município de Tabuleiro do Norte. Destes, 64,3% são do gênero Feminino e 35,7% do gênero Masculino, conforme nos mostra o Gráfico 1 abaixo.

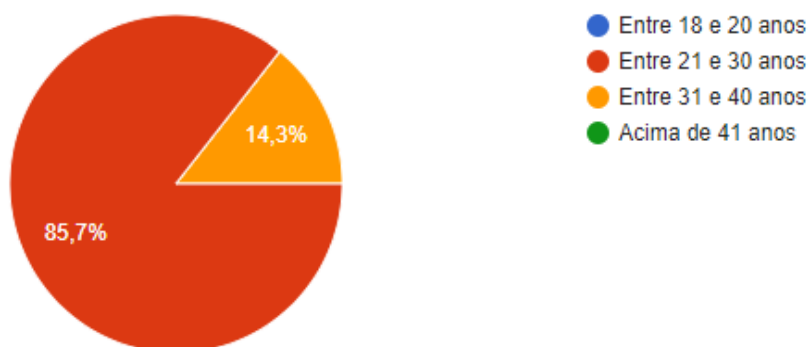
Gráfico 1: Gênero.



Fonte: construção do autor (2020).

O grupo é composto por uma maioria bastante jovem, com 85,7% com idades entre 21 e 30 anos e 14,3% com idades entre 31 e 40 anos, como nos apresenta o Gráfico 2.

Gráfico 2: Faixa etária.

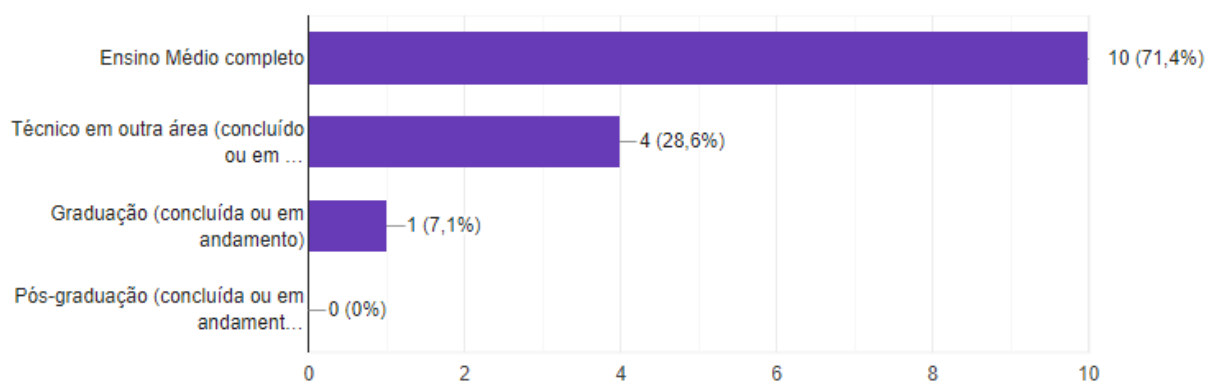


Fonte: construção do autor (2020).

Segundo o último Censo da Educação Básica 2019 (2020, p. 41), a Educação Profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 78,8% das matrículas. Com exceção dos alunos com mais de 60 anos, existe uma predominância de matrículas de mulheres na Educação Profissional em todas as demais faixas etárias.

O Gráfico 3 a seguir, que apresenta as respostas à pergunta “Qual sua Escolaridade antes de iniciar o curso Técnico Subsequente em Administração?”, nos mostra que a maior parte dos sujeitos iniciou o curso Técnico Subsequente em Administração no IFCE após concluírem o ensino médio e que alguns poucos, além dessa formação, já possuíam ou estavam com outro processo formativo em andamento. Vale ressaltar que nesta questão os respondentes podiam marcar mais de uma opção caso fosse necessário para definir sua condição de escolaridade no período, por isso o gráfico apresenta 15 respostas.

Gráfico 3: Escolaridade antes do curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Destacamos que um dos egressos optou por considerar apresentar a informação de que antes de iniciar o curso Técnico Subsequente em Administração no IFCE, já tinha concluído o ensino médio completo e também uma Graduação concluída ou em andamento. Pudemos identificar essa informação analisando os questionários individuais respondidos.

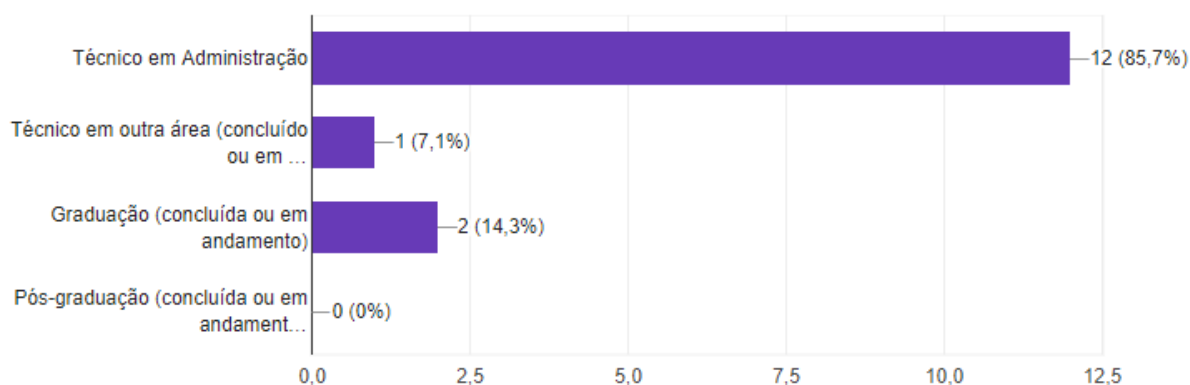
A Tabela 5 a seguir, que apresenta as respostas ao questionamento sobre qual era o curso específico do egresso antes do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE, nos mostra que esses outros processos formativos estão dentro das áreas da Educação Técnica de ensino médio e da Graduação Tecnológica. Com exceção do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, os demais processos formativos dos sujeitos fogem completamente da área de Administração.

Tabela 5: Escolaridade antes do curso Técnico Subsequente em Administração – curso específico.

E1	Tecnólogo em Gestão Ambiental
E3	Técnico em Radiologia
E4	Técnico em Manutenção Automotiva
E11	Técnico em Enfermagem
E14	Técnico em Edificações

Fonte: construção do autor (2020).

Se antes de iniciar o curso alguns alunos já tinham ou estavam em outro processo formativo, após a conclusão do curso essa situação se repetiu, como podemos verificar no Gráfico 4 e na Tabela 6 a seguir que apresentam, respectivamente, as respostas apresentadas para as perguntas “Qual sua Escolaridade atual?” e “Se na pergunta anterior você respondeu Graduação ou Pós-graduação, qual o curso?”.

Gráfico 4: Escolaridade após o curso Técnico Subsequente em Administração.

Fonte: construção do autor (2020).

A grande maioria permaneceu apenas com a formação técnica na área da Administração, porém outros dois egressos buscaram a Educação Superior. Um deles buscou a licenciatura na área das ciências exatas e outro um bacharelado em uma área correlata com sua formação técnica, conforme apresenta a Tabela 6 a seguir.

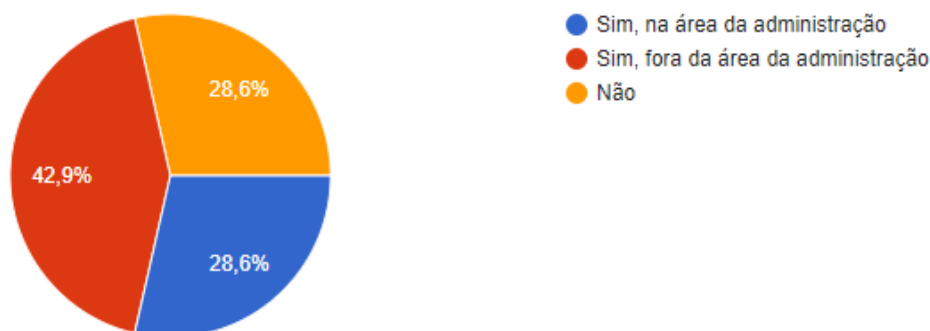
Tabela 6: Escolaridade após o curso Técnico Subsequente em Administração – curso específico.

E3	Técnico em radiologia
E4	Ciências Contábeis
E8	Matemática

Fonte: construção do autor (2020).

Em relação à atuação profissional dos egressos antes deles iniciarem o curso Técnico Subsequente em Administração no IFCE, o Gráfico 5 nos mostra que a maioria deles já trabalhava, porém fora da área da Administração (42,9%). Dos demais, 28,6% estavam trabalhando na área da Administração e outros 28,6% (4 pessoas) não estavam trabalhando.

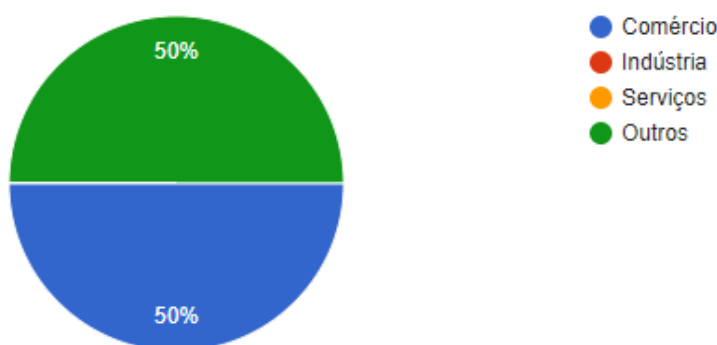
Gráfico 5: Atividade profissional antes do curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Detalhando a situação daqueles que já trabalhavam antes do curso, 50% estavam atuando na área do comércio. Outros 50% disseram atuar em outras áreas diferentes do comércio, indústria ou serviços, conforme nos apresenta o Gráfico 6.

Gráfico 6: Área em que exercia atividade profissional antes do curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Ainda sobre essa situação profissional dos egressos antes de iniciarem o curso, a Tabela 7, que apresenta as respostas para o questionamento acerca dos cargos exercidos nos trabalhos antes do curso, nos mostra a diversidade de ocupações apresentadas por eles.

Tabela 7: Atividade profissional antes do curso Técnico Subsequente em Administração – cargo exercido.

E1	Auxiliar de Meio Ambiente
----	---------------------------

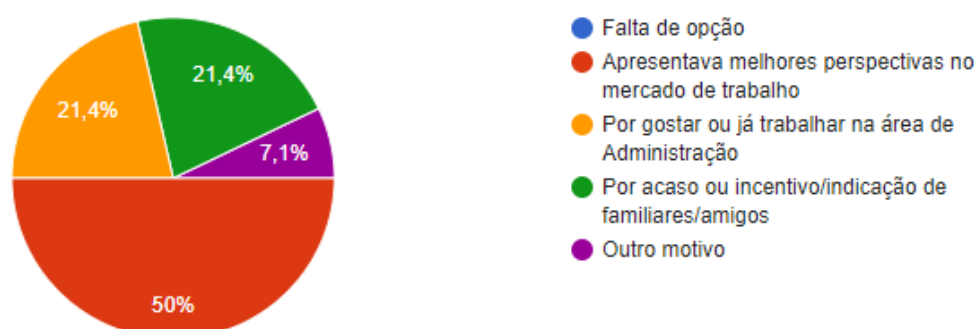
E2	Entregador de material de construção
E3	Auxiliar de biblioteca
E5	Auxiliar administrativo
E7	Atendente de loja de cosméticos
E9	Digitador - Servidor Público
E10	Era Operadora de caixa, aí entrei no curso técnico em administração e fui promovida para Auxiliar administrativa.
E12	Secretária na Igreja católica
E13	Repositora em supermercado

Fonte: construção do autor (2020).

Podemos refletir que o Gráfico 6 e a Tabela 7 nos apontam que os sujeitos mantinham ocupações entre o comércio e a prestação de serviços, o que confirma as informações apresentadas no PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017) em relação a dados de emprego e renda do município, conforme Tabela 1 – Dados do Produto Interno Bruto – IBGE.

A seguir destacamos alguns motivos que levaram os egressos a escolherem fazer o curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE.

Gráfico 7: Motivos para fazer o curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Apenas um dos egressos apresentou outro motivo, conforme Tabela 8 a seguir.

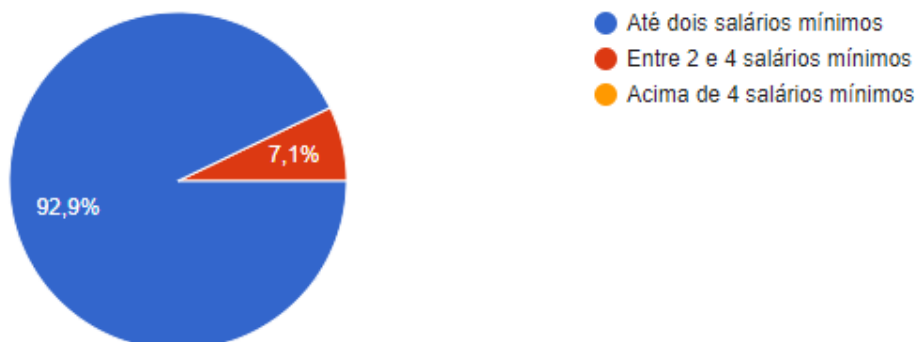
Tabela 8: Outros motivos para fazer o curso Técnico Subsequente em Administração.

E3	Meu marido é proprietário de caminhão e eu que cuido da parte financeira.
----	---

Fonte: construção do autor (2020).

Por fim, o Gráfico 8 nos mostra que existia uma média salarial entre 92,9% dos egressos antes de iniciarem o curso. Essa média se dava na faixa de até dois salários mínimos. Apenas 7,1% apresentava renda acima de dois salários mínimos antes de iniciar o curso e nenhum apresentava ter renda acima de 4 salários nessas mesmas circunstâncias.

Gráfico 8: Renda pessoal mensal antes de fazer o curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Aqui encerramos essa primeira fase da pesquisa com os sujeitos construindo informações importantes a respeito de suas condições antes de iniciarem o curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE.

5.2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS SUJEITOS QUANTO ÀS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO

Na sequência, investigamos como os sujeitos estavam após a conclusão do curso e como atribuem significados às contribuições do mesmo para suas vidas, considerando aspectos pessoais e profissionais. Esta investigação se deu por meio de questionários semiestruturados e entrevistas recorrentes, com abordagem quantiqualitativa, que foram elaborados após a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Considerando toda a eficiência e simplicidade que o *Google* Formulários demonstrou na aplicação do primeiro questionário, repetimos a utilização dessa ferramenta para aplicarmos o segundo questionário. Este foi enviado a todos os sujeitos no dia 02 de maio de 2020. As entrevistas aconteceram remotamente, por meio de recursos tecnológicos de comunicação via internet, o que nos permitiu alcançar qualquer egresso onde quer que estivesse.

Iniciamos questionando a respeito da situação atual do exercício profissional do egresso. O gráfico 9, apresenta as respostas para a pergunta “Você trabalha atualmente?”. Para esta pergunta demos ao respondente a opção de definir sua resposta positiva como sendo no mesmo trabalho de antes do curso ou em outro trabalho, sendo este outro na área da Administração ou fora dela.

Gráfico 9: Atividade profissional após o curso Técnico Subsequente em Administração.

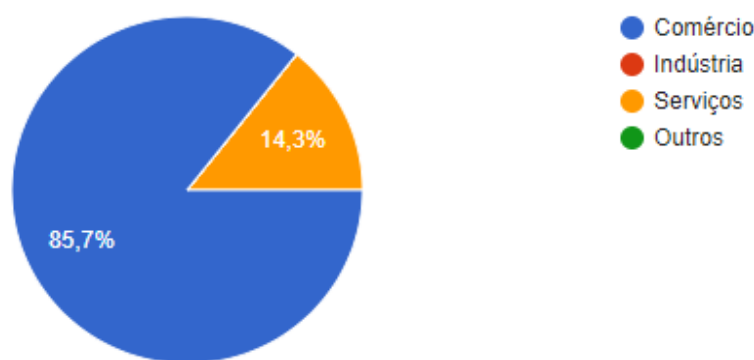


Fonte: construção do autor (2020).

Comparando esses dados com os apresentados no Gráfico 5, que diz respeito à atividade profissional antes do curso, podemos destacar que houve algumas mudanças em relação à situação do exercício profissional dos egressos após a conclusão do curso, como o fato de que antes 28,6% não trabalhava e após o curso, esse percentual diminuiu para 21,4% (3 pessoas). O gráfico nos mostra também que houve mudança de trabalho no caso de 35,7% dos egressos (5 pessoas), sendo que 21,4% (3 pessoas) mudaram de trabalho ficando dentro da área de Administração e 14,3% (2 pessoas) mudaram de trabalho atuando em outras áreas para além da Administração. Outros 42,9% (6 pessoas) se mantiveram no mesmo trabalho de antes do curso.

A respeito dessa mudança de trabalho o Gráfico 10, a seguir, nos mostra que 85,7% dos que mudaram de trabalho estão dentro da área comercial e apenas 14,3% dos que mudaram de trabalho estão atuando na área de prestação de serviços.

Gráfico 10: Área em que exerce atividade profissional após o curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Se compararmos essas informações às que nos são apresentadas pelo Gráfico 6, surge aqui a identificação de atividades na área de prestação de serviços. Anteriormente os sujeitos apontaram que trabalhavam nas áreas Comércio e Outros. Porém, se verificarmos a descrição dos cargos exercidos na Tabela 7, podemos inferir que já havia atividade profissional na área de prestação de serviços como Auxiliar de biblioteca (E3) e Entregador de material de construção (E2), por exemplo. Talvez os respondentes não identifiquem essas atividades como sendo prestação de serviços.

Ainda analisando a situação atual do exercício profissional dos egressos, as Tabelas 9 e 10, assim como o Gráfico 11, nos apresentam dados sobre os cargos que os egressos ocupam ao concluir o curso. As tabelas e o gráfico a seguir destacam os dados construídos com as respostas às perguntas “E qual o cargo você ocupa nesse outro trabalho?” (Tabela 9), “Se você está no MESMO trabalho de ANTES do curso, houve mudança de cargo?” (Gráfico 11) e “Se houve mudança de cargo, qual cargo você ocupa nesse momento?” (Tabela 10).

Vemos a seguir que, para aqueles que mudaram de trabalho, com exceção do E8, todos estão exercendo cargos dentro da área da Administração.

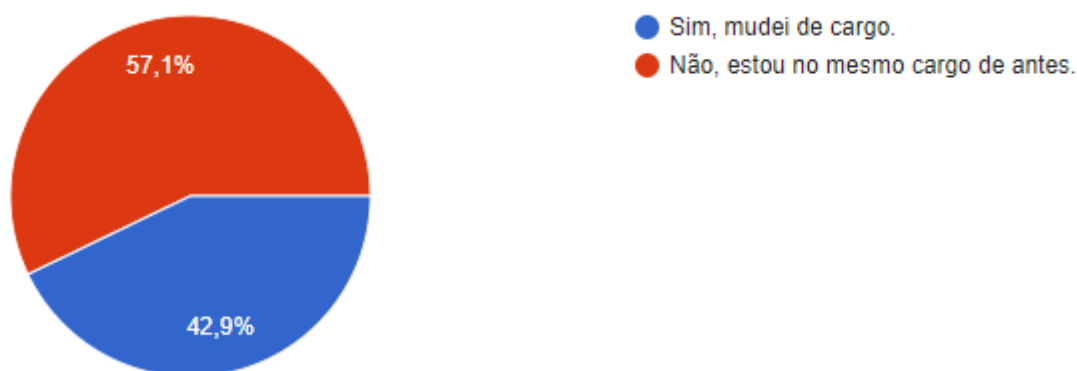
Tabela 9: Novo cargo em novo trabalho.

E1	Assistente Administrativo
E5	Auxiliar administrativo
E8	Conselheira tutelar
E12	Administradora
E13	Gerencia
E14	Caixa

Fonte: construção do autor (2020).

Para aqueles que se mantiveram no mesmo trabalho anterior ao curso, o gráfico a seguir nos mostra que 42,9% mudaram de cargo (3 pessoas).

Gráfico 11: Mudança de cargo no mesmo trabalho de antes do curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Esses novos cargos exercidos podem ser verificados na Tabela 10 com as respostas de 2, dos 3 egressos que apontaram passar pelo evento de mudança de cargo. De antemão, podemos refletir que há aqui a identificação de duas promoções. A primeira para o cargo de gerência, considerando que na Tabela 7, o E7 identificou ser “Atendente de loja de cosméticos” antes do curso e a segunda para o E10 que, na mesma Tabela 7 descreveu: “Era Operadora de caixa, aí entrei no curso técnico em administração e fui promovida para Auxiliar administrativa”.

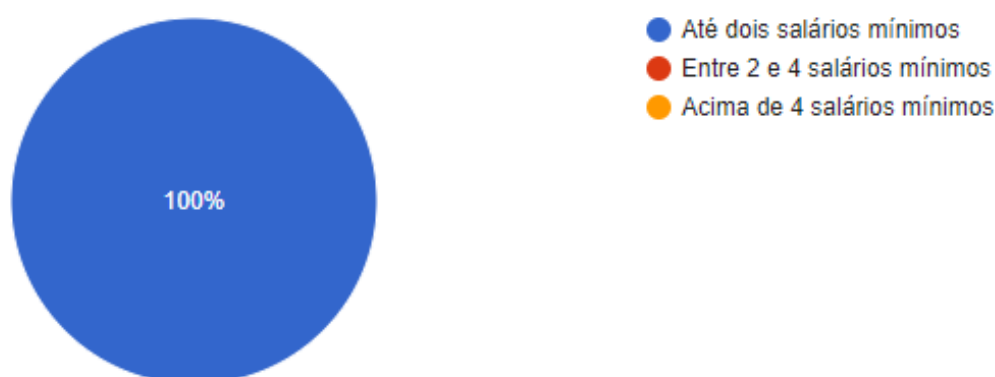
Tabela 10: Novo cargo no mesmo trabalho de antes do curso Técnico Subsequente em Administração.

E7	Gerente de loja
E10	Auxiliar administrativo

Fonte: construção do autor (2020).

Para finalizarmos essa análise socioeconômica dos sujeitos, o gráfico 12, a seguir, nos aponta unanimidade na renda média mensal dos mesmos, ficando todos os 14 egressos com uma remuneração de até 2 salários mínimos após o curso. Por algum motivo ainda não identificado até aqui, 1 pessoa teve sua renda reduzida após a conclusão do curso, conforme apresenta o Gráfico 8, quando esse sujeito destacou sua renda entre 2 e 4 salários mínimos.

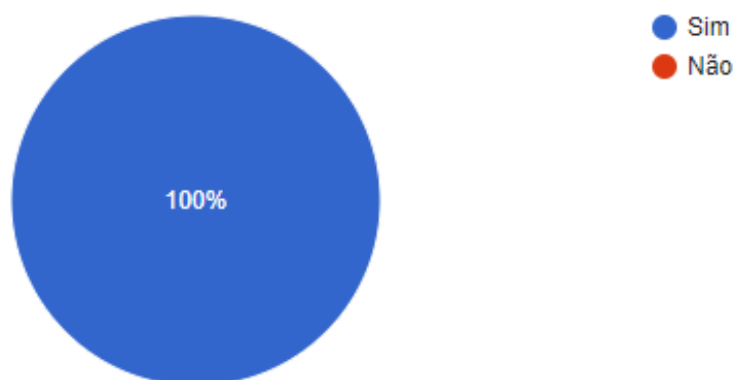
Gráfico 12: Renda pessoal mensal após fazer o curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

Continuando a análise do segundo questionário, o Gráfico 13 nos indica que os 14 sujeitos acreditam que o curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE contribuiu ou trouxe alguma mudança significativa para suas vidas.

Gráfico 13: Indicação dos egressos para se houve ou não alguma contribuição ou mudança significativa provocada pelo curso em suas vidas.



Fonte: construção do autor (2020).

Em sequência, os sujeitos descrevem como eles consideram essas mudanças ou contribuições em aspectos profissionais e também pessoais. A Tabela 11 elenca as respostas quanto aos aspectos profissionais.

Tabela 11: Contribuições ou mudanças nos aspectos profissionais.

E1	Transição de profissão e mais oportunidades de trabalho. Descobertas de novos caminhos e visão de aprofundar conhecimento em um dos ramos da administração, no meu caso, Gestão de Pessoa e RH.
E2	O curso Técnico em Administração me trouxe vários conhecimentos, principalmente na

	área financeira, que me identifiquei bastante; o curso me mostrou que realmente eu devo trabalhar na gestão financeira de uma empresa.
E3	Ajudou nas atividades em relação as finanças do caminhão do meu esposo
E4	Me ajudou a ter um melhor comportamento, a trabalhar em equipe e que é importante fazer um planejamento de tudo que vai fazer, principalmente no trabalho.
E5	Ganhei mais conhecimento, e aprendi mais coisas novas
E6	Aprendi várias áreas de negócios com aplicações em situações relevante, de como se portar a frente de um futuro emprego e como me manter sendo sempre um funcionário que evolui em qualquer seguimento, e não se deixa ultrapassar-se por qualquer situação inovadora, uma visão de mundo empresarial ou de negócio totalmente renovada; digamos que aprendi a me portar em um ambiente de trabalho com ensinios até mesmo para vida pessoal.
E7	Sim, me sinto mais segura na hora de alguma decisão no trabalho, da opinião.
E8	Me ajudando a saber trabalhar em equipe hoje é essencial pro trabalho que faço
E9	Contribuiu em alguns aspectos mais técnicos, agregou conhecimentos e mudou a forma de ver o meu trabalho, me tornando assim um profissional melhor.
E10	Contribuiu principalmente no meu trabalho porque eu já exercia a função mas não tinha curso de nada; aí fiz o curso e fui promovida; e ampliou meus conhecimento no meu trabalho
E11	Visão ampla e criatividade
E12	O curso me permitiu adquirir conhecimentos técnicos para que eu pudesse colocar meu próprio negócio, uso muito o que aprendi para melhorar cada dia o meu empreendimento. Hoje sou sócia e administradora do Recanto dos Sabores, uma pequena lanchonete que a cada dia cresce e aos poucos vou aprendendo na prática muito do que adquiri em sala. E o conhecimento não para, é preciso estar pesquisando e atualizando para que não fiquemos para trás.
E13	A parte de contabilidade foi bem útil.
E14	Contribuiu no uso de softwares para gestão de negócios e auxiliou na tomada de decisões quanto a investimentos.

Fonte: construção do autor (2020).

A fala de E12 nos possibilita compreender que o sujeito considera o curso como um propulsor para sua atitude empreendedora. Além disso, podemos inferir que indiretamente o curso está contribuindo com o desenvolvimento local promovendo essa atitude em seus egressos, fazendo com que os mesmos gerem novos negócios e postos de empregos.

Ainda verificando as falas dos sujeitos na Tabela 11, podemos destacar que há alguns aspectos que são considerados por vários deles como, por exemplo, mudança e melhoria de comportamento, enfatizando o desenvolvimento de habilidades para trabalhar em equipe (E12, E4, E8 e E6). Também há a repetição da consideração de conhecimento e habilidades técnicas adquiridos/desenvolvidos, com foco em áreas específicas da Administração como Finanças ou Recursos Humanos, ou em *softwares* e/ou técnicas de gestão (E12, E5, E2, E1, E9, E3, E13, E14).

A seguir, a Tabela 12 nos apresenta as contribuições ou mudanças identificadas pelos sujeitos em aspectos pessoais de suas vidas.

Tabela 12: Contribuições ou mudanças nos aspectos pessoais.

E1	Atuar em uma profissão totalmente diferente da anterior e ter um mercado de trabalho mais abrangente. A ADM tem várias ramificações em que você pode se encaixar em diferentes funções administrativas. Ex: Comércio, Escritórios de contabilidade, Hospitais, Bancos... Há uma lista de oportunidades. Diferente da gestão Ambiental que além de ser uma área com pouca demanda, é mais complicado conseguir algum trabalho, embora na maioria deles, a remuneração seja significativa, já que esse tipo de trabalho envolve fiscalizações, legislação e "punições" financeiras, popularmente chamada de multas.
E2	O curso contribuiu nos seguintes aspectos pessoais: ser mais organizado e planejado nas atividades, trabalhar em equipe e ter mais empatia com as pessoas.
E3	Melhorei mais ainda a minha convivência com os outros
E4	A ter mais empatia com o próximo. Pra não sofrer com conflitos, eles sempre irão existir.
E5	Ganhei mais conhecimento e fiquei mais informado do mundo dos negócios
E6	O curso me fez ser uma pessoa que administra sua vida de um modo bem melhor, como aprendemos para ser um bom profissional nessa área você tem que começar dos pequenos aspectos, exemplo uma dona de casa é um exemplo claro de como administrar algo, e isso é levado para todos os sentidos e contexto da sua vida não só profissional mas também pessoal; aprendi a organizar meu tempo, meus deveres e prazeres; até mesmo para correr atrás de um emprego requer dedicação e uma propaganda de marketing enorme para se vender para empresa ou empregador como um ótimo funcionário.
E7	Sim, me abriu os olhos para muitas coisas! Tenho mais autonomia, penso em abrir um negócio, no ramo que eu trabalho! Me sinto mais criativa.
E8	Aprendi a ter mais responsabilidade
E9	Me ajudou no auto conhecimento das minhas habilidades e com isso sei o que posso melhorar.

E10	Contribuiu na forma e uso dos recursos pessoais, em como gerenciar e organizar a vida financeira de modo a gerar mais economias.
E11	Relação pessoal
E12	Ao fazer o curso tivemos muitas aulas de autoconhecimento, para que pudéssemos saber de fato quem somos nós, o que queremos para a vida, e isso me permitiu refletir muita coisa, até mesmo coisas que eu ainda não havia parado para pensar. Com isso, o curso teve uma grande contribuição na vida pessoal pois entendi que temos que ter planejamento, foco, traçar objetivos e metas tanto no sentido profissional como pessoal, sem deixar-se escravizar pelo trabalho, mas sim, organizando o nosso tempo para podermos aproveitar todos os momentos.

Fonte: construção do autor (2020).

Em um primeiro momento podemos destacar que os sujeitos apontam uma contribuição em comum: a melhoria em seus relacionamentos com outras pessoas. Através de algumas falas como “A ter mais empatia com o próximo. Pra não sofrer com conflitos, eles sempre irão existir.” (E4, 2020), ou “Relação pessoal” (E11, 2020), ou “[...] trabalhar em equipe e ter mais empatia com as pessoas.” (E2, 2020) ou ainda “Melhorei mais ainda a minha convivência com os outros.” (E3, 2020), podemos inferir que o curso alcança nesse momento um de seus objetivos específicos destacado no PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017, p. 19): “Desenvolver habilidades para atuar em equipe e de forma interativa, em prol dos objetivos comuns e compreensão da complementaridade das ações coletivas”.

Além disso, o curso também promoveu o autoconhecimento e possibilitou aos egressos uma personalidade mais confiante, altruísta e criativa. Podemos constatar isso nas seguintes falas: “Me ajudou no autoconhecimento as minhas habilidades e com isso sei o que posso melhorar.” (E9, 2020) ou, “Sim, me abriu os olhos para muitas coisas! Tenho mais autonomia, penso em abrir um negócio, no ramo que eu trabalho! Me sinto mais criativa.” (E7, 2020) ou, ainda,

Ao fazer o curso tivemos muitas aulas de autoconhecimento, para que pudéssemos saber de fato quem somos nós, o que queremos para a vida, e isso me permitiu refletir muita coisa, até mesmo coisas que ainda não havia parado para pensar. (E12, 2020)

Por fim, algumas falas nos apontam que conceitos básicos de processos da Administração estão sendo aplicados por eles em suas vidas, tanto nos aspectos pessoais

como profissionais, a exemplos o Planejamento e a Organização. Nessa perspectiva, Maximiano (2004, p. 138) destaca que

[...] o processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo de tomar decisões. As decisões que procuram, de alguma forma, influenciar o futuro, ou que serão colocadas em prática no futuro, são decisões de planejamento.

A fala do E12 deixa claro que esses princípios básicos da Administração estão sendo aplicados em sua vida.

Com isso o curso teve uma grande contribuição na vida pessoal pois entendi que temos que ter **planejamento**, foco, **traçar objetivos e metas tanto no sentindo profissional como pessoal**, sem deixar-se escravizar pelo trabalho, mas sim, **organizando o nosso tempo** para podermos aproveitar todos os momentos. (E12, 2020, grifo nosso)

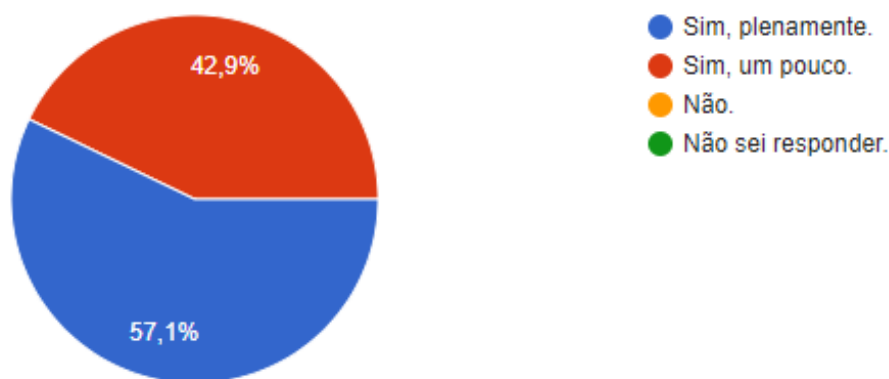
Sobre a Organização enquanto conceito de processo da Administração, Silva (2001, p. 10) nos diz que consiste no processo de designação de tarefas, de agrupamento de tarefas em departamentos e de alocação de recursos para os departamentos. Considerando ainda que Silva (2001, p. 11) identifica como sendo esses recursos o tempo, a tecnologia, os materiais diversos, as pessoas e o dinheiro, podemos continuar identificando essa aplicação nas vidas dos sujeitos destacando as falas “Contribuiu na forma e uso dos recursos pessoais, em como gerenciar e organizar a vida financeira de modo a gerar mais economias.” (E10, 2020) e

O curso me fez ser uma pessoa que administra sua vida de um modo bem melhor, como aprendemos para ser um bom profissional nessa área vc tem que começar dos pequenos aspectos, exemplo uma dona de casa é um exemplo claro de como administrar algo, e isso é levado para todos os sentidos e contexto da sua vida não só profissional mas também pessoal, aprendi a organizar meu tempo, meus deveres e prazeres até mesmo para correr atrás de um emprego se requer dedicação e uma propaganda de marketing enorme para se vender para empresa ou empregador como um ótimo funcionário (E6, 2020).

Acerca dos objetivos apresentados pelo PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017), já destacados neste estudo anteriormente, os Gráficos 14, 15 e 16 apontam que, de forma geral, os sujeitos os reconhecem em seus perfis profissionais atuais e, dessa forma, podemos considerar que foram atingidos.

Perguntados se consideravam que o curso desenvolveu neles habilidades e a capacidade de aplicar na prática toda a teoria estudada em sala de aula, 57,1% responderam que “Sim, plenamente” e 42,9% responderam que “Sim, um pouco”.

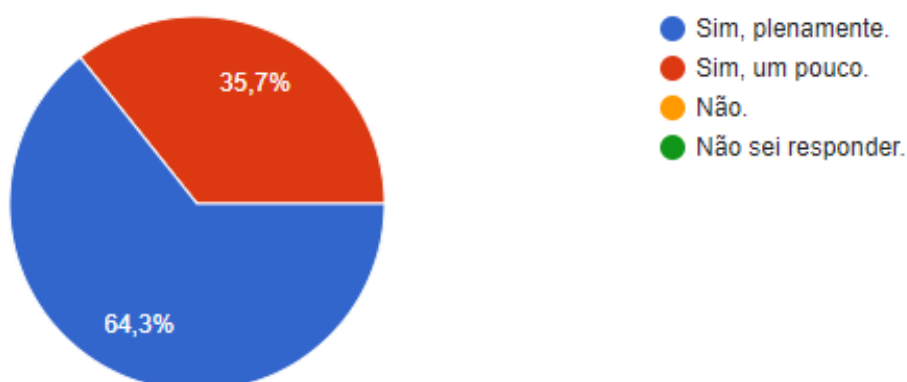
Gráfico 14: Desenvolvimento de habilidades e a capacidade de aplicar na prática toda a teoria estudada.



Fonte: construção do autor (2020).

Conforme já pudemos verificar em algumas falas anteriores dos egressos, o Gráfico 15 ratifica que os sujeitos consideram que o curso lhes ajudou a terem iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, a saberem trabalhar em equipe, a exercerem liderança e a terem capacidade empreendedora. Essas são habilidades e competências que estão previstas no PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017) como um objetivo de formação do curso.

Gráfico 15: Contribuição do curso em desenvolver no egresso a iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora.

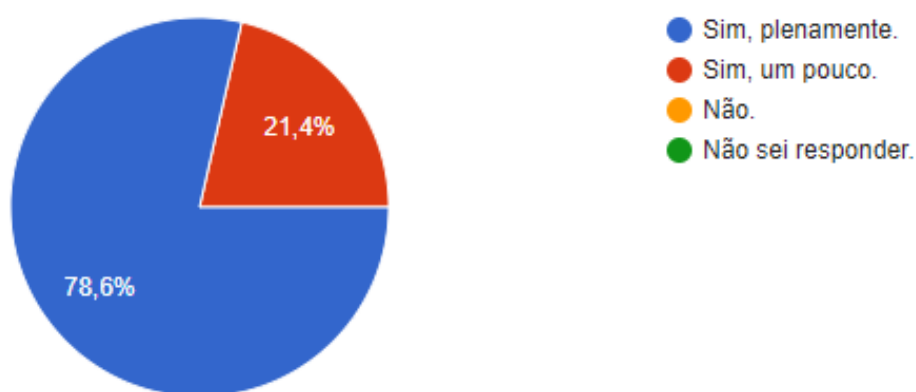


Fonte: construção do autor (2020).

Ainda considerando os objetivos do curso explicitados no PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2017),

perguntamos se os sujeitos consideram que o curso ajudou a ter uma atitude ética no trabalho e no convívio social e também a se perceber como um agente social com autonomia intelectual e pensamento crítico que intervém na realidade e exerce sua cidadania. Todos concordaram com a consideração, sendo que 78,6% acreditam que plenamente e 21,4% acreditam que um pouco.

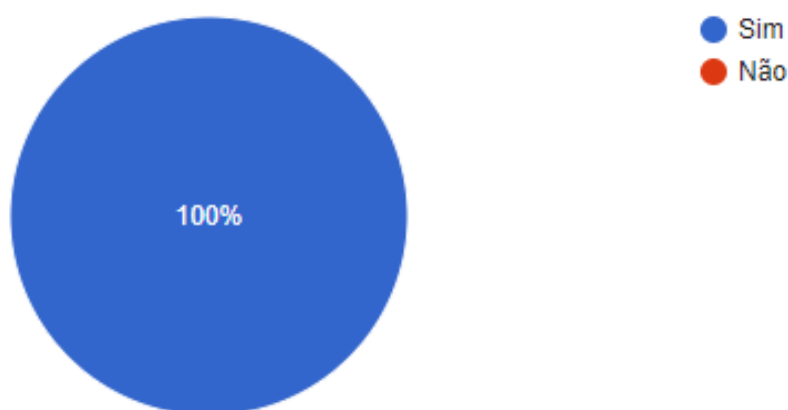
Gráfico 16: Contribuição do curso em desenvolver no egresso uma atitude ética no trabalho e no convívio social e também a se perceber como um agente social com autonomia intelectual e pensamento crítico que intervém na realidade e exerce sua cidadania.



Fonte: construção do autor (2020).

Confirmando o que já pudemos perceber a partir de algumas falas dos egressos já apresentadas, o Gráfico 17 nos mostra que 100% dos sujeitos percebem que aplicam em suas vidas, tanto profissionalmente quanto pessoalmente, algum conhecimento adquirido no curso.

Gráfico 17: Percepção por parte do egresso da aplicação em sua vida de algum conhecimento adquirido no curso Técnico Subsequente em Administração.



Fonte: construção do autor (2020).

A seguir, os sujeitos descrevem como se dá essa aplicação em suas vidas dos conhecimentos adquiridos no curso.

Tabela 13: Como se dá a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso nas vidas dos egressos.

E1	Basicamente um pouco de todas as disciplinas de contabilidade. Preciso ser sincera que a prática é totalmente diferente da realidade. Dentro da sala, só se trabalha com "simulações". A realidade é completamente diferente, o que exige uma reciclagem de não só buscar conhecimentos, mas buscar pessoas experientes que possam ajudar. No meu caso foi assim.
E2	Já prestei serviços para alguns microempreendedores com a elaboração de fluxo de caixa e controle de estoque.
E3	Nas finanças
E5	Aprendi como lidar com meu dinheiro
E6	Consigo organizar meu horários, minhas tarefas, meus momentos de lazer, e aprendi a lidar com pessoas a minha volta (família), a ter um espírito de liderança e confiança em tudo que eu faço seja algo simples ou algo mais sério, como falar para um público, aprender também a analisar situações de formas diferentes; em termos de custo benefício consegui organizar minha renda muito melhor a fazer pesquisa de mercados quando é preciso comprar algo ou serviço.
E7	Sim, tenho mais responsabilidade com meu dinheiro.
E8	Na parte das compras
E9	O curso me ajudou a me conhecer melhor e com isso me sinto mais confiante de mim mesmo, me trouxe uma certeza de que estou no caminho certo.
E10	Repassando meu conhecimento pra outras pessoas principalmente quando vai abrir seu próprio negócio
E11	Mais iniciativa na minha vida, melhorou meu relacionamento em equipe
E12	As questões éticas, o relacionamento interpessoal, a preocupação com a qualidade dos produtos que estou comercializando, o respeito e o atendimento diferencial aos meus clientes, colaboradores, concorrentes, fornecedores, enfim, procuro aplicar com todas as pessoas do meu convívio.
E13	Pensar mais no que eu realmente quero.
E14	Os conhecimentos podem ser aplicados todos os dias, visto que diariamente buscamos novas formas de economizar e aplicar as finanças.

Fonte: construção do autor (2020).

As falas dos sujeitos, apresentadas na Tabela 13, nos mostram que eles descrevem aplicações dos conhecimentos em múltiplos sentidos, desde praticar a habilidade com alguns instrumentos de gestão ou a administrar suas finanças pessoais até algo mais subjetivo e amplo como agir de forma ética e responsável, como podemos destacar na fala do E12 (2020) “As questões éticas, o relacionamento interpessoal, a preocupação com a qualidade dos produtos que estou comercializando, o respeito e o atendimento diferencial aos meus clientes, colaboradores, concorrentes, fornecedores, enfim, procuro aplicar com todas as pessoas do meu convívio”.

Prosseguimos então perguntando aos sujeitos quais os impactos que eles percebem do curso em suas vidas. As respostas estão apresentadas na Tabela 14 a seguir.

Tabela 14: Impactos do curso nas vidas dos egressos.

E1	- Nova profissão; Visão de futuro; Novas oportunidades; Propósito de Vida; Conexão com pessoas Influentes; Realização profissional
E2	De maneira geral, graças ao curso, eu me considero uma pessoa mais organizada e responsável; com outra forma de pensar e agir. Como a Administração é uma ciência humana, ela está em tudo, através dela consegui adquirir conhecimentos técnicos fundamentais para poder atuar na área, e no médio prazo eu quero me aprofundar na área com uma graduação.
E3	Conhecimento
E4	Aumentei minha rede de contatos, melhorei coisas que eu achava que não conseguiria, como minha oratória, falar em público e algumas disciplinas me ajudaram na escolha da minha graduação.
E5	Aprendizado, liderança
E6	Um impacto grandioso! Comparo minha vida antes do curso como uma pedra de carvão chegando ao fim quase totalmente lapidada, já que tudo se pode melhorar e o conhecimento nunca se é adquirido por completo, sempre tem algo novo a se aprender a se especializar e vencer; me trouxe à tona a melhor versão de mim.
E7	Eu me sinto uma pessoa melhor, conheci muita gente, que hoje são exemplos para mim, fizemos atividades filantrópicas para ajudar o próximo, causou muito aprendizado.
E8	Abriu novas portas de conhecimento e me fez sentir vontade de querer bem mais que só ficar em casa
E9	O curso me trouxe uma perspectiva de vida mais abrangente; vejo o curso como um ponto de partida pra um leque de inúmeras possibilidades profissionais e pessoais
E10	Me trouxe conhecimento na minha profissão porque, como eu falei, exercia a função mas

	não sabia o que eu fazia. Tipo: de tanta importância no comércio e se eu fosse pra outra empresa eu não teria coragem de trabalhar no mesmo porque lá só chegava e “faça isso” e aí eu fiz o curso e fiquei sabendo de tudo e não era mais “faça isso”, eu botava meu estudo em prática, eu fazia coisas erradas mas porque não sabia; e depois do curso eu falava “tá errado” e explicava a maneira correta; então para mim esse curso é de extrema importância
E11	capacitou-me a aperfeiçoar profissionalmente e pessoalmente, obtendo vastos conhecimentos na área administrativa, além de aprender a trabalhar em equipe e respeitar opiniões divergentes, através de métodos discursivos.
E12	Fez, com certeza, uma reviravolta, pois nunca havia pensado em colocar meu próprio negócio e após um mês que estava desempregada, decidi resolver meu próprio problema que era o desemprego... Nesse negócio eu não tinha nenhuma experiência, tudo era novo, até então muitas dúvidas e incertezas, porém, imaginei que poderia usar técnicas que dariam certo... E cada dia foi um novo aprendizado, sempre fazendo pesquisas com os clientes de como melhorar nossos produtos e serviços e usando as redes sociais a nosso favor para uma boa divulgação! Todos os dias o meu negócio me coloca na busca de mais conhecimentos e técnicas para que possa estar sempre inovando e melhorando... Tudo isso são os impactos causados pelo curso.
E13	Primeiro me estressei bastante com o curso, muita gente diferente com pensamentos diferentes, antes de me adaptar com a matéria tive que saber lidar com os colegas.
E14	Vida financeira estável.

Fonte: construção do autor (2020).

Considerando as falas dos sujeitos investigados refletimos que eles atribuem ao curso diversas mudanças em suas vidas, o que nos mostra um impacto poderoso e transformador. O aprendizado que mudou a forma de pensar e de agir, conforme podemos destacar na fala “Eu me sinto uma pessoa melhor, conheci muita gente, que hoje são exemplos para mim, fizemos atividades filantrópicas para ajudar o próximo, causou muito aprendizado” (E7, 2020), como também nas falas de E11, E5, E3.

Esse mesmo aprendizado destacado pelos sujeitos citados anteriormente aparece também como causa de uma “reviravolta comportamental” que levou a uma atitude empreendedora na fala de E12.

Fez, com certeza, uma reviravolta, pois nunca havia pensado em colocar meu próprio negócio e após um mês que estava desempregada, **decidi resolver meu próprio problema** que era o desemprego... Nesse negócio eu não tinha nenhuma experiência, tudo era novo, até então muitas dúvidas e incertezas, porém, imaginei que poderia usar técnicas que dariam certo... E

cada dia foi um novo aprendizado, sempre fazendo pesquisas com os clientes de como melhorar nossos produtos e serviços e usando as redes sociais a nosso favor para uma boa divulgação! Todos os dias o meu negócio me coloca na busca de mais conhecimentos e técnicas para que possa está sempre inovando e melhorando... **Tudo isso são os impactos causados pelo curso** (E12, 2020, grifo nosso).

Também podemos identificar como impacto do curso, a construção de domínio e segurança no fazer profissional dos egressos, como destaca E10.

Me trouxe conhecimento na minha profissão porque, como eu falei, **exercia a função mas não sabia que o que eu fazia**. [...] aí eu fiz o curso e fiquei sabendo de tudo e [a partir disso] não era mais “faça isso”, eu botava meu estudo em prática, **eu fazia coisas erradas mas porque não sabia; e depois do curso eu falava “tá errado” e explicava a maneira correta; então para mim esse curso é de extrema importância** (E10, 2020, grifo nosso).

As falas de E9, E8 e E1 nos trazem a ideia de que o curso trouxe aos sujeitos a construção de propósito de vida. Isso é algo muito impactante: “Nova profissão; Visão de futuro; Novas oportunidades; Propósito de Vida; Conexão com pessoas Influentes; Realização profissional” (E1, 2020).

Nessa mesma linha de pensamento, E2 e E4 apontam que o curso deu um direcionamento em suas vidas no sentido de carreira profissional, ajudando-lhes na escolha pela continuação dos estudos com um curso superior: “Aumentei minha rede de contatos, melhorei coisas que eu achava que não conseguiria, como minha oratória, falar em público e algumas disciplinas me ajudaram na escolha da minha graduação” (E4, 2020).

De maneira geral, graças ao curso, eu me considero uma pessoa mais organizada e responsável; com outra forma de pensar e agir. Como a Administração é uma ciência humana, ela está em tudo, através dela consegui adquirir conhecimentos técnicos fundamentais para poder atuar na área, e **no médio prazo eu quero me aprofundar na área com uma graduação**. (E2, 2020, grifo nosso)

Um dos sujeitos ainda resume o impacto do curso em sua vida sendo ele, produto do curso, sua melhor versão.

Um impacto grandioso! Comparo minha vida antes do curso como uma pedra de carvão chegando ao fim quase totalmente lapidada, já que tudo se pode melhorar e o conhecimento nunca se é adquirido por completo, sempre tem algo novo a se aprender a se especializar e vencer; **me trouxe à tona a melhor versão de mim**. (E6, 2020, grifo nosso)

Por fim, questionamos os sujeitos acerca de como eles consideram que o curso impacta o desenvolvimento local, no município de Tabuleiro do Norte/CE e/ou também na região do Vale do Jaguaribe, onde o município se encontra.

A Tabela 15 a seguir nos apresenta as falas dos sujeitos.

Tabela 15: Impactos do curso no desenvolvimento local, no município de Tabuleiro e/ou também na região do Vale do Jaguaribe.

E1	Como uma oportunidade de buscar conhecimento profissional, de movimentar a economia e de formar cidadãos aptos a trabalhar no mercado local. Sem falar no "peso" que a Instituição Federal possui. As pessoas veem com outros olhos, pois sabem que o ensino é de qualidade. Não só isso, mas o IF oferece muitas oportunidades de crescimento. Na minha época, tive oportunidade de participar de vários projetos internos e externos, o que resultou em um congresso em Recife e uma experiência indescritível de ter contato com empresários locais, mercado e pessoas super queridas que me ajudaram em todo processo que eu vivi no IF.
E2	O curso Técnico Subsequente em Administração impacta positivamente no desenvolvimento local ou na região do Vale do Jaguaribe. Por exemplo, os pequenos e microempreendedores do Vale do Jaguaribe, a maioria não possuem conhecimentos suficientes sobre a Gestão de suas empresas; como, por exemplo, elaborar um fluxo de caixa e fazer o controle de estoque. Enfim são problemas que podem ser resolvidos com a prestação de serviços de um profissional de Administração. Obs: A maioria dos empreendedores do Vale do Jaguaribe sofrem com a questão da Inadimplência (FIADO) por parte dos clientes, com isso o negócio deixa de atuar no mercado, por falta de capital de giro.
E3	Dando oportunidades aqueles que realmente querem alguma coisa na vida.
E4	Ajuda no negócio de muitos microempreendedores que sabem como funcionam na prática, mas não conhecem a teoria. E crescem as chances de muitos jovens conseguirem uma vaga de emprego, enriquece o currículo. São muitas oportunidades como monitoria, bolsas de estudo, palestras, entre outros que ajudam no crescimento profissional e pessoal. A instituição e seus colaboradores sempre deixaram claro a importância de um melhor desempenho pessoal, ensinando como se comportar nos ambientes, sejam eles profissionais ou não.
E5	E de grande aproveitamento, se quiser estudar está no lugar certo... No IFCE você ganha muito conhecimento, sai uma pessoa diferente da que entrou.
E6	Esperava que o impacto fosse realmente maior por ser um local necessitado dessa especialização e mão-de-obra, já que a maioria dos empreendedores não dominam as

	noções básicas de administração, e digo isso com base em pesquisa feita pelo campus IFCE de Tabuleiro do Norte, com a qual ganhei uma bolsa e participei de forma direta no Primeiro Passo entrando em contato com mais de trinta pequenos empreendedores, e logo depois de forma indireta nas discussões sobre dados arrecadados e conclusões. O comércio local é realmente necessitado dessa mão-de-obra, o que me leva a questionar por que é tão difícil para os profissionais nessa área (a qual me incluo e alguns amigos também formados nessa área) encontrar trabalho na nossa localidade. Sabemos da necessidade, mas não encontramos oportunidade ou portas abertas para exercermos nossa profissão e, como mão dupla, ajudar a eles a se estabilizarem no mercado e crescerem.
E7	Capacitando a mão de obra.
E8	A população fica mais preparada pro mercado de trabalho pois conheço colegas que hoje trabalham em outras cidades depois que fez o curso
E9	Acredito que o curso contribui fortemente na formação dos indivíduos que dificilmente teriam oportunidade de ter essa experiência; ele muda a forma de ver o seu trabalho e sua própria vida e dessa forma aumenta o nível dessas pessoas. Com pesquisas e todo esse conhecimento agregando quem ganha são as empresas que terão profissionais mais capacitados além de que o curso também propicia a geração de novos empreendedores, estimulando assim o mercado local, até por que o curso abrange conhecimentos que podem ser utilizados nas mais variadas áreas.
E10	Impacta dando conhecimento de como é um negócio; o curso foca bastante no empreendedorismo também; e em relação ao município acho que teria mais impacto se os comerciantes lojistas dessem mais oportunidades porque em algumas lojas trabalha a família toda e sem saber os pontos principais para o comércio fluir.
E11	Possibilitar as pessoas oportunidades de ingressar nesse curso e adquirir aprendizado e conhecimento para organizar sua vida pessoal e profissional.
E12	Com certeza com pessoas qualificadas, as empresas ganharão bastante, pois no início do curso, pesquisas foram feitas pelos alunos e poucos empreendedores tinham o controle financeiro de suas empresas; com pessoas qualificadas pode-se resolver essa situação e novos empreendedores podem estar entrando no mercado trazendo também emprego para a população e manter o dinheiro circulando na cidade local, sem a necessidade dos filhos da terra ter que sair em busca de oportunidades fora.
E13	Eu ACHO que ter oportunidade de estágio ajuda muito os jovens... traz mais empregos, isso é muito bom
E14	Novas empresas estão buscando cada vez mais pessoas capazes de gerenciar seus negócios, visto que há bastante dificuldade no controle de compra e venda de matérias. Logo, com pessoas capacitadas para o cargo, teremos comércios gerando mais empregos e

se mantendo por mais tempo no mercado, visto que estes terão um gerenciamento mais preciso do seu negócio.
--

Fonte: construção do autor (2020).

Considerando tais falas, podemos refletir que eles percebem uma generalizada falta de conhecimento de gestão e de controle operacional, principalmente financeiro, dos negócios por parte dos empresários locais. Os sujeitos E10 e E12 destacam a questão de empresas funcionarem preferencialmente com familiares, mesmo estes sendo despreparados, e não com profissionais qualificados para a gestão.

Em sua fala, E6 exprime sua expectativa de um impacto até maior, diante da constatação dessa necessidade de profissionais qualificados nessa área para o melhor desenvolvimento local.

Esperava que o impacto fosse realmente maior por ser um local necessitado dessa especialização e mão-de-obra, já que a maioria dos empreendedores não dominam as noções básicas de administração, e digo isso com base em pesquisa feita pelo campus IFCE de Tabuleiro do Norte, com a qual ganhei uma bolsa e participei de forma direta no Primeiro Passo²¹ entrando em contato com mais de trinta pequenos empreendedores, e logo depois de forma indireta nas discussões sobre dados arrecadados e conclusões, o comércio local é realmente necessitado dessa mão de obra. (E6, 2020, grifo nosso)

É também bastante identificado nas falas dos egressos o impacto da Instituição qualificando profissionalmente a população para promover o desenvolvimento comercial local. Os sujeitos E1 e E7 enfatizam esse aspecto, assim como E4 destaca que essa qualificação

[...] ajuda no negócio de muitos microempreendedores que sabem como funciona na prática, mas não conhecem a teoria. E crescem as chances de muitos jovens conseguirem uma vaga de emprego, enriquece o currículo. São muitas oportunidades como monitoria, bolsas de estudo, palestras, entre outros que ajudam no crescimento profissional e pessoal. A instituição e seus colaboradores sempre deixaram claro a importância de um melhor

²¹ O Primeiro Passo é um projeto do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, que busca desenvolver estratégias inovadoras que gerem impacto na superação da pobreza e desigualdade entre os jovens. O projeto cria oportunidades voltadas à cidadania, a inclusão social e profissional, proporcionando o aprendizado prático e experiências que possibilitam o crescimento profissional e pessoal dos jovens de comunidades vulneráveis, entre 16 e 22 anos, que estão cursando o Ensino Fundamental II, Educação Especial, Ensino Médio ou que tenha concluído o Ensino Médio na tentativa de promover uma melhoria na qualidade de vida do público focalizado. Disponível em: <<https://www.sps.ce.gov.br/2011/07/25/primeiro-passo/>>. Acesso em: 18/05/2020.

desempenho pessoal, ensinando como se comportar nos ambientes, sejam eles profissionais ou não. (E4, 2020)

Nas falas de E14 e E2 podemos perceber que eles descrevem o impacto diretamente se referindo a esses profissionais qualificados que o IFCE forma para melhorar o desempenho das empresas no município e região.

Novas empresas estão buscando cada vez mais pessoas capazes de gerenciar seus negócios, visto que há bastante dificuldade no controle de compra e venda de matérias. Logo, com pessoas capacitadas para o cargo, teremos comércios gerando mais empregos e se mantendo por mais tempo no mercado, visto que estes terão um gerenciamento mais preciso do seu negócio. (E14, 2020)

O curso Técnico Subsequente em Administração impacta positivamente no desenvolvimento local ou na região do Vale do Jaguaribe. Por exemplo, os pequenos e microempreendedores do Vale do Jaguaribe, a maioria não possuem conhecimentos suficientes sobre a Gestão de suas empresas; como, por exemplo, elaborar um fluxo de caixa e fazer o controle de estoque. Enfim são problemas que podem ser resolvidos com a prestação de serviços de um profissional de Administração. (E2, 2020)

O egresso E9 nos apresenta o impacto tanto para formação de novos empreendedores como também para contribuição do desenvolvimento local e crescimento de negócios já instalados no município.

Acredito que o curso contribui fortemente na formação dos indivíduos que dificilmente teriam oportunidade de ter essa experiência, ele muda a forma de ver o seu trabalho e sua própria vida e dessa forma aumenta o nível dessas pessoas. **Com pesquisas e todo esse conhecimento agregando, quem ganha são as empresas que terão profissionais mais capacitados além de que o curso também propicia a geração de novos empreendedores, estimulando assim o mercado local**, até por que o curso abrange conhecimentos que podem ser utilizados nas mais variadas áreas. (E9, 2020, grifo nosso)

Considerando todas as informações apresentadas e análises construídas até aqui, podemos concluir que os egressos do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE campus Tabuleiro do Norte consideram que há sim um grande e positivo impacto do curso e da formação profissional nessa área para suas vidas, assim como também para o desenvolvimento local.

Todo o exposto nas falas dos sujeitos que remetem ao aprendizado de vida, assim como também de técnicas de gestão e estratégias profissionais; mudança e melhora de

comportamento, com o desenvolvimento de tolerância e respeito pelas diferenças, consciência de ética e espírito de coletivismo; segurança e autoconfiança para conduzir suas escolhas de vida, tomar decisões que construirão suas histórias profissionais; e a descoberta de suas potencialidades empreendedoras, capazes de gerar novos negócios ou transformar os negócios existentes no município e região com seus conhecimentos adquiridos no curso, responde a nossa pergunta de pesquisa “Como a Educação Profissional de ensino médio, especificamente a ofertada pelo IFCE, pode impactar a vida de seus egressos?”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo buscou compreender quais possíveis impactos a Educação Profissional gera nas vidas dos egressos do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE, no município de Tabuleiro do Norte/CE. Desmembramos esse objetivo geral em três objetivos específicos que foram investigados, cada um, em capítulos específicos.

Utilizamos um referencial teórico baseado em nossa revisão de literatura, construída em nossa apresentação do processo metodológico como um panorama de estudos acerca do tema, consideramos também toda a legislação educacional vigente e pertinente à Educação Profissional e documentos institucionais do IFCE. O estudo foi construído com uma abordagem quantiqualitativa e fez uso de alguns métodos e instrumentos de investigação como a revisão bibliográfica, a análise documental, a aplicação de questionários e entrevistas recorrentes.

Durante a construção desta pesquisa, justamente no período previsto em nosso cronograma para a realização da aplicação dos questionários com os sujeitos, passamos por um momento delicado que nos trouxe algumas dificuldades. A pandemia da COVID-19 tomou conta de todo o mundo e forçou-nos a um afastamento social que gerou alguns impactos em nosso processo de construção dos dados da investigação. Por sorte, já tínhamos planejado utilizar meios digitais via *internet* para aplicar os questionários e também nos contatar com os sujeitos espalhados geograficamente, porém esses meios não nos permitiram finalizar o processo de registro dos TCLE's e consequentemente o processo junto ao CEP UERN.

No estudo, construímos um breve histórico da Instituição e de seu campus Tabuleiro do Norte-CE, *lócus* de nossa pesquisa, a fim de apresentar e contextualizar nosso leitor, além de nos dar apoio a algumas análises realizadas com o estudo de alguns documentos institucionais e também da compreensão da Instituição como política educacional. Essa construção foi apresentada no terceiro capítulo e nos fez alcançar nosso primeiro objetivo específico: compreender o processo histórico de constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e do campus de Tabuleiro do Norte.

Ainda valendo-se da técnica de análise documental em nosso quarto capítulo, compreendemos quais os objetivos institucionais do IFCE e seus propósitos políticos e sociais. A partir da leitura, comparação e análise de dados e informações apresentados nos diversos documentos verificados, pudemos contemplar nosso segundo objetivo específico

deste estudo: investigar como a Instituição e seu curso Técnico Subsequente em Administração propõem contribuir para a preparação do estudante para o mundo do trabalho. Com esta investigação, compreendemos que os objetivos do IFCE com o curso e sua implantação no município de Tabuleiro do Norte são amplos e bastante orientados ao desenvolvimento local e promoção da qualidade de vida de seus alunos e de toda a comunidade da qual eles fazem parte.

Em nosso quinto e último capítulo apresentamos a pesquisa com os sujeitos, 14 egressos do ano 2018 do curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE Tabuleiro do Norte. Essa última investigação, que contempla nosso último objetivo específico, nos mostrou que os sujeitos consideram que há sim um grande e positivo impacto do curso e da formação profissional nessa área para suas vidas, assim como também para o desenvolvimento local.

Considerando todo o exposto e as conclusões que o estudo nos trouxe, de que há, sim, um grande impacto da Educação Profissional na vida de seus egressos, tanto nos aspectos profissionais como também nos aspectos pessoais, podemos ampliar nossa inquietação a partir deste momento com outras investigações acerca dessa formação profissional, da função social das escolas profissionais e dos currículos dos cursos.

A nossa pesquisa nos possibilitou compreender que os sujeitos percebem em âmbito municipal, uma carência de conhecimento técnico e de gestão pela maior parte dos empresários, porém ao mesmo tempo, os profissionais recém-formados encontram dificuldades de se inserir no mundo do trabalho.

Por fim, podemos acrescentar que, no Brasil, o ensino médio está passando por mudanças na tentativa de se reinventar frente a esse novo perfil de estudante e profissional que a sociedade e o mundo do trabalho exigem. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe formação por competências e itinerários formativos. Um estudo realizado por Feres (2018) aponta que a Educação Profissional e Técnica no Brasil ainda não é concebida como parte do itinerário formativo do aluno, mas como possibilidade de ingresso para o mundo do trabalho, ocupando uma posição de pouco prestígio. Ainda conforme o autor, para muitas instituições de ensino o sucesso educacional de seus estudantes corresponde ao ingresso dos mesmos, ao final do ensino médio, no ensino superior. Além disso, a legislação que compreende o Ensino Superior não reconhece os conhecimentos e habilidades desenvolvidas pelos estudantes em cursos de formação técnica para efeito de aproveitamento de estudos. Esse distanciamento reforça ainda mais a ideia do desprestígio da Educação Profissional e sua imagem ligada a uma proposta de educação assistencialista

O estudo de Feres (2018) aponta ainda que no Brasil, só 21,2% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso à educação de nível superior - sendo que metade não conclui a formação por mudanças de curso ou abandono. Em relação à Educação Profissional, apenas 1 em cada 10 jovens cursam EPT no Brasil. Em países com economia desenvolvida, esse número é de 1 em cada 2 jovens. O mesmo conclui que ainda há uma conservação de currículos excessivamente teóricos e desconectados dos desafios atuais do mundo do trabalho enquanto o contexto de transformação tecnológica está requerendo cada vez mais ações estruturantes que ajudem a eliminar ou reduzir obstáculos presentes no processo educacional.

Considerando tudo isso, esta pesquisa pode ser continuada em vista a investigar como os programas de Educação Profissional, na área de gestão assim como também em outras áreas, estão conduzindo atualizações em seus objetivos, estruturas curriculares, métodos e técnicas aplicadas no processo de ensino-aprendizagem frente às transformações que estão acontecendo na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vitor Neves. **A formação profissional na perspectiva de estudantes do ensino médio profissionalizante**. 2017, 121p. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_00ce59f2dc784b69d00944856d590284>. Acesso em: 26/11/2018.

BARROSO, Fernanda de Queiroz. **Educação Profissional: análise dos efeitos de um curso técnico em secretariado na qualidade de vida dos egressos**. 2007, 139p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_216373ba72235042b1e10a272ba97d10>. Acesso em: 26/11/2018.

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso: 26 de novembro de 2018.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita Soares. **Cidadania e Direitos Humanos**. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>> Acesso em 17/03/2019.

BIGIDO, Gislaine Rozani. **Formação do técnico em nutrição e dietética para a prática profissional: a visão do egresso**. 2008, 120p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSP_efb809f3cda45bf45c6bddce8eeb8def>. Acesso em: 26/11/2018.

BÓGUS, Cláudia Maria; BERSUSA, Ana Aparecida Sanches; MARTINS, Cleide Lavieri; ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro. **Conhecendo egressos do curso técnico de Enfermagem do PROFAE**; Revista da Escola de Enfermagem da USP, 01 Agosto 2011, Vol.45(4), pp.945-952; Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000400022&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 26/11/2018.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Básica 2018**. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2018/ea4da895-169f-44d3-9442-0b87a612c63c?version=1.2>> Acesso em: 28/05/2019.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Básica 2019**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Resumo+T%C3%A9cnico+%28vers%C3%A3o+preliminar%29+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/73e6de67-2be3-413f-9e4c-90c424d27d96?version=1.0>> Acesso em: 11/05/2020.

BRASIL, INEP/DAES. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a distância**. Brasília-DF, 2017. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf> Acesso em: 04/05/2020.

BRASIL, CNE/CEB. **Resolução nº 04, de 05 de outubro de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>. Acesso em: 04/08/2019.

BRASIL, **Constituição Federal de 1937.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL, **Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL, **Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942.** Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL, **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL, **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 09/03/2020.

BRASIL, Governo do Estado do Ceará. **Decreto nº 33.509, de 13 de março de 2020.** Disponível em: < <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/Decreto-n%C2%BA-33.509-de-13-de-mar%C3%A7o-de-2020.-Institui-Comit%C3%AA-Estadual-de-Enfrentamento-%C3%A0-Pandemia-do-Coronavirus.pdf>>. Acesso em: 26/04/2020.

BRASIL, Governo do Estado do Ceará. **Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020.** Disponível em: < <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/Decreto-n%C2%BA-33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020.-Decreta-situa%C3%A7%C3%A3o-de-Emerg%C3%Aancia-em-sa%C3%BAde-e-disp%C3%B5e-sobre-medidas-de-enfrentamento-e-conten%C3%A7%C3%A3o-da-infecc%C3%A7%C3%A3o-humana-pelo-novo-coronavirus.pdf>>. Acesso em: 26/04/2020.

BRASIL, Governo do Estado do Ceará. **Decreto nº 33.519, de 19 de março de 2020.** Disponível em: < <https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/Decreto-n-33.519-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.-Intensifica-as-medidas-para-enfrentamento-da-infec%C3%A7%C3%A3o-humana-pelo-novo-coronavirus.pdf>>. Acesso em: 26/04/2020.

BRASIL, **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Governo Federal. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Governo Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01/09/2017.

BRASIL, **Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm> Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL, **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8948.htm>. Acesso em: 04/08/2019.

BRASIL, **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm>. Acesso em: 04/08/2019.

BRASIL, **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 26/03/2020.

BRASIL, **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 18/03/2020.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>>. Acesso em 25/08/2017.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação - PNE**. 2014. Disponível em:

<http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 17/03/2019.

BRASIL, **Concepções e Diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**.

Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação, 2010.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30/03/2020.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. – São Paulo: Atlas, 2013.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2014**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CAPES - Portal de Periódicos. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso: 26 de novembro de 2018.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS (CNCT). Ministério da Educação, Brasília/DF, 3ª ed., 2016. 290p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em: 27/03/2020.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da; **Metodologia da pesquisa científica: administração IV**/São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 200p.

FERES, Marcelo. **Desafios e possibilidades para o desenvolvimento estratégico da educação profissional técnica no Brasil e sua articulação com o ensino médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT_Estudo_MarceloFeres.pdf>. Acesso em 01/09/2019.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 304p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Marlon da Costa. **10 anos do Decreto nº 5.154/04 e o Programa Dupla Escola**. Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun 2015.

Disponível em:

<<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/78/97>>. Acesso em: 30/03/2020.

IANNI, Otávio. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. Estudos Avançados, v. 8, n. 21, 1994.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2018)**, 2014. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/@@download/file/INSTITUTO_FEDERAL_DO_CEAR%C3%81.pdf>. Acesso em: 27/03/2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Administração**, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/tabuleirodonorte/campus_tabuleiro/cursos/tecnicos/subsequente/copy2_of_integrado-em-manutencao-automotiva/pdf/novo-ppc-tecnico-subsequente-em-administracao-17-09->

18.pdf/@download/file/Novo%20PPC%20t%C3%A9cnico%20subsequente%20em%20Administra%C3%A7%C3%A3o%2017.09.18.pdf>. Acesso em: 27/03/2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, **Relatório de Autoavaliação Institucional 2018**, 2018. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2017.pdf>>. Acesso em: 27/03/2020.

IPECE-CE, **Perfil Básico Municipal 2017 Tabuleiro do Norte**, 2018. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Tabuleiro_do_Norte_2017.pdf>. Acesso em: 23/03/2020.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOPES, Alice Casimiro. **Relações macro/micro na pesquisa em currículo**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 619-635, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/04/2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6. ed. rev. e ampl.- São Paulo: Atlas, 2004.

MENEZES, Marcelo Oliveira Teles de. **Liceu do Ceará**. Ceará de Luz, 2006. Disponível em: <<http://cearadeluz.blogspot.com/2006/>>. Acesso em: 01/09/2017.

OLIVEIRA, Deise Cristina Silva de. **Formação técnica e a inserção do jovem e adulto no mercado de trabalho**: estudo na cidade de Guaratinguetá. 2016, 115p. Dissertação do ano 2016; Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNITAU_ee8cf050f674e9118f8f34593634464f>. Acesso em: 26/11/2018.

SAMPAIO, Romilson Lopes. **Ensino técnico e inserção profissional**: a visão dos egressos do Cefet-BA e de seus empregadores. 2009, 103p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_5707b295983b2b2aeeb95ce3b50c5898>. Acesso em: 26/11/2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Desigualdad, exclusión e globalización**. In: Revista de Interculturalidad, n.1, octubre 2004-enero 2005. Universidad de Chile, Santiago/Chile.

SANTOS, José Deribaldo dos. **A profissionalização imposta por Decreto**: notas sobre a reformulação neoliberal da Educação dos trabalhadores brasileiros. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976/15292>>. Acesso em: 30/03/2020.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n.34, jan/abr. 2007a, p.152-165.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007b.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as consequências da segunda revolução industrial. Tradução Carlos Eduardo Jordão Macha e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Editora da Universidade Paulista; Brasiliense, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Edilene Rodrigues da. **O egresso do curso técnico em enfermagem**: formação profissional e a inserção no mundo do trabalho. 2015. 221p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_1cadf02d6070a659ea6b7056a1d29a1d>. Acesso em: 26/11/2018.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SOARES, Manoel Jesus Araújo. **Uma nova ética do Trabalho nos anos 20 – Projeto Fidelis**. Série Documental Relatos de Pesquisa - INEP, n. 33, 2ª ed. Vol. 4, 1995. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/492003>. Acesso em: 28/03/2020.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso**: da Escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação Profissional no Brasil**: Histórico. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v.1, n.1, p.77-86, 1º. Sem., 2008.

VELOSO, Waldir de Pinho. **Metodologia do trabalho científico**: normas técnicas para redação de trabalho científico. 2ª edição – Curitiba: Juruá, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1 UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO

Nome:

Gênero:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

Idade:

- ☐ Entre 18 e 20 anos
- ☐ Entre 21 e 30 anos
- ☐ Entre 31 e 40 anos
- ☐ Acima de 41 anos

Qual sua Escolaridade antes de iniciar o curso Técnico Subsequente em Administração?
(marque mais de uma opção, se necessário)

- ☐ Ensino médio
- ☐ Técnico em outra área (concluído ou em andamento)
- ☐ Graduação (concluída ou em andamento)
- ☐ Pós-graduação (concluída ou em andamento)

Se na pergunta anterior você respondeu Técnico em outra área, Graduação ou Pós-graduação, qual o curso? (Se respondeu apenas “Ensino médio” completo, pode pular essa pergunta)

Qual sua Escolaridade atual?

- ☐ Técnico em Administração
- ☐ Graduação (concluída ou em andamento)
- ☐ Pós-graduação (concluída ou em andamento)

Se na pergunta anterior você respondeu Graduação ou Pós-graduação, qual o curso? (Se respondeu apenas Técnico em Administração, pode pular essa pergunta)

Você trabalhava antes de iniciar o curso Técnico Subsequente em Administração?

- ☐ Sim, na área da administração
- ☐ Sim, fora da área da administração
- ☐ Não

Se respondeu SIM na pergunta anterior, em qual área trabalhava? (se respondeu NÃO, pode pular essa pergunta).

- ☐ Comércio
- ☐ Indústria
- ☐ Serviços
- ☐ Outros

Ainda em relação ao seu trabalho antes do curso, qual cargo exercia? (se respondeu NÃO, pode pular essa pergunta).

Por que você decidiu fazer o curso Técnico Subsequente em Administração?

- ☐ () Falta de opção
- ☐ () Apresentava melhores perspectivas no mercado de trabalho
- ☐ () Por gostar ou já trabalhar na área de Administração
- ☐ () Por acaso ou incentivo/indicação de familiares/amigos
- ☐ () Outro motivo

Se respondeu Outro motivo na pergunta anterior, qual é esse motivo? (Se não respondeu Outro motivo, pode pular essa pergunta)

Qual era sua renda pessoal mensal **antes** de fazer o curso Técnico Subsequente em Administração?

- ☐ () Até dois salários mínimos
- ☐ () Entre 2 e 4 salários mínimos
- ☐ () Acima de 4 salários mínimos

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO 2 UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO

Nome:

Você trabalha atualmente?

- ☐ Sim, o mesmo trabalho de antes do curso.
- ☐ Sim, outro trabalho na área da formação técnica em administração
- ☐ Sim, outro trabalho fora da área da formação técnica em administração
- ☐ Não

Se respondeu sim e em outro trabalho na pergunta anterior, em qual área você está trabalhando?

- ☐ Comércio
- ☐ Indústria
- ☐ Serviços
- ☐ Outros

E qual o cargo você ocupa nesse outro trabalho?

Se você está no mesmo trabalho de antes do Curso, houve mudança de cargo?

- ☐ Sim, mudei de cargo.
- ☐ Não, estou no mesmo cargo de antes.

Se houve mudança de cargo, qual cargo você ocupa nesse momento?

Qual sua renda pessoal mensal agora, **depois** de fazer o curso Técnico Subsequente em Administração?

- ☐ Até dois salários mínimos
- ☐ Entre 2 e 4 salários mínimos
- ☐ Acima de 4 salários mínimos

Você acredita que o curso Técnico Subsequente em Administração contribuiu de alguma forma ou trouxe mudanças significativas para sua vida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, como contribuiu ou mudou nos aspectos profissionais? (Se respondeu que não contribuiu, pule esta pergunta)

Se sim, como contribuiu ou mudou nos aspectos pessoais? (Se respondeu que não contribuiu, pule esta pergunta)

Sobre o curso, você considera que ele desenvolveu em você habilidades e a capacidade de aplicar na prática toda a teoria estudada em sala de aula?

- ☐ Sim, plenamente.
- ☐ Sim, um pouco.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei responder.

Você considera que o curso lhe ajudou a ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora?

- ☐ Sim, plenamente.
- ☐ Sim, um pouco.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei responder.

Ainda sobre o curso, você considera que ele lhe ajudou a ter atitude ética no trabalho e no convívio social e também a se perceber como um agente social com autonomia intelectual e pensamento crítico que intervém na realidade e exerce sua cidadania?

- ☐ Sim, plenamente.
- ☐ Sim, um pouco.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei responder.

Você percebe que aplica em sua vida, tanto profissionalmente quando pessoalmente, algum conhecimento adquirido no curso?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se respondeu sim, fale como se dá essa aplicação?

De maneira geral, como você compreende que o curso impactou a sua vida?

De maneira geral, como você compreende que o curso Técnico Subsequente em Administração do IFCE de Tabuleiro do Norte impacta o desenvolvimento local, no município de Tabuleiro e/ou também na região do Vale do Jaguaribe?
